

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAED

Rodrigo Ferronato Beatrici

**EDUCAÇÃO, POLÍTICA E COLONIZAÇÃO:
PROCESSOS PEDAGÓGICOS NÃO FORMAIS
NA REGIÃO ALTO URUGUAI/RS NO INÍCIO DO
SÉCULO XX**

PASSO FUNDO

2011

Rodrigo Ferronato Beatrici

**EDUCAÇÃO, POLÍTICA E COLONIZAÇÃO:
PROCESSOS PEDAGÓGICOS NÃO FORMAIS
NA REGIÃO ALTO URUGUAI/RS NO INÍCIO DO
SÉCULO XX**

Dissertação apresentada ao curso de pós-graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de Mestre em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Telmo Marcon.

PASSO FUNDO

2011

AGRADECIMENTOS

Às minhas filhas, Cailane e Sofia, alegres e inseparáveis amigas, com quem aprendo e ensino todo dia, na beleza de ser pai e na busca constante dos caminhos que promovem a humanização.

À minha mãe, Maria, e ao meu pai, João, não somente pelo apoio durante o mestrado, mas pelo ato de saber cuidar a quem se ama. A minha irmã, Alexandra, pelo incentivo e pelos conselhos, alguns ouvidos e outros materializados.

Ao prof. Dr. Telmo Marcon, que, no convívio, passei a considerar um educador no sentido mais pleno e belo deste conceito, ao instigar-me a aprimorar as perguntas e a buscar analisar a realidade na sua complexidade, ao simples ato de, por vezes, deixar-me levar pelos dogmatismos fáceis que, por aí, estão disponíveis.

Aos colegas de turma, professores e professoras e demais funcionários e funcionárias que integraram e integram o programa de pós-graduação em educação da UPF. De modo especial, quero lembrar o prof. Dr. Altair Fávero e o prof. Dr. Jaime Giolo, intelectuais com os quais muito aprendi e dos quais guardo uma boa lembrança.

Ao prof. Dr. Elison Antonio Paim, pelas valiosas contribuições na qualificação desta pesquisa. As questões teórico-metodológicas indicadas, com certeza, não somente contribuíram para a qualificação da pesquisa, mas para a própria vida acadêmica.

À Patricia Nogueira Hubler, Jeison Leandro Ruckert e Liége Barbieri Silveira, colegas do IFRS – Campus Canoas, pelo singelo apoio, mas sincero e necessário, quando precisei para concluir este trabalho.

Ao prof. Ernesto Cassol, meus sinceros agradecimentos, pela abertura ao diálogo e, pela indicação de referências bibliográficas, fundamentais a esta pesquisa.

Em nome do profº Enori Chiaparini, agradeço ao Arquivo Histórico de Erechim, pela valiosa orientação na pesquisa de referências bibliográficas e na cedência de fotos da história do Alto Uruguai.

RESUMO

Resumo: O presente trabalho tem como objeto de pesquisa a região do Alto Uruguai nas duas primeiras décadas do século XX. Neste espaço e tempo, busca-se desenvolver algumas reflexões pedagógicas sobre os processos educativos informais, vinculadas às relações de dominação intrínsecas ao projeto de colonização oficial planejado pelo Estado. Esta é uma pesquisa bibliográfica e documental, sendo que, entre as abordagens metodológicas, optou-se pela dialética. A leitura e a escrita foram construídas a partir da história local inter-relacionando-a com a global, num esforço interpretativo de dentro, onde o lugar passa a ter importância (SANTOS, 2006, p. 10). Além disso, para a análise, são utilizadas algumas categorias, entre as quais, constam: educação, espaço, experiência, cultura, progresso, território – desterritorialização – reterritorialização, classe social, sociedade civil e sociedade política. A problemática central da pesquisa está nos processos de desterritorialização / reterritorialização quando efetivou-se o projeto de colonização na região do Alto Uruguai, onde se constituíram sistemas de desigualdade e exclusão em relação aos grupos subalternos. No desenvolvimento da pesquisa, o fio condutor constituiu-se em torno da compreensão de que a educação, no bojo do projeto de colonização, não foi uma educação como prática de liberdade. A pesquisa está estruturada em dois eixos centrais. O primeiro eixo volta-se para as evidências históricas sobre as transformações ocasionadas pela expansão do capitalismo no campo. O segundo eixo, por sua vez, está voltado para uma análise pedagógica de fatos vinculados a essas transformações.

Palavras chaves: Educação informal, colonização, capitalismo, Alto Uruguai.

ABSTRACT

Abstract: The present work has as an object of search to the region of Alto Uruguay in the first two decades of the twentieth century. In this space and time, we seek to develop some pedagogical reflections on informal educational processes, linked to relations of domination intrinsic to the official colonization project planned by the State. This is a bibliographical and documentary research, and between methodological approaches, we chose to dialectic. Reading and writing were constructed from local history of inter-relating it with the overall interpretation of an effort in, the place where it is replaced by importance (SANTOS, 2006, p. 10). In addition to the analysis, some categories are used, among which there are: education, space, experience, culture, progress, territory - deterritorialization - re-possession, social class, civil society and political society. The central problem of research is in the process of deterritorialization / reterritorialization was realized when the project of colonization in the region of Alto Uruguay, where he formed systems of inequality and exclusion in relation to subordinate groups. In developing the survey, the thread was formed around the understanding that education, within the project of colonization, there was an education as the practice of freedom. The research is structured in two main axes. The first axis turns to the historical evidence about the changes caused by the expansion of capitalism in the countryside. The second axis, in turn faces a pedagogic analysis of events related to these changes.

Keywords: informal education, colonization, capitalism, Alto Uruguay.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 - Índios (bugres) na Barra da Paloma em Rio Novo (Aratiba) 1926.....	25
Foto 2–Galpão ou paiol do imigrante, construído para alojar os imigrantes que vieram para Erechim, 1911.....	31
Foto 3 – Sítio em Rio Novo (Aratiba), 1920	35
Foto 4 – Escritório da Empresa Colonizadora Luce Rosa & Cia Ltda, em Rio Novo (Aratiba)	42
Foto 5 – Prédio da Comissão de Terras	59

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Distribuição das principais etnias na Colônia Erechim.....	36
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Aparelhos privados de hegemonia.....	59
Quadro 2 – Educação formal	60
Quadro 3 - Igrejas	61
Quadro 4 - Jornais	63
Quadro 5 – Partidos políticos	63
Quadro 6 – Outros aparelhos privados	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estimativa do crescimento demográfico – Município de Erechim.....	37
Tabela 2 – Principais produtos – Erechim / 1925.....	37
Tabela 3 – Quadro da Prod. Agrícola em Erechim – Ton.....	37
Tabela 4 – Comércio e profissões – Erechim / 1925.....	37
Tabela 5 – Setor Industrial em 1925 - Erechim.....	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ICA: Jewish Colonization Association

PRR: Partido Republicano Rio-Grandense

PL: Partido Liberal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	GÊNESE DE UM PROCESSO HISTÓRICO: PRIMÓRDIOS DA COLÔNIA ERECHIM.....	18
2.1	A Região Alto Uruguai nas duas primeiras décadas do século XX	19
2.1.1	A fase que antecede à colonização oficial do “grande” Erechim	22
2.1.2	A fase da colonização oficial do – grande - Erechim	29
3	A SOCIEDADE CIVIL E A SOCIEDADE POLÍTICA NA RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI	47
3.1	Notas preliminares ao projeto de colonização e à constituição da sociedade civil no Alto Uruguai.....	48
3.2	A formação da sociedade civil no Alto Uruguai	52
3.2.1	A sociedade política (Estado no sentido estrito).....	54
3.2.2	A sociedade civil	59
4	REFLEXÕES PEDAGÓGICAS SOBRE A EDUCAÇÃO INFORMAL NA REGIÃO DO ALTO URUGUAI NAS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX	68
4.1	Colonização – capitalismo - educação.....	69
4.2	Sobre a experiência (classe e cultura) dos grupos subalternos no processo histórico de colonização	83
4.3	Contribuições desta leitura da realidade no âmbito da educação.....	87
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
	REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98

1 INTRODUÇÃO

Início a apresentação, reportando-me como autor desse trabalho dissertativo. Nesta ótica de leitura, de imediato, surge a pergunta: qual a relação do autor com o tema? Penso que o objeto, a problemática, o objetivo e a metodologia desta pesquisa foram elaborados a partir da conjugação de dois fatores, que considero não somente particulares, mas, principalmente, dos sujeitos que almejam construir processos de emancipação social. O primeiro refere-se à ação. Não uma ação qualquer, mas um agir questionador da ordem instituída, que intenciona desagregá-la. O segundo refere-se ao estudo, não separado da experiência imediata de vida, mas que exige um trabalho intelectual mais apurado no sentido de ir às raízes dos processos históricos, desvelando as aparências construídas pelos grupos dominantes. Entre essas necessidades, entendo que há uma relação dialética.

O objeto de pesquisa, o Alto Uruguai, remete ao local onde vivo. A história desta região é parte da história de minha família e da minha própria vida. Por isso e por compreender que a categoria região deve ser assumida numa acepção crítica, onde fatores como a apropriação privada da terra, relações de desigualdade social e segregação étnica, interrelação ente trabalho e capital, entre outros, são base para as reflexões sobre o desenvolvimento no Alto Uruguai, a problemática, o objetivo e a metodologia questionam o sistema social instituído, em que as questões de educação têm relevância, embora sempre articuladas na totalidade da realidade.

Mas por que reflexões pedagógicas? E, porque a escolha dos processos educativos não formais? A primeira questão remete a minha formação universitária, a pedagogia e que, hoje, está incorporada a minha prática como educador. É algo impregnado que, no cotidiano, sempre faz pensar sobre a educação. A segunda encontra amparo na compreensão de que os indivíduos devem ser “induzidos a uma aceitação ativa dos princípios reprodutivos orientadores dominantes na própria sociedade, adequados a sua posição na ordem social, e de acordo com as tarefas reprodutivas que lhes foram atribuídas.” (MÉSZAROS, 2005, p. 44). Portanto, independente dos indivíduos participarem ou não da educação formal, ela é apenas uma parte e “não é a força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical.” (MÉSZAROS, 2005, p. 45. Grifos do autor). Assim, e em conformidade com esta lógica de pensamento, no “âmbito educacional as soluções ‘não podem ser formais; elas devem ser

essenciais'. Em outras palavras, elas devem abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida." (MÉSZAROS, 2005, p. 45. Grifos do autor).

Esta não é a única razão, como adiante é possível visualizar. Porém, este fundamento, por compor uma perspectiva de leitura de mundo, deve ser destacado. Neste sentido, busca-se, no presente trabalho, que tem como objeto de pesquisa a região do Alto Uruguai¹ nas duas primeiras décadas do século XX, desenvolver algumas reflexões pedagógicas sobre os processos educativos não formais, vinculadas às relações de dominação intrínsecas² ao projeto de colonização oficial planejado pelo Estado.

A partir do objeto de pesquisa e do objetivo geral, constituíram-se dois eixos centrais. O primeiro eixo voltado para as evidências históricas sobre as transformações ocasionadas pela expansão do capitalismo no campo³. O segundo eixo, por sua vez, está voltado para uma análise pedagógica de fatos vinculados a estas transformações. A formação dos eixos citados ocorre em sintonia com o entendimento de que é preciso “escovar a história a contrapelo”, pois,

os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. [...] Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos do que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. (BENJAMIN, 1994, p. 225).

Esta crítica de Benjamin ainda é bastante atual. Por mais que já se tenham obras críticas, que desconstroem a história contada a partir dos que dominam, ainda há muitas perguntas a serem feitas e elaborações a serem construídas, bem como a grandiosa e árdua tarefa de fazer com que estes conhecimentos sejam acessados e, por conseguinte, refletidos pelo conjunto da população.

¹É necessário observar que, na grande maioria, as fontes de pesquisa sobre o Alto Uruguai nas duas primeiras décadas do século XX são referentes à Colônia Erechim. Esta opção deve-se basicamente por duas razões: 1º) O foco mais específico, desta pesquisa, gira em torno da Colônia Erechim, da sua criação em 1908, e não se estendendo muitos anos depois da criação do município, em 1918. 2º) a criação da colônia Erechim pode ser entendida como um marco simbólico na ocupação do Alto Uruguai, desencadeada pelo Estado e que altera profundamente esse território. Não se quer, com isso, relativizar outros núcleos coloniais que foram constituídos pelas colonizadoras e que pelo conjunto de fatos possibilitam uma análise muito mais profunda dos processos de colonização nesta região.

² No sentido de inerente e essencial para a existência.

³ Neste sentido, é importante apontar o desafio ainda existente de pesquisas que mostrem as mudanças a partir da ótica dos grupos subalternos.

A crônica, *Índios Coroados*, de Geraldo Farina (1987), problematiza não só os aspectos referidos no parágrafo anterior, mas o quanto a população de uma região conhece a sua própria história.

E, antes de mais nada, devo dizer que o progresso de uns foi desgraça dos outros. E a injustiça foi tamanha que nem mesmo informações corretas temos sobre nossos primitivos habitantes. Apenas vagas referências. E tudo o que nossas crianças aprendem na escola é o que transcrevo a seguir. Transcrição textual e integral: ‘a região era habitada por tribos de índios coroados, os quais, aos poucos, foram se afastando para os municípios de Lagoa Vermelha e Passo Fundo’. E a aula termina por aí. Alguma professora mais fascinada e mais empolgada sobre o assunto acrescenta informações sobre o corte de cabelo dos nossos índios – corte de cabelo em forma de coroa, obviamente – e exercitavam, com os pupilos, a confecção de cocar, colares e outros penduricalhos... . A página toda e, em especial, o tema ‘índios coroados’ deve ser, urgentemente, revistos e os professores reciclados. (FARINA, 1987, p. 25-26).

Para tal propósito, é necessária a definição de um enfoque metodológico e a escolha de algumas categorias que respondam ao que está sendo proposto. Esta é uma pesquisa bibliográfica e documental, sendo que, entre as abordagens metodológicas, optou-se pela dialética. A concretização desta opção permite distingui-la de outros enfoques, como positivista, funcionalista, idealista, fenomenológico. Por sua vez, no que diz respeito à tradição cultural marxista, neste texto, é situada no marxismo investigativo. Para Bobbio (apud NOSELLA, 2007, p. 138): “Gramsci introduziu na Itália o marxismo investigativo, confrontando-o ao marxismo didascálico ou doutrinário.”

Em linhas gerais:

O marxismo investigativo [...] interpretou o método de Marx de forma diferente, entendendo-o como um processo de investigação contínua, pois a história dos homens está sempre aberta a vários desdobramentos, dependendo dos reveses econômicos, das lutas e das vontades humanas, e até mesmo da ‘fortuna’, isto é, da sorte. (NOSELLA, 2007, p. 138).

Em coerência com essa opção, parte-se da relação dialética entre o local e o global, em que, segundo Milton Santos (2006, p. 11), o “desafio está em separar da realidade total um campo particular, susceptível de mostrar-se autônomo e que, ao mesmo tempo, permaneça integrado nessa realidade total.” A leitura e a escrita foram construídas a partir da história

local inter-relacionando-a com a global. É um esforço interpretativo de dentro, onde o lugar passa a ter importância. (SANTOS, 2006, p. 10).

Tal configuração proporciona estudar mais apropriadamente o objeto de pesquisa sem desvinculá-lo da totalidade concreta. Esta última não significando todos os fatos, mas “a realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um facto qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido.” (KOSIK, 1977, p. 41).

Observa-se que, na tentativa de romper com uma abordagem funcional/positivista, é apropriado assumir o pressuposto da não neutralidade do pesquisador. A visão social de mundo perpassa todo o processo de pesquisa: a formulação do problema, a delimitação da temática, os referenciais teóricos e as análises, isto é, não se estabelece, na elaboração da pesquisa, uma dualidade entre juízos de valor e juízos de fato. Reconhecer e assumir esta visão, que incorpora o ponto de vista de uma classe, não significa, todavia, a ausência de rigorosidade metódica e criticidade na pesquisa, bem como deixar de reconhecer que mesmo a ciência histórica, situando-se necessariamente do ponto de vista de uma classe, é relativamente autônoma em sua esfera de atividade própria (LÖWY, 1978, p. 33).

Além disso, como já referido, avalia-se necessário utilizar algumas categorias, entre as quais, constam: educação, espaço, experiência, cultura, progresso, território – desterritorialização – reterritorialização, classe social, sociedade civil e sociedade política.

É mister esclarecer que as categorias auxiliam na análise, mas estão embasadas na materialidade da vida social, tendo em vista que, de acordo com Vendramini (2010, p 1397), Marx vai “indicar que a categoria não é de análise, ela é a forma de produção da vida dos homens, o que significa dizer que as categorias são relações sociais.” Assim, elas não são anteriores à existência humana, bastando aos homens e às mulheres apenas descobri-las. Ademais, elas não são inalteráveis e nem possuem uma única definição.

A pertinência de trazer esta análise justifica-se pela escolha da matriz teórica que subsidia as reflexões desenvolvidas no texto e que dialogam com as evidências históricas. Para Thompson, se os conceitos marxistas

diferem de outros conceitos interpretativos na prática histórica, e se são considerados como mais ‘verdadeiros’, ou mais adequados à explicação do que outros, isto ocorrerá porque suportam melhor o teste da lógica histórica e não porque sejam ‘derivados de’ uma Teoria verdadeira fora dessa disciplina. (THOMPSON, 2009, p. 65).

A fim de auxiliar uma leitura crítica do processo histórico, em que as contradições se fazem presentes, entende-se esta proposta metodológica mais adequada ao objetivo geral da presente pesquisa. Mas, quais foram as motivações que desencadearam este trabalho? Como principais, a partir das reflexões que lhe concedem embasamento, identificam-se duas. A primeira é que, na região do Alto Uruguai, nas duas primeiras décadas do século XX, houve transformações radicais no território, tanto na sua materialidade quanto na sua imaterialidade. Muitos dos fatores que incidiram na reconstituição desse território, ainda hoje, estão atuantes na região. Assim, é pertinente desenvolver reflexões de cunho mais pedagógico sobre as transformações que se deram no período em destaque. A segunda é que, por mais que se reconheça a educação como uma especificidade humana e que perpassa todas as relações sociais, as pesquisas em educação são bastante focadas nas análises sobre a educação formal. Portanto, escolher refletir pedagogicamente sobre a educação informal traz, para o debate, outras questões importantes para a problematização do conjunto das funções de domínio (acesso ao poder e uso da força – função coercitiva) e direção (intelectual e moral – persuasão) que os grupos dominantes exercem sobre o conjunto da sociedade. Ao mesmo tempo, cabe reconhecer que desenvolver reflexões sobre aspectos da educação informal é um exercício intelectual bastante difícil, pela abrangência desta, entretanto, isto não inviabiliza desenvolver análises com tal objetivo. Neste caso, a relação que se estabelece é da educação informal com o projeto de colonização na região Alto Uruguai.

Neste aspecto, a problemática central da pesquisa está nos processos de desterritorialização / reterritorialização quando do projeto de colonização na região do Alto Uruguai, onde se constituíram sistemas de desigualdade e exclusão (SANTOS, 2010) em relação aos grupos subalternos. Sobre estes processos históricos já foram elaboradas várias teses acadêmicas, algumas utilizadas no presente trabalho, que, agregadas às evidências históricas regionais, permitiram o desenvolvimento da argumentação que a educação, no bojo do projeto de colonização oficial planejado pelo Estado na região Alto Uruguai, não foi uma educação como prática de liberdade. Por sua vez, compreende-se que, neste mesmo processo histórico, subjacente às experiências dos grupos subalternos, encontram-se os primórdios de uma educação emancipadora, que se, a priori, na sua relação dialética com a materialidade, não oferece as condições objetivas e subjetivas para apresentar-se como tal, não é uma condição permanente, pois a organização dos grupos subalternos para, por fim a opressão dos grupos dominantes, também a transforma. Portanto, as formas de organização e as organizações dos grupos subalternos que, surgem na região, carregam consigo um pouco

desta história e, por isso, é importante compreendê-la. Em concordância com Boaventura de Souza Santos (2010, p. 53), “não podemos voltar a pensar a transformação social e a emancipação sem reinventarmos o passado.”

A partir destes elementos, o trabalho estrutura-se de acordo com os dois eixos anteriormente citados, sendo que os dois primeiros capítulos estão relacionados com o primeiro eixo e o terceiro, ao segundo. O trabalho inicia investigando fatos vinculados à instalação da colônia Erechim e os primeiros anos desta municipalidade e, como já referido, o foco são as transformações ocasionadas pela incorporação do Alto Uruguai à produção capitalista. O segundo capítulo trata da constituição da sociedade civil na região. O objetivo principal não é a apresentação em si de alguns dos organismos ditos privados que vão compondo o conjunto da sociedade civil a partir da criação da colônia Erechim, mas explicitar a formação de um novo paradigma que começa a compor e determinar a organização da comunidade. Posteriormente, no terceiro capítulo, são trazidas ao texto novas evidências históricas que, em diálogo com os capítulos anteriores, subsidiam a realização de algumas reflexões pedagógicas sobre o projeto de colonização na região Alto Uruguai nas duas primeiras décadas do século XX. Por fim, nas considerações finais, são retomados os principais apontamentos da pesquisa.

2 GÊNESE DE UM PROCESSO HISTÓRICO: PRIMÓRDIOS DA COLÔNIA ERECHIM

O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 2011, p. 8).

O fragmento do pensamento de Milton Santos, que se transcreveu em epígrafe, é bastante relevante para o presente trabalho ao imprimir, no conceito de território a materialidade da vida dos grupos sociais que o formam e constantemente, o transformam. As mudanças, independente da ordem ou da intensidade, não pertencem a um processo histórico linear ou cíclico, mas dialético. Portanto, as contradições devem ser analisadas e, no caso desta pesquisa, uma delas parece ser a negação de um território e de territorialidades⁴ já existentes antes do período que antecede a colonização oficial planejada pelo Estado.

Neste sentido e buscando, inicialmente, contextualizar o título deste capítulo, três breves observações são indispensáveis. A primeira, e muito mais para lembrar, é que esta pesquisa transita entre os antecedentes da criação da Colônia Erechim, a formação desta Colônia e os primeiros anos da municipalidade de Erechim.

A segunda observação é que a gênese do processo histórico dos primórdios remete a tempos mais remotos do que as primeiras duas décadas do século XX. Contudo, neste período, houve transformações radicais no território, sendo que essas foram decisivas para a sua atual configuração. Não se está negando, de modo algum, a historicidade que antecede este período e nem os fatores vinculados a história nacional e internacional⁵ que incidiram no processo histórico local. Apenas se trata de uma opção em manter o foco no núcleo central desta pesquisa.

A terceira é que a origem do processo histórico remete às experiências dos grupos sociais, isto é, dos sujeitos que formaram e transformaram o Alto Uruguai. Isto faz pensar o território como construção histórica e insere os homens e as mulheres no processo histórico, ao compreender que são capazes de refletirem sobre o que lhes acontece e ao seu mundo,

⁴ “As territorialidades são as representações dos tipos de uso dos territórios.” (FERNANDES, 2010, p.9).

⁵ Optou-se em não realizar uma contextualização mais ampla, contudo, isto não significa a não realização de um vínculo dialético entre o local e o global ou desconsiderar os estudos que versam sobre esta temática de modo mais abrangente e minucioso.

mesmo que dentro de determinados limites da experiência (THOMPSON, 2009, p. 15). Portanto, passa pelo reconhecimento do diálogo entre o ser social e a consciência social (Ibid., p. 17) na relação dialética entre determinadas condições materiais que vão sendo exigidas/impostas pelo modo de produção capitalista e determinadas visões de mundo (Ibid., p. 240).

Verificamos que, com a ‘experiência’ e ‘cultura’, estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou [...] como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou [...] na arte ou nas convicções religiosas. (THOMPSON, 2009, p. 234).

Nesta perspectiva, a principal finalidade, neste capítulo, é contextualizar os processos ocorridos na região do Alto Uruguai quando se deu o projeto oficial de colonização, planejado pelo Estado nas duas primeiras décadas do século XX. Tal proposição exige tanto situar o território geograficamente, quanto no tempo histórico⁶. No primeiro aspecto, não só de localização, mas compete evidenciar a ação humana. É apresentar o local do agir histórico destes sujeitos, na relação dialética na qual os seres humanos, ao transformarem o meio social em que vivem, também se transformam. No segundo aspecto, não só delimitar o tempo histórico, mas as diferentes temporalidades dos diversos grupos sociais que ocuparam a região, que se não são as mesmas, elas se dão de modo simultâneo no espaço geográfico (SANTOS, 2006, p.104).

2.1 A Região Alto Uruguai nas duas primeiras décadas do século XX.

De acordo com Karnal (1926, p. 03), o que, em 1918, se tornou o município de Erechim “constituía o terceiro districto de Passo Fundo, com a denominação de Alto Uruguay.” Passo Fundo foi emancipado em 1857 (CASSOL, 1979, p. 215) e, por sua vez, o terceiro distrito, segundo Busatto (1980, p. 67) foi criado em 1858, abrangendo parte de

⁶ Embora, entenda que são “dimensões” complementares e indissociáveis, no texto, há uma subdivisão entre ambas.

Palmeira e tendo por sede Nonoai. Neste sentido, o local em que, posteriormente, se constituiu a Colônia Erechim (1908), abrangia uma área de terra relativamente extensa, sendo que anterior à colonização oficial planejada pelo Estado, os seus colonizadores também a denominavam sertões⁷ de Erechim.

Em conformidade com IllaFont:

Passo Fundo surge como município territorialmente grande. Suas divisas vão de Santa Bárbara, no Município de Cruz Alta, até as barrancas do Rio Pelotas-Uruguaí, numa extensão maior de 23 mil km², incluída a gleba da futura Colônia Erechim com seus 6.500 km² representando quase um terço da superfície municipal. (1983, p. 69).

Um aspecto que interessa tecer um apontamento diz respeito aos conceitos de espaço e território. Adota-se, no presente trabalho, a compreensão de espaço e território feita por Claude Raffestin (2011, p. 128). Para o autor, tais noções ou conceitos não são equivalentes, considerando-se o espaço “é anterior ao território. Este, último, se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível.” Assim, ao “se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o autor ‘territorializa’ o espaço. O espaço é portanto anterior, preexistente a qualquer ação.”

Ao, trazer-se este apontamento para o contexto desta pesquisa, entende-se que somente faz sentido abordar processos de desterritorialização⁸ nas primeiras duas décadas do século XX, no Alto Uruguai, ao compreender este espaço como já ocupado, isto é, como território.

Outro aspecto a ser ressaltado refere-se à forma de ocupação. Inicialmente, a região norte do Estado abrangia grandes extensões de terra, se comparadas às outras municipalidades. No entanto e principalmente devido aos processos ocorridos nas primeiras décadas do século XX, sobretudo na forma de colonização, a região passou a ser composta por vários municípios próximos entre si e tendo como base essencialmente a agricultura familiar⁹.

⁷ Adiante este termo é objeto de análise.

⁸ Cabe ponderar que os processos de territorialização – desterritorialização – reterritorialização (T-D-R) fazem parte do movimento dialético da história.

⁹ Ainda hoje é a principal base econômica da região.

Os processos de desterritorialização e reterritorialização no Alto Uruguai, ocorridos nas duas primeiras décadas do século XX, estão diretamente vinculados às transformações macro regionais e, obviamente, à história nacional e internacional. Neste aspecto, cabe salientar que essas mudanças foram identificadas e analisadas por diferentes autores.

Para Zarth (1997), ao tratar a História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920, a agricultura regional pode ser dividida em duas etapas. A primeira “inicia-se juntamente com o extrativismo de erva-mate e com a pecuária, e se estende até o final do século XIX.” (Ibid., p. 144-145). Esta fase “caracteriza-se por uma agricultura voltada exclusivamente para a subsistência dos extrativistas e das estâncias de gado, além de abastecer o pequeno mercado local.” (Ibid., p. 145). A outra “tem início na última década do século XIX com o surto demográfico decorrente da imigração de colonos da Europa e das colônias velhas gaúchas, ao mesmo tempo em que a ferrovia alcança a região, ligando-a aos principais centros econômicos do país.” (Ibid., p. 144). O período “caracteriza-se justamente pela expansão agrícola. É uma expansão-sobretudo quantitativa, possibilitada pelo aumento demográfico decorrente da imigração e pelo acesso pela ferrovia.” (Ibid., p. 145).

De acordo com Rückert (1997), ao analisar A ocupação e a colonização no Centro-Norte do RS entre os anos de 1827 a 1931, com destaque ao município de Passo Fundo, também indica dois períodos. O primeiro período (1827 – 1897) nos “rincões de Passo Fundo [...] inicia-se em 1827, com as primeiras concessões e posses livres, e consolida-se a partir de 1854, com a Lei de Terras de 1850.” (Ibid., p. 29). É “o período do apossamento e legitimação das terras e da formação da figura do proprietário fundiário” (p. 32). O segundo período (1897 – 1931) ocorre durante a República Velha, “com o incremento populacional nas colônias velhas e a busca de terras no Norte do estado, aumentaram os pedidos de legitimação de posses de terras públicas.” (Ibid., p. 29). Ainda, de acordo com o autor: “É o período de expansão dos projetos de colonização e de formação da figura do camponês colono pequeno proprietário no contexto da emergência do capitalismo industrial no país.” (Ibid., p. 33).

Marcon (1994, p. 86), ao analisar A Trajetória Kaingáng no Sul do Brasil, compreende que a mediação do Estado no desenvolvimento da colonização foi fundamental e decisiva. Havia um vínculo entre os grupos dominantes e a função desempenhada pelo Estado, isto é, não somente se estava forjando um processo de dominação em nível econômico, mas se passava a controlar os aparelhos políticos, entre eles, o Legislativo e o Executivo, que elaboravam “as diretrizes básicas da ação do Estado, particularmente no que diz respeito à colonização. A partir dos seus interesses, definem a forma de acesso à terra, as relações de produção e a própria atividade produtiva.” (Ibid., p. 86). Assim, constituem-se e consolidam-

se as estâncias com uma “economia vinculada à pecuária e voltada para o mercado interno brasileiro. Por outro lado, a colonização passou à produção agrícola, com base no trabalho familiar e na pequena propriedade.” (Ibid., p. 87).

Nesta breve exposição, evidencia-se a magnitude da transição neste território, em que um novo modelo começou a ser forjado. As transformações que ocorreram no Alto Uruguai nas duas primeiras décadas do século XX têm, ademais, como pano de fundo o contexto apresentado pelos autores anteriormente citados. Porém, para melhor entender os processos de desterritorialização e reterritorialização, no início do século passado, é necessário avançar mais na forma de ocupação deste espaço.

Para tal finalidade, adotou-se a distinção feita por Cassol (1993, p. 83-85), que define: a “Colonização oficial do Grande Erechim, decidida em 1908, e implementada a partir de 06/10/1910, demarca a Fase antes e a Fase Depois que caracterizam distintos Modelos Econômicos e de Ocupação Humana.”

2.1.1 A fase que antecede à colonização oficial do “grande” Erechim¹⁰

Inicialmente, cabe apresentar duas categorias, elaboradas na práxis dos grupos dominantes e, que assim, representam a sua visão de mundo. Uma delas é o conceito de sertão e, a outra, o conceito de colonização.

Por sertão, compreende-se a região de mata, local bruto e soturno (BUSATTO, 1980, p. 62). Ainda, de acordo com o autor, local “onde não haviam autoridades, igrejas, médicos, escolas e sobretudo, sem estradas.” Contudo, cumpre ressaltar, que esta definição não significa a ausência da presença humana, ou seja, de determinados grupos sociais que já viviam no local. Muitos destes habitantes, a Diretoria de Terras e Colonização considerava como intrusos (Ibid., p. 65), assim como o modo de vida (inclui-se também a visão de mundo) destas pessoas era considerado primitivo e desambicioso. No sentido oposto, define-se à colonização, de forma que, o conceito de sertão difere do processo de colonização, este último considerado pela maioria dos imigrantes/migrantes, que ocupariam esta região, como civilizador.

¹⁰ Optou-se em manter a designação dada por Cassol (1993). Ressalta-se que, no adjetivo grande, não está inculcido nenhum sentido saudosista.

O sertão e a colonização, nos modos de vida que implicavam, representavam distintos paradigmas. Entretanto, não se tratava apenas das pessoas viverem relativamente isoladas em pequenas / médias propriedades¹¹, em culturas de subsistência e alguma criação, métodos de trabalho e tecnologias “primitivas”, ausência ou presença muito remota de instituições (CASSOL, 1993, p. 88). Tratava-se também – e talvez essencialmente – de uma questão ideológica. Neste sentido e considerando a abordagem desta pesquisa esta é uma questão extremamente relevante, pois não se trata apenas de discordar deste ponto de vista, como manifesto antecipadamente na introdução deste trabalho, mas de problematizar sobre a incorporação desta ideologia no conjunto dos processos educativos informais que compõem a vida social.

Dois trechos da obra *Colonos na Selva*, de Rio Brasil (1950), são pertinentes para exemplificar tal concepção quando se deu o processo de colonização. Observa-se, a seguir, a diferenciação entre os caboclos e os imigrantes: “Os caboclos se sentiam bem nesse seu primitivismo e que só era classificado como tal por nós, que viemos de um ambiente de civilização avançada. Mas certo é, que o primitivismo, pela concepção de vida do mundo de hoje, é o inimigo da prosperidade.” (Ibid., p. 108). Por sua vez, na sequência, evidencia-se a ideologia do progresso presente no pensamento de muitos imigrantes:

Não havia dúvida. O emigrante é criatura de coragem e iniciativa. Mas ser colono e vencer todas as vicissitudes, contrariedades e privações, vencendo exclusivamente pelos seus braços, é qualquer coisa de heroico. Para tal serviço só servem mesmo os melhores entre os melhores. (RIO BRASIL, 1950, p. 66).

Há que se ter cautela em não generalizar tais visões de mundo, indiscriminadamente, a todos os colonos de etnia europeia e somente a estes. No entanto, parece que, do ponto de vista geral, estes dois trechos destacam, principalmente, as representações dos colonizadores, da Diretoria de Terras e Colonização e do governo do RS no que se trata da colonização e, não somente isto, mas ao projeto que estava sendo implantado no Brasil. Esta constatação é similar ao ocorrido em outros processos históricos, como é possível encontrar em estudos de Radin (2009), ao analisar a atuação das companhias colonizadoras na reconstrução do espaço do antigo município de Cruzeiro / SC, e, nas análises de Marcon (2003), ao pesquisar a região oeste de Santa Catarina.

¹¹ Exceto alguns grandes proprietários ou empresas.

Feita esta breve conceituação entre sertão e colonização, que é um dos elementos que compõem o pano de fundo do processo histórico desta região, pergunta-se: quem seriam os primeiros grupos a ocupar o Alto Uruguai?

De início e para a constituição de um panorama geral, entende-se que:

A população destes sertões do Velho Erechim, além dos índios, constava de caboclos e muitos desertores e fugitivos da polícia e das revoluções de 1835 e, sobretudo de 1893, pela construção da ferrovia, aqui concluída em 1910 e até por correntinos que aqui periodicamente vinham extrair erva mate. Surpreende também o registro de vários poloneses na região de Gaurama no início deste século, antes da colonização oficial. (CASSOL, 1993, p. 88).

Adotando esta ótica, uma primeira constatação é que este é um território diverso. Os grupos sociais ou pessoas que vão ocupando a região fazem-no por diferentes motivações, mas todas fortemente ligadas a questões de sobrevivência.

A preocupação maior, o espírito predominante antes da Colonização oficial de 1908, será a auto-preservação, a sobrevivência. Toda engenhosidade e trabalho é canalizada para este objetivo. A coragem predomina sobre a ambição. A natureza oferece uma relação contraditória. Por um lado, é fonte de vida e homizio. Oferece a rocinha, os frutos, a caça, a posse, esconde-o da polícia, tornando-o quase invisível e intangível, serve-lhe de farmácia. O sentido de honra e fidelidade grupal predominará sobre o espírito de cálculo e de conveniência. O espírito de fatalidade e sincretismo religioso dominará a cultura desta população semi-nômade, no limiar do entrechoque de culturas e interesses e do caldeamento étnico. Entretanto, nesta natureza embora presente dificuldade – sertão imenso, animais ferozes, falta de caminhos, falta de instrumental de trabalho – é encarada mais harmonicamente [...]. (CASSOL, 1993, p. 89-90).

Nesta caracterização é visível a existência de uma determinada racionalidade, sem, no entanto, desconsiderar os entrechoques que se estabeleciam do ponto de vista étnico e, obviamente, não somente sobre este prisma específico. Esta caracterização geral não descarta, por sua vez, as singularidades de cada grupo social, ainda que, já no final do século XIX, existissem muitas similitudes entre os modos de vida, havia distinções significativas entre eles.

A presença indígena, embora difícil de datar, é a primeira forma de ocupação humana. Neste sentido, pode-se entender que os grupos indígenas são os primeiros a transformarem

este espaço em território. Piran e Cassol (1975) indicam que, o Alto Uruguai, foi originariamente hábitat de três grupos indígenas:

Tupi guarani que, proveniente da região das Missões, penetra pelo vale do Uruguai e em contato com as populações indígenas da região se desagrega culturalmente. [...] Charruas que penetram pelos campos de quatro Irmãos. A boleadeira atesta sua presença. [...] Índios das casas subterrâneas na região das araucárias. (PIRAN; CASSOL, 1975, p. 27).

Os autores, ademais, apontam que é “difícil definir épocas desta ocupação.” (PIRAN; CASSOL, 1975, p. 27). As fontes bibliográficas indicam uma maior presença, do grupo Kaingáng, ao mesmo tempo, e, embora não passivos de tudo, os registros apontam que, nas últimas décadas do século XIX, estas populações indígenas já estão bastante aculturadas (CASSOL, 1979 e 1993).

Foto 1 – Índios (bugres) na Barra da Paloma em Rio Novo (Aratiba) 1926



Fonte: Arquivo histórico de Erechim

A foto, mesmo que datada do final da década de 1920, evidencia a ação que foi exercida sobre os indígenas. Os índios, em maior proporção, não estão sozinhos, ao lado

destes há a presença cabocla e, de imigrantes/migrantes de etnia europeia. Apesar, da difícil visualização, parece também haver a presença negra.

Mais do que apresentar aspectos detalhados dos indígenas que habitavam estas matas, o interesse primordial é ressaltar a presença desses no processo de transformação do espaço em território. Neste sentido, compreende-se que uma breve exposição sobre os seus modos de vida é suficiente. A referência, aqui, são os Kaingáangs.

Em consonância com DALBOSCO et al., em um estudo sobre A Formação Histórico-Cultural de Passo Fundo, o modo de vida do Kaingáng pode ser assim descrito:

vivia basicamente da coleta de frutos silvestres e, em grau menor, da caça e da pesca. A agricultura não se constituiu em fonte básica de sobrevivência. Cultivavam áreas pequenas, principalmente com milho e mandioca. Na medida em que estas plantações começavam a amadurecer, logo eram colhidas. O alimento obtido pelo trabalho em grupo, a carne ou a fruta, resultante do empenho do grupo, era consumido coletivamente. Dificilmente preocupavam-se com a provisão de alimentos. [...] Este grupo indígena vivia em pequenas aldeias subordinadas a Caciques Menores que, ao mesmo tempo, obedeciam à ordens do Cacique Geral. (DALBOSCO et al., 1992, p. 82-83).

Não se pode deixar de trazer ao texto, para fundamentar mais a caracterização já mencionada, o relato do Cacique Antônio¹², do Erechim, quando se queixa ao “Presidente da Província de que o Diretor do Aldeamento de Nonoai os tem pressionado para que abandonem os seus campos e sigam para aquela aldeia. Dizem que estão bem arranchados no Erechim, onde plantam e fazem erva e com a venda desta tiram o sustento.” (CASSOL, 1993, p. 86).

Também e principalmente no decorrer do século XIX, a região de Erechim começou a ser ocupada por outros sujeitos, entre eles: caboclos; desertores e fugitivos da polícia e das Revoluções de 1835 e 1893; construtores da ferrovia; correntinos¹³ que, aqui, periodicamente, vinham extrair erva mate; colonos poloneses antes da colonização oficial. De modo algum, entretanto, significa negar a presença de outras pessoas ou grupos antes ou no decorrer do

¹² O pano de fundo deste relato é um conflito por terras nesta região, já representando a ocupação delas pelo branco e a resistência indígena, nos primeiros seis anos de 1850, envolvendo o Estado (Governo Provincial, Diretor de Aldeamento de Nonoai, Guarda Nacional), fazendeiros, bugreiros¹² e índios, que finaliza com atos de crueldade para ambos os lados (fazendeiros e índios).

¹³ Em Cassol (1979, p. 28) identifica-se quem são os correntinos: “Deviam ser numerosos os trabalhadores nômades provenientes daquelas bandas da Argentina pois o povo os englobava na denominação de ‘correntinos’, isto é, de Corrientes.”

século XIX¹⁴. Porém e, essencialmente, nas cinco últimas décadas do referido século, a ocupação desta região começava a ocorrer de forma mais intensa.

Dos habitantes referidos, há dois grupos, em especial, que carecem de uma breve caracterização para subsidiar as reflexões: os caboclos e os negros. A respeito do caboclo:

A formação étnica do caboclo é o resultado da miscigenação entre o índio, o negro e o branco, cabendo destaque à mestiçagem entre o índio, o negro e espanhóis-portugueses, no primeiro período de povoamento de Passo Fundo, que se estende até o início do presente século. Nesta miscigenação, a participação de outros grupos europeus ocorre sem grande relevância. O fato de o caboclo ser de formação recente e fruto da miscigenação de diferentes grupos, torna-se difícil constituir sua identidade cultural [...]. A propósito de evidenciar alguns elementos construtivos de manifestação cultural do caboclo, perpassa, ‘a priori’, pela busca de elementos herdados dos demais grupos. Nessa busca evidencia-se, com maior clareza, a contribuição da cultura indígena e africana. A cultura indígena caracteriza-se pelo aproveitamento intenso dos recursos naturais. Não possui a ideia de armazenar os alimentos para enfrentar épocas de escassez. [...] O espírito itinerante, típico do índio, será herdado pelo caboclo. [...] O negro, condicionado pelo modo de vida a que foi submetido, criou alto grau de dependência em relação ao senhor (branco). A dependência gerou a carência de iniciativa, de dinamismo e de auto-coordenação. O passivismo, ‘Deus quis assim’, por sua vez dará fundamento à concepção fatalista. O sentimento de dependência e a concepção de “destino”, utilizando como justificação dos fatos irreversíveis, elementos presentes na cultura cabocla, sem dúvida, lançam suas raízes na tradição cultural negra. (DALBOSCO et al., 1992, p. 86-87).

Por sua vez, quanto ao negro:

Enquanto o índio durante longo período não se sujeitou ao contato e aproximação com o branco, o negro veio junto, como força de trabalho escravo. O índio se negava a participar do processo de povoamento e, mais tarde, da colonização. Este fato implica na razão de seu quase extermínio; ao passo que o negro participa, como escravo. Ambos, o índio, por recusar-se ao trabalho escravo, e o negro, por ser escravo, foram marginalizados da convivência social. [...] O trabalho nas fazendas e o cultivo e fabrico de erva-mate foram as principais ocupações da mão-de-obra escrava. A erva-mate constituiu-se, durante longo período, como o principal produto de exportação do município. [...] O menor envolvimento do negro com o trabalho agrícola deve-se ao fato de que a agricultura era destinada, quase que exclusivamente, à sobrevivência interna da fazenda. A produção de excedentes agrícolas que se sobrepõe posteriormente à atividade extrativa, caberá ao colono imigrante. Mais tarde, quando libertos, os negros passam a trabalhar na construção da estrada de ferro que liga o Rio Grande do Sul a Santa Catarina, passando por Passo fundo e Erechim. Quando se iniciou o desmatamento, instalaram-se várias serrarias na região, e o negro tornou-se força de trabalho importante no corte dos pinhais, na serragem e no transporte da madeira. (DALBOSCO et al., 1992, p. 83-84).

¹⁴ Tropeiros, espanhóis, jesuítas, outros.

Na caracterização dos caboclos, e, dos negros, há que se ter cuidado para não cair nas artimanhas da ideologia dominante, tanto no que tange as condições materiais de opressão¹⁵, quanto as imateriais. Nas bibliografias consultadas sobre o Alto Uruguai não foram encontradas maiores referências aos negros. Mas certo é que, mesmo em número reduzido, eles estavam na região. O trecho, na sequência, faz referência à presença negra na Fazenda Quatro Irmãos:

Em 1872 aparece a primeira audiência, a medição da Fazenda Quatro Irmãos. Esta seria cedida, um pouco antes de 1856, por Antonio de Mello Rego aos irmãos Clementino, Davi, Barão dos Campos Gerais, Antonio e Gaspar, moradores em Lapa e Curitiba. O latifúndio media 25 léguas quadradas. O primeiro, Clementino dos Santos Pacheco, que viera administrar a fazenda, foi massacrado em 1856, na casa sede da estância, com mais quatro pessoas de sua família e um escravo, pelos índios coroados. (PIRAN; CASSOL, 1975, p. 28).

Portanto, anterior ao processo de colonização, iniciado com a criação da Colônia Erechim, viviam, nestas terras, diferentes grupos sociais. Já nas primeiras décadas do século XX, começaram a ocorrer intensas e rápidas transformações nos modos de vida dos grupos sociais que ocupavam a região. Principiou o período de colonização através da chegada de imigrantes de etnias europeias, oriundos das colônias velhas, do continente europeu ou vindos de outros países. A totalidade destes fatos, pelo que implicou, permite compreender que houve um processo de desterritorialização e reterritorialização do território e das territorialidades formadas no Alto Uruguai. As transformações que se sucederam significaram uma ruptura paradigmática, ou seja, foram realmente radicais em relação à lógica dos grupos sociais que, aqui, viviam.

¹⁵ Como, por exemplo, no dizer que o índio se negava a participar do processo de povoamento e, mais tarde, da colonização [...] ao passo que o negro participa.

2.1.2 A fase da colonização oficial do – grande – Erechim

Neste momento, inicial, são apresentados atos políticos que, incidiram na configuração do Alto Uruguai. Estes, extraídos das bibliografias consultadas, contêm em seu bojo, as relações político-ideológicas de dominação. Portanto, não estão isentos de neutralidade.

O ponto de partida é o ano de 1902, quando foi criado o sétimo distrito municipal, com sede no povoado de Capoerê¹⁶. O novo distrito justificou-se para “facilitar a ação da polícia e do fisco, tendo em vista: a extensa área do distrito, a distância da sede aos pontos extremos onde a população se concentrava para a extração de erva mate, o aldeamento de indígenas nas proximidades de Capoerê.” (CASSOL, 1979, p. 27).

A criação do distrito já demonstra a intenção do Estado estabelecer um controle maior sobre os grupos sociais que viviam no Alto Uruguai, a fim de garantir o projeto de colonização, fazendo-se mais presente, mesmo que ainda de modo muito incipiente. De outro lado, indica a maneira preponderante (naquele momento) de atuação do Estado: a ação da polícia e do fisco.

Em 1905, o sétimo distrito foi suprimido e incorporado ao terceiro e ao sexto. A alegação para a ação foi “conveniência de serviço” (CASSOL, 1979, p. 27). Porém, Frainer (1936, p. 10) assim se pronuncia: “Infelizmente, alegando conveniência de serviço, mas com certeza, por motivos políticos, a edilidade passofundense extinguiu em 6 de Julho de 1905, o novo distrito, distribuindo-lhe o território entre o terceiro e o sexto.” Em seguida, o autor sublinha: “Não é mister acentuar quanto essa atitude dos poderes públicos veio entravar a tão bem iniciada expansão agrícola.” (FRAINER, 1936, p. 10).

Já em 1908, em seis de outubro, foi criado o Núcleo Colonial de Erechim (KARNAL, 1926, p. 24). De acordo com Cassol (Ibid., p 28), trata-se da “colonização oficial, planejada, segundo a legislação vigente, [...] executada pelo organismo competente, a Inspeção de Terras. Permite-se também a colonização privada de acordo com a legislação pública.”. Ainda, consoante o autor (Ibid., p. 127), a proposição da criação da Colônia Erechim foi dada pelo Eng. Carlos Torres Gonçalves (Chefe da Diretoria de Terras e Colonização) ao Presidente do Estado, Dr. Carlos Barbosa Gonçalves¹⁷. Um ano depois, em 1909, o Governo do Rio Grande do Sul (RS) escolheu a sede da Colônia Erechim, onde hoje se localiza o

¹⁶ Lembra-se que a colônia Erechim foi instalada no terceiro distrito de Passo Fundo, o qual era denominado Alto Uruguai (KARNAL, 1926, p. 03).

¹⁷ Governou o RS de 25/01/1908 a 25/01/1913. Antes (25/01/1898 a 25/01/1908) e, posteriormente, (25/01/1913 a 25/01/1928) ao seu mandato, o governo foi presidido por Antônio Augusto Borges de Medeiros.

município de Getúlio Vargas (Ibid., p. 28), que, conforme Illa Font (1983, p. 93), “abrange toda uma região já conhecida pela designação de Erechim (do dialeto Caingang = campo pequeno).”

No Relatório do Secretariado do Estado dos Negócios das Obras Públicas, elaborado por Candido José Godoy, - e apresentado ao Dr. Carlos Barbosa Gonçalves em 10 de setembro de 1910 (GARCEZ, 1997, p. 36 apud p. 120-121), consta que o Governo do Estado resolveu criar a colônia (sugerida pela Diretoria de Comissão de Terras) não “só na insuficiência das outras colônias, como para atender antigos colonos de várias procedências, que ali se estavam estabelecendo, atraídos pela fertilidade das terras e a presença de uma estrada de ferro.” Cabe destacar que a ferrovia foi decisiva não somente para atrair imigrantes, mas no desenvolvimento, demográfico e econômico, da colônia Erechim.

A estrada de ferro corta uma das mais opulentas e despovoadas regiões do Rio Grande, na quase totalidade coberta por densa e exuberante floração nativa. Cumpre amplamente sua missão civilizadora. As estações construídas ao longo do seu leito tornam-se permanentes núcleos sociais e pontos de penetração do povoamento. A pouco tempo torna-se, durante muitos anos, a espinha dorsal dos transportes, único e precioso veio das importações de bens de uso e consumo, assim como das exportações da produção criada pelo trabalho dos colonizadores. (ILLA FONT, 1983, p. 91).

Em 1910, através do Ato nº 167, estabeleceu-se o oitavo distrito municipal de Passo Fundo, tendo por sede a Colônia Erechim (Karnal, 1926, p. 05) e sendo as suas raias definidas naquele mesmo ato. Consta, também, que, naquele ano, ocorreu a instalação do núcleo da Colônia Erechim, com “36 colonos sendo 4 famílias com vinte e oito pessoas e oito solteiros.” (Ibid., p. 24).

Este fato, com certeza, é um marco simbólico, mesmo que já com a presença de outros imigrantes/migrantes nas terras em questão. No entanto, cabe ressaltar que foi possível pelas condições anteriormente forjadas e que antecedem a própria criação da Colônia Erechim em 1908.

Foto 2 – Galpão ou paiol do imigrante, construído para alojar os imigrantes que vieram para Erechim, 1911.



Fonte: Arquivo Histórico de Erechim.

Em relatório apresentado ao Governo do Estado pela Secretaria de Obras Públicas, em 1915, há a indicação de que: “A sede (de Erechim) será até fins deste mez, transferida para o povoado de Paiol Grande, junto à estação da via férrea, e que pela sua situação geográfica melhor prestará à administração da colônia.”¹⁸ (CASSOL, 2003, p. 69).

Em 30 de abril de 1918, o oitavo distrito foi elevado à categoria de município, sendo denominado Erechim e tendo por sede a vila Boa Vista¹⁹ (Karnal, 1926, p. 08). Entre 1910 e 1918 foram expedidos dois Atos que tratavam da demarcação da região. O Ato nº 234, de 1914, alterou as divisas do terceiro e do oitavo distrito e o Ato nº 241, de 1915, ratificou o Ato nº 167, de 1910, e estabeleceu definitivamente as divisas do oitavo distrito que permaneceram inalteradas na criação do município de Erechim.

Partindo da barra do rio do Peixe acima até a barra da sua principal vertente que fica entre os quilômetros 405 e 406 da linha férrea, dali em linha reta até a cabeceira do primeiro afluente do rio – Teixeira abaixo do Facão, por este ao Passo Fundo, por este ao Uruguay, por cima até a barra do Ligeiro e, por este acima até o ponto de partida. (Decreto nº. 2342 de 1918 apud KARNAL, 1926, p. 9).

¹⁸ Neste mesmo item sugere-se substituir o nome de Paiol Grande por outro menos prosaico.

¹⁹ Erechim, inicialmente era a designação do atual município de Getúlio Vargas. Por sua vez, o atual município de Erechim, foi designado até 30/04/1918 de Paiol Grande, a partir de 30/04/1918 de Boa Vista, já em 7/9/1922 era chamado de Boa Vista do Erechim, 5/4/1938 de José Bonifácio e em 29/12/1944 de Erechim.

Ao que tudo indica, a escolha da sede de Erechim, - não foi consensual, embora pareça não ter gerado maiores conflitos. De acordo com Frainer:

Há males que vem para bem. [...] Não se pode negar que a escolha da sede do novo município constituiu uma injustiça aos laboriosos moradores de Erechim. [...] Paiol Grande mal despontava para a vida. A sua única importância, era ser uma estação da Viação Férrea. É fora de dúvida, que se a escolha recaiu em Paiol Grande, isto o foi exclusivamente por influências de interessados, principalmente dos que possuíam terras. O Governo do Estado, entretanto, indo de encontro aos desejos dos interessados, praticou obra proveitosa, pois Paiol Grande, transformado em Boa Vista, fez juz, desde logo, á honra que se lhe atribuiu. (FRAINER, 1936, p. 17).

Convêm esclarecer que os distritos de Erechim começaram a emancipar-se a partir de 1934 (CASSOL, 1979, p. 215; NETTO, 1981, p. 297). Neste particular, deve-se ressaltar que, há muitas singularidades na formação de cada distrito, mas que este trabalho, pelo que se propõe, não tem condições de abordar.

Neste ponto, Agora e para além das decisões políticas mais locais / regionais que foram configurando a área desta região, outras evidências históricas devem ser elencadas, explicitando as transformações que ocorreram no citado território.

Néidio Piran (2001 p. 25), na obra *Agricultura Familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai*, identifica que esta região “é o último espaço do território gaúcho, conquistado e incorporado à produção capitalista.” Entre os objetivos da colonização da região estava “garantir a intocabilidade do latifúndio criador na Campanha e nas áreas de campo do Planalto de um lado e, de outro, aliviar tensões sociais nas Colônias Velhas, decorrentes do relativo excedente populacional ou de problemas em demarcação e titulação de terras.” (loc.cit).

Complementar a este objetivo, Piran e Cassol (1975, p. 28 – 33) indicam três fatores principais na ocupação da região no final do século XIX e início do século XX: 1º) A revolução federalista de 1893/94²⁰; 2º) a ferrovia São Paulo – Rio Grande; 3º) as terras velhas começavam a expelir filhos de imigrantes já mais habituados ao meio e mais eficazes economicamente.

²⁰ Na historiografia de Erechim, há vários relatos de conflitos, envolvendo o Estado e suas forças partidárias, fazendeiros, caboclos, índios e outros. A chamada Revolução Federalista parece não só ter feito destas matas refúgio para alguns, mas também gerou mais conflitos, neles se destacando vários atos de crueldade. Busatto (1980), na obra *Povoadores do antigo “Grande Erechim”*, relata alguns destes fatos.

Portanto, os índios, os caboclos, os negros e outros grupos sociais que constituíam a territorialidade do chamado sertões de Erechim, foram os que mais tiveram o seu modo de vida violado pela ação colonizadora. Através da colonização e do processo produtivo oficial o Estado desterritorializou “seus primeiros ocupantes, destruindo seu território e construindo uma nova territorialidade.” (PIRAN, 2001, p. 25).

A colonização europeia, a expansão da agricultura, o iniciante processo de industrialização e urbanização, a formação da figura do colono pequeno proprietário, a privatização da terra, entre outros fatos foram compondo a trama de um processo de transição de um território à outro, e, de uma territorialidade à outra, ambas, capitalistas, sendo que, este processo ocorreu por meio de violações sutis e “escancaradas”, manifestando-se também na educação informal²¹. Ressalta-se, porém, que tal não significou o aniquilamento destes grupos sociais, embora tenha havido várias mortes, direta ou indiretamente consequentes da colonização. O ponto em questão trata de um novo paradigma, capitalista, que impulsiona as novas transformações (materiais e imateriais) no território em estudo.

Na fase que antecedeu o projeto de colonização oficial de Erechim, constituiu-se um ethos²² que, com certeza, estava longe das características atribuídas pelos colonizadores. A concepção de sertão foi construída pelos colonizadores a partir de uma determinada racionalidade. Em face ao projeto oficial de colonização, começou a se estabelecer outra organização política, social, econômica e cultural, resultante da expansão do capitalismo no campo, distinta dos grupos sociais que já habitavam naquelas matas.

Ao chegarem, os colonos europeus e os migrantes das colônias velhas encontram aqueles antigos moradores, com suas capoeiras (áreas desmatadas), roças (plantações de milho, mandioca, feijão), extraindo e cancheando erva mate. Geralmente possuem pequenas criações de animais domésticos (porcos, aves, a vaca leiteira, terneiros) bois, cavalos e muars, pois o único meio de transporte existente é o lombo do burro, a carreta, a carrocinha. [...] Certo, rude e difícil era a vida daqueles sertanejos. O índio, aldeado, deixara de constituir grupos errantes, seminômades, à procura de alimentos naturais, infestos ao branco adventício. (ILLA FONT, 1983, p. 101 – 103).

Portanto, a colonização, como já referido, representou um projeto “civilizatório” distinto da fase que a antecede. Em consonância com Cassol:

²¹ Refere-se a um conjunto amplo de justificativas que admitem o uso da violência, seja ela física ou moral.

²² Entendido como a síntese de costumes dos grupos que viviam no Alto Uruguai e, que, formava uma identidade social. Quando, por exemplo, a ótica colonizadora designa o território, formado por estes sujeitos, como sertão, há uma caracterização geral, independente de um ou outro grupo.

[...] na fase da colonização dirigida pelo Estado, a partir de 1908, quando o objetivo principal do colonizador, é FARE LA CUCAGNA, é a busca do EL DORADO. O espírito de poupança, a filosofia de trabalho, o cálculo empresarial, de acumulação, de progresso, cercado pela precariedade de recursos, pequena propriedade faz com que a natureza seja encarada como obstáculo: é preciso abater a floresta que impede a plantação, é preciso domar o solo para abrir caminhos, construir casa, cidades, comunicações, estabelecer Estado, Igrejas e seus órgãos e autoridades. O animal selvagem aparece como perigoso, os pássaros devoram a semente, o índio e o posseiro aparecem diferentes, inconfiáveis, deverão ser enxotados para não ameaçarem a propriedade, a produção, o comércio. É outra concepção lastreada 'na lei de Deus e da Igreja'. (CASSOL, 1993, p. 90).

Para atender aos objetivos da nova fase, o território foi desterritorializado. Para a concretização das transformações, outros grupos sociais foram chamados. No primeiro aspecto (objetivos da colonização), compreende-se que a “Colônia passa a cumprir o papel de produzir alimentos ao mercado consumidor urbano, já em expansão na época, além de fornecer matérias-primas industriais ao incipiente, mas já em andamento, processo de industrialização.” (PIRAN, 2001 p. 25). Além disso, de acordo com Piran (Ibid., p. 31), do início do século XX até a Segunda Guerra Mundial, desenvolveu-se uma agricultura tradicional, onde “predomina o uso intensivo dos recursos naturais: fertilidade natural do solo e mão-de-obra direta (familiar).” Apesar dessas características, não é possível afirmar que o objetivo principal dessa fase é a subsistência familiar, pois desde “o início, os agricultores familiares organizavam a sua produção para o mercado [...] não apenas comercializando os excedentes não consumidos pela família, mas dedicando-se efetivamente ao cultivo e a criação para o mercado.” (p. 31). Neste período, a subordinação ao mercado ocorria na comercialização (aos comerciantes e às indústrias) e não no processo produtivo (Ibid., p. 32 – 33)²³.

No segundo aspecto (novos grupos sociais), entende-se que: “Todo o planejamento elaborado para a execução do Projeto Colônia Erechim contava com a imigração europeia.”²⁴ (ILLA FONT, 1983, p. 95). É importante observar que, em 1914, Borges de Medeiros rompeu o acordo com a União referente à imigração oficial subsidiada no Estado do Rio Grande do Sul (CASSOL, 1979, p. 14). A partir de então e cada vez mais a imigração passou a ser

²³Zarth (1997, p. 175) ao se referir ao planalto gaúcho, ou seja, a uma área mais abrangente do que o Alto Uruguai, também faz referência a esta subordinação: “o colono imigrante foi submetido ao controle econômico dos comerciantes de produtos agrícolas que tinham interesses distintos dos interesses dos estancieiros.”

²⁴ Cabe observar que parcela da população inserida na região foi realizada através de políticas que visam a incorporar grupos considerados marginais à cultura ocidental moderna, entre eles operários dispensados de fábricas e ou outras indústrias devido à crise internacional e nacional (Silva, 2008, p. 345). Assim, e ainda de acordo com Silva, em 1915, entre outros auxílios e formas de trabalho, o governo do Rio Grande do Sul fixa em Erechim 1.834 operários para se tornarem colonos (2008, p. 345).

espontânea²⁵, algo que antes de 1914 já estava sendo defendido pelos governantes do RS. De acordo com Silva (2008, p. 335), um dos “principais argumentos que usavam os defensores da imigração espontânea era aquele que dizia respeito à qualidade dos imigrantes, uma vez que diante da imigração subvencionada não era possível manter controle sobre quem entrava no estado.” Silva (2008, p. 336) acrescenta que os defensores deste tipo de imigração, espontânea, “acreditavam que esses imigrantes eram mais assimiláveis do que os subvencionados”, argumento que o autor considera fraco.

Foto 3 – Sítio em Rio Novo (Aratiba), 1920



Fonte: Arquivo Histórico de Erechim

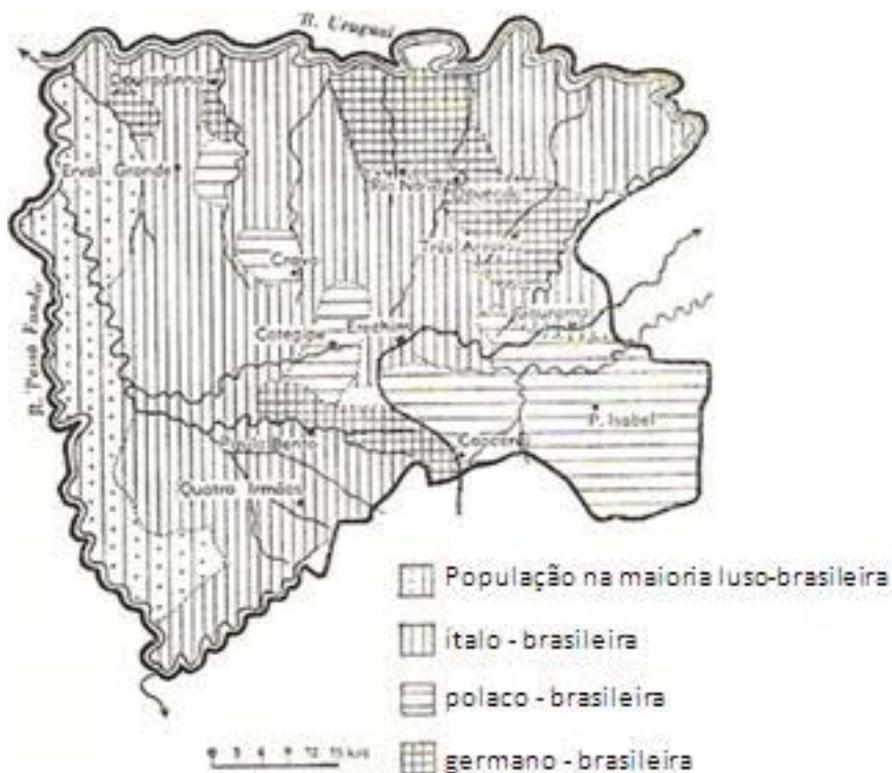
Por conseguinte, concorda-se com Rückert (1997 p. 34-35) no entendimento que o território capitalista somente foi construído com a destruição do território indígena e com a sujeição do trabalho familiar dos pequenos agricultores, acrescentando-se, nesta tese, a vitimização dos caboclos e de outros grupos sociais que, aqui, viviam. Neste aspecto, observa-se a narrativa de que antes da colonização o “caboclo era dono de tudo, suas terras não tinham limites” (CASSOL, 1979, p. 127), com a de que o descaso em relação ao caboclo foi maior do que aos indígenas, sendo que os seus remanescentes foram empurrados para as terras de mais

²⁵ “Em 13 de junho de 1914, é expedido o Decreto nº 2098, pelo qual foram revogados os acordos anteriores com a união, de forma que a partir dessa data a todo estrangeiro vindo espontaneamente ao estado era concedido um lote de 25 hectares mediante o pagamento de um terço de seu valor. Era possível conceder mais de um lote por colono, mas apenas com o pagamento à vista.” (SILVA, 2008, p. 336).

difícil acesso e, no processo de industrialização/urbanização, foram constituindo a população residente nas favelas (PIRAN, 2001, p. 58).

Ao se tratar destas mudanças, radicais, no território e nas territorialidades do sertão de Erechim²⁶, faz-se necessário apresentar dados estatísticos que evidenciam o processo histórico que estava sendo desenvolvido e que formou um novo território e novas territorialidades. Assim sendo a partir da instalação da Colônia Erechim, houve um crescimento demográfico acelerado. Em 1911, a população já era estimada em 14.400 pessoas (Cassol, 1979, p. 120). Em 1915, já havia aproximadamente “27.359 habitantes, dos quais eram 7.114 brasileiros, 5.721 polacos, 246 suecos, 3.652 alemães, 1.827 italianos, 722 austríacos, 106 espanhóis, 74 franceses, 734 portugueses e 7.863 de diversas nacionalidades.” (Karnal, 1926, p. 26-27). Novamente, cabe ressaltar este território como diverso, também sobre o ponto de vista étnico/cultural.

Mapa 1 – Distribuição das principais etnias na Colônia Erechim



Fonte: (ROCHE a, 1969, p. 139).

²⁶ Neste período, houve um intenso debate sobre o branqueamento da população. Neste sentido, a imigração através de etnias europeias contribuiria para tal propósito.

Na tabela, que segue, não somente se identifica o crescimento demográfico, mas uma primeira estimativa da população urbana e rural:

Tabela 1: Estimativa do crescimento demográfico – Município de Erechim.

ANOS	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	TOTAL	URBANA %	RURAL %
1918	1.700	36.826	38.526	4,4	95,5
1924	2.750	44.614	47.364	5,8	94,1

Fonte: (IBGE. Anuário Est. do RS apud Cassol, 1979, p. 118).

Entretanto, de acordo com as bibliografias consultadas, não houve somente um crescimento demográfico na Colônia Erechim, mas um crescimento econômico. Nas tabelas, apresentadas na sequência, é possível minimamente dimensionar o desenvolvimento econômico, traduzido nos principais produtos, produção e comércio e indústrias que são criadas.

Tabela 2: Principais produtos – Erechim

Produtos	1921	
	Quantidade (K)	Valor (\$)
1. Banha	350.000	420.000:000,00
2. Milho	450.000	33.750:000,00
3. Trigo	600.000	180.000:000,00
4. Erva mate	75.000	30.000:000,00
5. Feijão	200.000	34.000:000,00

Fonte: (CASSOL, 1979, p. 40).

Tabela 3: Quadro da Prod. Agrícola em Erechim – Ton.

Produtos	1916	1920	1924
1. Milho	10.080	42.080	43.000
2. Feijão	1.440	3.840	4.300
3. Batata Inglesa	840	930	1.300
4. Fumo	--	--	--
5. Arroz	120	120	180
6. Cana	15.070	50.220	--
7. Trigo	2.400	3.250	9.500
8. Mandioca	190	--	--

Fonte: (ROCHE b, 1969, p. 314).

Tabela 4: Comércio e profissões – Erechim / 1925

Espécie	Quant.
Armazéns de Cereais	3
Açougues	11
Alfaiarias	23
Agência de Banco	10
Agências de Automóveis	7
Armazéns de produtos coloniais	2

Advogados	6
Barbearias	7
Botequins	5
Buffets	5
Bilhares	8
Cartórios	6
Casas comerciais	241
Carpintarias	18
Casas de bebida	17
Casas de pasto	34
Cortumes	14
Compradores de produtos	1
Correarias	3
Perfumarias	1
Canchas de bocha e bolão	6
Cinemas	3
Cooperativas de fumo e folha	1
Construtores	7
Comissões e consignações	4
Empresas colonizadoras	4
Exportadores	1
Exportadores de cereais	6
Engenhos de aguardente	4
Engenhos de serra	90
Exportadoras de madeira	24
Hotéis	25
Lojas de ferragens	3
Lojas de calçados	3
Médicos	12
Mercadinhos	3
Mercador de produtos coloniais	1
Farmácias	10
Fotógrafos	7
Refinarias de banha	4

Fonte: (Karnal, 1926, p. 45 – 48).

Tabela 5: Setor industrial em 1925 – Erechim

Espécie	Quant.
Alambiques	13
Fábrica de Cadeiras	2
Fábrica de Cerveja	3
Fábrica de Foguetes	1
Fábrica de Caixas	2
Fábrica de Açúcar	1
Fábrica de Pelegos	1
Fábrica de Chapéus de Palha	2
Fábrica de Bebidas	4
Fábrica de Veículos	4
Fábrica de Canivetes	3

Fábrica de Salames	5
Fábrica de Vinhos	7
Fábrica de Gasosa	6
Fábrica de Vassouras	1
Fábrica de Chinelos	2
Fábrica de Móveis	4
Fábrica de Rapaduras	2
Fábrica de Queijos	2
Fábrica de Balas	1
Fábrica de Gaitas	1
Fábrica de Laticínios	1
Fábrica de Café	2
Fábrica de Balanças	1
Moinhos	53
Fundição	1
Padarias	13
Erva mate	3
Cutelaria	1

Fonte: (Brondani apud Cassol, 1979, p. 60).

Mesmo que possa haver sobreposição de algumas informações, os registros evidenciam as transformações neste território quando da colonização. Para a concretização dos objetivos da colonização se faz necessário outra base econômica. Indústrias e serviços são criados para responderem a tal propósito.

A finalidade de apresentar dados e informações que evidenciam este crescimento econômico é relacioná-los com a expansão do capitalismo no campo e, no caso, com a incorporação do Alto Uruguai à produção capitalista. Por sua vez, de modo dialético com a base material (comércio, indústria, agricultura...) foram se constituindo os aspectos imateriais²⁷ do território e, como já mencionado, na sua totalidade, constituem um novo paradigma aos que existiam antes da colonização oficial.

Novamente, é conveniente frisar, que, no processo de crescimento demográfico, de urbanização e industrialização e do aumento gradativo da produção agrícola a ferrovia foi decisiva, tanto ao garantir escoamento da produção quanto como meio de ligação com outras regiões e estados.

²⁷ De acordo com Fernandes (2010, p. 15): “O território imaterial está presente em todas as ordens de territórios. O território imaterial está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. Portanto, inclui teoria, conceito, método, metodologia, ideologia etc. [...] O território imaterial pertence ao mundo das idéias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material. A importância do território imaterial está na compreensão dos diferentes tipos de território material. Nós transformamos as coisas, construímos e produzimos objetos na produção do espaço e do território. Penso o território imaterial a partir da mesma lógica do território material, como a determinação de uma relação de poder.”

Com a chegada da estrada de ferro a Passo Fundo surgem as serrarias ativando o povoamento da gleba pela atração de centenas de trabalhadores e suas famílias. Então o progresso ganha novo impulso e novas formas. [...] A estrada de ferro corta uma das mais opulentas e despovoadas regiões do Rio Grande, na quase totalidade coberta por densa e exuberante floração nativa. Cumpre amplamente sua missão civilizadora. (FONT, 1983, p. 89 – 91).

O crescimento econômico estava associado ao trabalho do imigrante/migrante e, de fato, o é, até porque, como já mencionado, todo o planejamento do Projeto Colônia Erechim contava com a imigração/migração europeia. Entretanto, um dos pontos em debate é sobre os mecanismos utilizados para legitimar um determinado modo de produção em detrimento dos modos de vida que existiam. Zarth (1997), entre outros aspectos, enfatiza, na história do campesinato no RS, as diferenciações entre os colonos imigrantes e os lavradores nacionais²⁸. De acordo com o autor (2009, p. 223): “A literatura e os documentos históricos são repletos de referências negativas sobre a produção dos lavradores nacionais e ricos em elogios aos colonos europeus [...]” Tal fato está à ereção de uma ideia de camponês ligada ao desenvolvimento capitalista, pois a “concepção de colono que aparece na bibliografia e nos documentos históricos é a de um camponês associado à idéia de progresso, de civilização, de desenvolvimento, de capitalismo.” (ZARTH, 2009, p. 225).

No âmbito da região, esta perspectiva também é encontrada. De acordo com Cima (2003, p. 50), na obra *Reza e Política: uma combinação na história do padre Busato em Erechim*, este religioso “atribuía ao colono a ligação de Erechim com o mundo civilizado, pois, por necessidade, eles teriam aberto estradas e iniciado as atividades agrícolas, possibilitando, assim, atividades do comércio e da indústria.”

Em conformidade com Marcon (1994) a “colonização priorizou e atendeu aos interesses dos grupos sociais dominantes e, conseqüentemente, com maior poder de barganha: os fazendeiros e os colonos imigrantes.” (Ibid., p. 87). Assim, os projetos “envolvendo os indígenas, (aldeamentos) somente foram implementados, na medida em que estes impuseram resistências e constituíram-se em ‘obstáculos’ ao avanço da colonização.” (Ibid., loc.cit). A situação em relação aos caboclos “foi ainda pior, porque não houve um projeto de maior repercussão neste sentido.” (Ibid., loc.cit).

Aos lavradores nacionais pouco sobrou, pois não houve a contemplação efetiva de áreas de terras. Embora na Lei de Terras de 1850, em seu art. 5º conste: “serão legitimadas as

²⁸ Esta designação abrange os caboclos, mestiços descendentes de portugueses, povos indígenas e/ou africanos. (ZARTH, 2009, p. 223).

posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante'. [...] nem toda a posse era a condição suficiente para a legitimação.” (MARCON, 1994, p. 69 – 70). De acordo com o art. 6º era “necessário [...] ‘cultura efetiva e morada habitual’ das mesmas. A legitimação das posses [...] excluiu os caboclos, pequenos posseiros, e os indígenas, particularmente o habitante das matas na região do Planalto Médio e Alto Uruguai.” (Ibid., loc.cit).

Também é necessário considerar os conflitos resultantes da venda da terra, sendo que o Estado “estimulou a participação de empresas privadas no processo de colonização, das quais se destacam duas: a Companhia Colonizadora Luce e Rosa [...] e a Jewish Colonization Association – ICA.”(GRITTI, 2003, p. 56). Conforme Piran (2001, p. 24): “Desde o início, a contradição se faz presente: veja-se que, enquanto aos poloneses, vindos mais tarde, vende-se lotes de 12,5 ha, à J.C.A. permite-se comprar lotes de até 250 ha.”

Em uma mensagem do Presidente do Estado à Assembleia dos Representantes, em 20 de outubro de 1910, identifica-se, a relação de reciprocidade entre a concepção positivista impregnada no projeto do PRR e o papel do Estado no que trata sobre a livre iniciativa.

‘O Projeto do PRR ou Castilhistas preconizava a livre iniciativa como força motriz da economia e da sociedade’. Não cabe ao Estado exercer direta intervenção neste domínio estranho à sua missão normal, porque não lhe é lícito tornar-se banqueiro ou capitalista de qualquer classe. Tudo pode, entretanto, a iniciativa privada quando bem encaminhada e esclarecida. Basta que as iniciativas individuais se congreguem e fortaleçam pela solidariedade dos interesses suprimindo às próprias necessidades pela observância do princípio cooperativo. (CASSOL, 1993, p. 90).

Em 1925, entre os maiores proprietários de terras, estavam as duas empresas colonizadoras²⁹, sendo que dos 286.690 hectares registrados, a ICA detinha 92.597 hectares e a Luce e Rosa possuía 4.948 hectares, ocupando, respectivamente, o primeiro e o terceiro lugares (KARNAL, 1926, p. 52).

²⁹ Estas em geral eram empresas privadas e atuavam principalmente na mercantilização das terras, cumprindo um papel fundamental na inversão da relação entre território e dinheiro. Entretanto, não era somente a venda da terra em si, pois interferiam em quase todo processo de imigração/migração, constituição das comunidades (casas, escolas, igrejas...), políticas fundiárias, etc.

Foto 4 – Escritório da Empresa Colonizadora Luce Rosa & Cia Ltda, em Rio Novo (Aratiba)



Fonte: Arquivo Histórico de Erechim

Outro exemplo da ação das empresas privadas reside no setor madeireiro. Estas empresas desconsideravam a área das próprias reservas indígenas, destruindo, paulatinamente, os recursos naturais e reduzindo as possibilidades de reprodução e sobrevivência dos índios (PIRAN, 2001, p. 54). No ano de 1914, segundo dados da Agência Local do IBGE (apud CASSOL, 1979, 30), a exportação da colônia estava assim representada: madeira – 35%; erva-mate – 18%; milho – 14%; banha – 8%; feijão – 7%.

Em estudos Frainer (1936) e de IllaFont (1983) há trechos bastante elucidativos deste tipo de ação humana que transformou profundamente a paisagem da região:

A população cresceu. Intensificou-se o comercio. As industrias prosperaram. Onde, ainda ha pouco, arvores gigantescas, desfraldavam aos áres, o lábaro esmeraldino de seus galhos copados, via-se agora a ondulação verde amarela dos trigais, a fartura do milho, a simetria dos vinhedos. (FRAINER, 1936, p. 10-11).

A floração que exuberantemente cobre a extensão região da Colônia Erechim formase de rica mata, crivada de grandes, altas e frondosas árvores das mais variadas espécies, de inestimável valor ecológico que se não sabe apreciar nos tempos primitivos e também de incalculável riqueza econômica apropriada de imediato pelos colonizadores. (FONT 1983, p. 115).

Neste ponto, já começam a aparecer mais nitidamente elementos da territorialidade imaterial. Novas concepções (trabalho, produção, campo, propriedade, etc.) passam a se fazer presentes nas relações sociais, explicitando as tensões/contradições sociais. Esses elementos da territorialidade imaterial foram fundamentais na materialidade do capitalismo, visto que os grupos dominantes exerceram tanto as funções de domínio (acesso ao poder e uso da força – função coercitiva) quanto as de direção (intelectual e moral – persuasão) para fazer hegemônico o seu projeto.

Se entendermos o vínculo da produção agrícola ao mercado, no conjunto das relações sociais que estão sendo estabelecidas, consequentes da expansão do capitalismo no campo e, a ela relacionada, pode-se levantar a hipótese da existência de indícios de relações capitalistas, ou seja, já não se caracterizam como relações de troca, permuta, comércio, entre outras, geradas basicamente para a manutenção e reprodução da existência dos indivíduos. A partir da colonização, especialmente, a força de trabalho, passa a estar cada vez mais submetida à relação capital – trabalho. Não se está afirmando que estas relações abrangem o conjunto da realidade, mas que começam a coexistir cada vez mais com as relações não capitalistas de produção, sendo que, com o passar dos anos, de fragmentadas e parciais, amadurecem e se consolidam.

Jean Roche, a partir de uma tabela sobre dados da economia de Erechim do ano de 1913 a 1918, desenvolveu a seguinte análise:

Na medida em que dependia dos transportes, o desenvolvimento de Erechim foi antes contrariado pela guerra. As exportações diminuíram em 1915, e as importações diminuíram à metade das de 1913. Isso faz mais surpreendentes os progressos dessa colônia. Em cinco anos, a população tornou-se 1,8 vezes maior, a produção 3, a exportação 3,3: o valor da exportação por habitante dobrou. Durante os primeiros anos (até 1914), as importações acusaram superioridade em relação às exportações, o que se explica pela extensão das necessidades da colônia recentemente fundada e pela existência de rendas complementares (subvenções, salários por salários públicos, etc.). A partir de 1915, as importações são mais baixas que as exportações, mas a relação importação/exportação sobe em 1916 e atinge 89% em 1918, mais do que em Ijuí após vinte e dois anos de colonização. A atividade econômica traduz, portanto, a brilhante prosperidade da colônia, ou antes, é a causa dela. (ROCHE a, 1969, p. 65-66).

Nesta citação, é possível perceber a relação entre vários fatores, tais como: aumento demográfico, transportes, produção de determinados cultivos. Todos estão num âmbito macro de análise e de relações caracteristicamente capitalistas, que diferem da “antiquíssima

tendência social a comerciar, permutar e trocar.” (WOOD, 2001, p. 125). Mais uma vez, através destas transformações, se realça os processos de desterritorialização na região, configurando, assim, um novo território e territorialidade. Não foi um desenvolvimento caótico, mas estruturado (embora nem tudo tenha sido planejado minuciosamente e/ou tenha havido “controle” sobre o conjunto da vida social), e que foi pressionando e determinando um paradigma civilizatório correspondente a uma racionalidade técnico científica. Neste sentido, a produção agrícola, a indústria, o comércio, as profissões, entre outros aspectos vinculados às condições materiais de existência, como os cinemas, os bazares, as livrarias, as farmácias, as canchas de bocha e bolão, etc., evidenciam as transformações que estavam ocorrendo no espaço e que correspondiam a novas necessidades, consequentes também de sua base estrutural.

Nunca é demais assinalar que, embora o papel decisivo do Estado, a hegemonia está com a iniciativa privada e com as leis do mercado, desde o início: ‘Erechim forma-se desde o início como entreposto comercial e a pequena propriedade rural. O conflito de interesses parece modelar a formação urbana e o próprio posicionamento psicológico e ideológico. (CASSOL, 1993, p. 100).

O aldeamento indígena, a venda da terra e a afirmação da propriedade privada, a compulsoriedade gradativa na produção e na lucratividade, a primazia de alguns produtos agrícolas ou pecuários (destinados ao mercado) em relação a outros destinados à subsistência são exemplos desta já existente vinculação/subordinação ao mercado e de um mercado capitalista (Wood, 2001), que envolveu, cada vez mais, os grupos sociais, de modo diferenciado nos sistemas de desigualdade e exclusão.

A incorporação desta região à produção capitalista, como não poderia deixar de ser, pela própria dialética da história, efetivou-se através de contradições/conflitos. As transformações que envolvem a passagem das terras devolutas e dos ervais públicos a sua gradual privatização que se fez pelas concessões de terras e/ou a sua venda são um dos exemplos das contradições relativas ao uso da terra. Os conflitos resultantes dessas alterações geraram vários conflitos sociais, quer entre os grupos sociais ou destes com o Estado ou as empresas.

O padrão de vida associado ao desenvolvimento capitalista ajudou a camuflar as contradições que também se expressavam no âmbito dos valores e da educação. Se retomarmos apenas o que tange aos aldeamentos indígenas, para exemplificar, identifica-se

que a prioridade do governo não era proteger, mas liberar as terras para serem colonizadas pelos imigrantes europeus, evitar os agravamentos dos conflitos com os colonos e realizar a inserção do indígena no mundo da produção dos colonizadores (MARCON, 1994, p. 104–105).

Conforme já referido, o que estava havendo, no período, era uma reconfiguração na formação social com todas as implicações sociais, econômicas e culturais. Se o Governo de Carlos Barbosa Gonçalves, ao planejar a colonização do Alto Uruguai, fez como forma de aliviar as tensões sociais nas Colônias Velhas e garantir a intocabilidade do latifúndio na Campanha (PIRAN, 2001, p. 25), por sua vez, agravou os pontos de conflito já existentes e fez com que muitos outros surgissem.

Aos imigrantes de etnia europeia também não cabe uma leitura romantizada, em que a vontade própria deles sobressaiu-se como fator predominante na colonização. O Estado, como anteriormente destacado, planejou e executou em conjunto com empresas privadas uma política de colonização que, subjacente, trazia determinados interesses.

A formação deste segmento intermediário, representado pelos pequenos agricultores, entre estancieiros e outros grupos subalternos como escravos, caboclos e índios (Marcon, 1994, p. 87), deve-se, sobretudo, aos fatores anteriormente citados. Portanto, os colonos europeus mesmo estando numa posição de certo privilégio, paradoxalmente, também foram oprimidos no mesmo projeto civilizatório.

Os colonos imigrantes que se estabeleceram como agricultores em pequenas propriedades constituíram-se numa nova classe na estrutura sócio-política da região. Os colonos consolidaram-se como classe desatrelada do tradicional coronelismo, o qual, entretanto, continuou aliciando lavradores nacionais pobres para o trabalho pastoril e para a formação de milícias particulares. Com esse controle militar e político, os coronéis-estancieiros mantiveram-se no poder por muitos anos, apesar da expansão da agricultura. (ZARTH, 1997, p. 179 - 180).

O papel a ser desempenhado pelos agricultores começou a ser delineado antes mesmo do processo de colonização em si. É claro que não se pode supervalorizar esta afirmação no sentido de idolatrar certas personalidades ou instituições e de conduzir a uma leitura determinista. Mas, para a incorporação deste território à produção capitalista, para que os objetivos já referidos fossem cumpridos, novos sujeitos foram demandados, e, estes eram os imigrantes/migrantes de etnia europeia. Neste aspecto, havia, por parte do governo, um conceito de colono/agricultor ideal, ao qual os sujeitos também deveriam enquadrar-se.

Para dar conta desse objetivo, uma série de políticas foi posta em prática. Uma das principais foi a construção de um tipo específico de camponês, o qual era denominado colono. O colono apologizado pelos governantes era, todavia, um tipo ideal que muito dificilmente se realizava na prática. Ou seja, para aqueles que estavam coordenando o povoamento, colono seria aquela pessoa que, caso fosse imigrante, facilmente se incorporaria à população que já habitava o estado, que se ligava de modo afetiva à terra, a ponto de não a abandonar, e se mostrava trabalhador e morigerado. Enfim, um indivíduo que não criaria grandes problemas ao estado e daria conta de fazer do Rio Grande do Sul o celeiro do país. (SILVA, 2008, p. 340).

Este tipo ideal de colono concebido pelos governantes do RS, conforme observou o autor, dificilmente se realizava na prática. No entanto, era o parâmetro a ser seguido. Neste sentido, aos que não se enquadravam o Estado também buscava tomar as devidas providências, sendo que um exemplo disso dá-se em relação à imigração e à colonização polonesa no RS. De acordo com Isabel Gritti (2004, p. 18) os imigrantes poloneses “reagem às condições de assentamento que lhes eram oferecidas, e essa reação indignava os administradores das Comissões de Terras e Colonização”, fazendo com que os administradores dos núcleos coloniais avaliassem os poloneses, em sua maioria, como vagabundos e que não queriam trabalhar. (Ibid., loc. cit).³⁰

Enfim, há uma relação dialética entre a materialidade e imaterialidade da formação do território. Outras concepções foram sendo inseridas no conjunto da vida social; algumas, talvez, com maior aceitação; outras, por sua vez, com certa resistência; outras, quem sabe, foram imperceptíveis. A cada nova geração também há uma singularidade no que concerne a como tudo isto aconteceu. Conforme Thompson (2009, p. 233): “Confirmamos todas as advertências feitas por Engels no final de sua vida: é impossível passar, com uma mudança de letras, do modo capitalista de produção para o capitalismo como formação social.”

³⁰ Na Colônia Erechim, segundo Isabel Gritti (2004, p. 117): “Os muitos e graves problemas vivenciados pelos demais núcleos colônias onde os imigrantes poloneses foram assentados não se verificaram na então Colônia Erechim.”

3 A SOCIEDADE CIVIL E A SOCIEDADE POLÍTICA NA RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar, para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações. Em mundos diversos a educação existe diferente. (BRANDÃO, 2007, p. 7-9).

Nas duas primeiras décadas do século XX, conforme apresentado no primeiro capítulo, ocorreram intensas, efetivaram-se profundas e até poder-se-ia consignar rápidas transformações no território onde se formou a colônia Erechim e, posteriormente, esta municipalidade. O Estado (sentido amplo) desempenhou um papel fundamental, tanto na base estrutural, quanto do ponto de vista ideológico e cultural (escolas, igrejas, etc). Ademais, o positivismo, incorporado ao programa político e ideológico do PRR preconizava a livre iniciativa como força motriz, porém ocultava os interesses de classes, apresentando, o Estado (sociedade política), como neutro e capaz de decidir para o bem comum. Entretanto, criou as condições objetivas para que o setor privado (empresas colonizadoras, madeireiras, setor comercial e industrial) cumprisse uma função expressiva no processo de desterritorialização/reterritorialização desta região, tanto nos seus aspectos materiais quanto imateriais.

A partir desta perspectiva geral e compreendendo que a presença e atuação do Estado (sociedade política), por conseguinte significou o desenvolvimento do Estado na sua acepção de sociedade civil, elaborou-se o presente capítulo³¹. Por isto, O objetivo principal segundo capítulo trata sobre a constituição da sociedade civil na região. Por isto buscou-se, nesta parte, apresentar principalmente os organismos ditos privados que vão compondo o conjunto da sociedade civil nesta região, no entanto, como foi chamado a atenção na introdução, o objetivonão é a apresentação destes organismos em si, mas para explicitar a formação de um novo paradigma que começa a compor e determinar a organização da comunidade.

Cabe ponderar que esta é uma análise complexa e, certamente, exige muito mais do que esta pesquisa pode oferecer. No entanto isto não impossibilita trazer este ponto para o

³¹Ou seja, neste processo não se criam somente órgãos administrativos e de segurança da gestão pública, mas vários organismos privados de hegemonia. Entretanto, se os primeiros tendem a estarem mais atrelados aos grupos dominantes que controlam a sociedade política, os segundos tendem a serem mais heterogêneos.

debate e dialogar com outras evidências históricas. Para avançar nesta análise, optou-se em, de início, apresentar algumas notas preliminares que subsidiam o segundo tópico que trata sobre a formação da sociedade civil na região, por sua vez, o tópico está organizado em três partes, sendo a primeira representada por uma apresentação de uma base conceitual mínima sobre sociedade civil, a segunda, sobre a sociedade política (Estado no sentido) e, por fim, a sociedade civil na mesma região.

3.1 Notas preliminares ao projeto de colonização e à constituição da sociedade civil no Alto Uruguai

Antes de apresentar alguns aparelhos privados de hegemonia, ou seja, organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente e que não se caracterizam pelo uso da repressão (COUTINHO, 1989, p. 76), que se constituíram na região Alto Uruguai, é pertinente tecer algumas notas introdutórias, como pano de fundo.

A primeira nota é que, nas décadas que antecedem o início do século XX, não há um estado de inércia na região. Neste aspecto, a crítica à concepção de sertão adquire mais sentido ao evidenciar que os valores de referência e os princípios epistemológicos eram unilaterais, colaborando para o um multiculturalismo conservador (MARCON, 2009), num espaço que já havia se tornado território (RAFFESTIN, 2011, p. 128).

A segunda nota é que a incorporação do território à produção capitalista não o tornou, a princípio, plenamente capitalista, posto que havia relações não capitalistas. Obviamente, estas relações gradualmente foram sofrendo determinadas pressões tendo em vista que o capitalismo, por sua lógica, necessita conquistar novos espaços e homogeneizar determinadas relações sociais nos aspectos culturais e na conquista do controle físico sobre determinados territórios, como o indígena ou espaços de moradia habituais de determinadas famílias. Tal postura contribuiu para que estes grupos desconstruíssem alguns referenciais simbólicos. Portanto, quando se trata de desterritorialização, também se está tratando destes processos de espoliação que os índios sofreram ao serem aldeados ou os caboclos ao serem expulsos de suas terras (por diferentes artifícios ou pela força) ou, ainda, a subordinação dos imigrantes / migrantes aos interesses do mercado, materializada através das políticas de Estado e atuação das empresas colonizadoras, madeireiras, comércio, etc. Assim, a incorporação desta região à produção capitalista foi decisiva para a constituição da sociedade civil. Em decorrência, e não

que isto represente um processo histórico linear, a configuração da sociedade civil corresponde também a uma determinada lógica de organização da vida e de percepção das coisas, diferentemente da visão de mundo que anteriormente prevalecia.

Desta constatação, resulta a terceira nota, os aparelhos privados de hegemonia são formados essencialmente por imigrantes / migrantes, sejam colonos, comerciantes, empresas colonizadoras ou industriais. Desse modo, na fase inicial, a atuação dos grupos subalternos (os índios, os negros e os caboclos) predominantemente não ocorreu dentro do novo paradigma, haja visto que eles, continuaram manifestando as suas resistências da forma como faziam³², ou seja, não através da constituição dos aparelhos privados de hegemonia. Ressalta-se que, no presente estudo, esta é apenas uma observação e não um ato de valoração ou indicação sobre a forma como estes grupos subalternos deveriam organizar-se.

A quarta nota trata das diferentes percepções do Estado para os distintos grupos sociais, principalmente os que viviam na região antes da colonização. Cassol (1993, p. 88), ao referir-se ao período que antecede a colonização constatou que “as instituições inexistem ou sua mediação é muito remota” e “cada qual tem que se proteger, daí as freqüentes e sumárias tragédias, ou remonta-se a relações algo patriarcais ou feudais em busca da proteção de algum caudilheite sertanejo”. Convêm, além disso, observar um trecho significativo que fornece algum parâmetro, mesmo que mínimo, de uma possível representação do Estado para alguns grupos que viviam na região.

Esta tipologia da maioria intrusada – Borges de Medeiros ainda em 1919 – diz que são numerosos – além do caráter de dispersão e precariedade em tudo, faz com que o Estado apareça como inimigo (muitos são foragidos da justiça ou temem perder suas posses ou serem incorporados ou tributados) ou ausente. A distância, o recíproco desconhecimento, o recíproco temor e diferenças étnico-culturais geram tipos desconfiados, cautelosos, violentos, diretos e imediatos na auto-defesa. [...] Quando a colonização avança, a necessidade de legitimar posses e titular terras, o relacionamento com o Estado, a autoridade, a Lei, tudo isso é um universo desconhecido, temido, que emperdiga ações de defesa até preventiva. (CASSOL, 1993, p. 89).

Assim posto, o Estado, sobretudo no sentido estrito (sociedade política), é percebido de diferentes modos por distintos grupos sociais ou pessoas. Este fato, inserido no contexto da pesquisa, tem um significado diverso do atual, onde a presença do Estado, popularmente, é

³²Isto não significa que estes grupos não tenham manifestado suas reivindicações aos poderes públicos, como alguns registros mostram. No entanto, dentro deste novo paradigma e do ponto de vista político, isto não ocorre de modo mais articulado.

reconhecida e solicitada sempre que necessário, embora questões mais profundas sobre esta instituição sejam ainda muito restritas ao ambiente acadêmico. Nas primeiras décadas do século XX, na região de Erechim, os grupos sociais experimentaram a instituição Estado reportando-se muitas vezes às experiências anteriores, que, em muitos casos, não foi benéfica e continuou não sendo, principalmente em relação aos índios, aos negros e aos caboclos. Soma-se, ainda, o fato de algumas pessoas que integravam os grupos subalternos serem fugitivas da justiça, ou seja, trata-se também da própria sobrevivência destas pessoas, como perseguidas pela polícia.

Por sua vez, a quinta nota refere-se à correlação entre território e dinheiro, em que o segundo passa a reger o primeiro. A subordinação ao mercado, que ocorria na comercialização (aos comerciantes e às indústrias), é apenas um dos vários fatos que compõem o complexo processo desta inversão. João Weiss Rio Brasil, assim escreve sobre um comentário de um patrício sobre os comerciantes:

Os vendeiros, afirmava, cobravam caro os mantimentos e as coisas necessárias ao colono, mas quando este lhe trazia algum produto, que lhe custára meses de suor e energia, lhes dava um preço miserável e mesmo assim só em troca de mercadorias. Podia-se trabalhar toda a vida sem sair deste círculo e sem poder economizar para melhorar a situação ou retirar-se para outro lugar. Eles sim, progrediam rapidamente, aumentando seus armazéns, suas moradias, seus estoques, à custa do suor do colono, sempre pobre e miserável. (RIO BRASIL, 1950, p. 74-76).

Fazendo-se uma interlocução entre esta narrativa (como experiência vivida), as transformações ocorridas na região nas primeiras décadas do século XX e o pensamento de Milton Santos (2011, p. 13), é possível estabelecer a seguinte correlação entre dinheiro e território. Primeiro, “o território rege o dinheiro. Após, e progressivamente, a relação se inverte, o dinheiro inverte o território. A troca é a mediação histórica da relação e da inversão. Por intermédio da troca, o dinheiro, e então o território, se faz informação e regulação.” Na narrativa apresentada há um vínculo material com a análise de Milton Santos (2011) e de Ellen Wood (2001) ao tratar da subordinação ao mercado e de um mercado capitalista. A apropriação das riquezas geradas pelo trabalho dos colonos, dos caboclos, dos negros e dos índios é um ponto fundamental na inversão entre território e dinheiro que está ligada à expansão do capitalismo no campo e que, neste processo, foi constituindo a sociedade civil na região.

A sexta nota diz respeito à complexidade das relações de poder para o exercício da dominação. Embora seja possível identificar certas dualidades, como, entre os índios e colonos, também há registros de casos em que índios por interesses particulares agiram contra o seu próprio povo. Da mesma forma, poder-se-ia citar os caboclos (bugreiros³³) que estiveram ao lado dos seus próprios opressores, oprimindo³⁴. Aqui, e sem a intenção de avançar nesta reflexão, vale lembrar o pensamento de Paulo Freire ao se referir ao opressor como hospedeiro no oprimido (FREIRE, 2005).

O desenvolvimento econômico gerado pela produção capitalista não exprimiu de forma equânime a consequente melhora de vida aos que produziram tais riquezas (sétima nota). Também a velocidade com que tais transformações foram processadas, agregada ao fato de significarem novas relações sociais que, em seu bojo, continham um alto teor ideológico³⁵, dificultaram a capacidade dos grupos subalternos refletirem e readequarem a sua prática ao novo contexto. Em parte, isto pode ser remetido tanto às ponderações de Thompson (2009) ao tratar dos limites da experiência³⁶, ou a Karel Kosik (1977), onde a

atitude primordial e imediata do homem face à realidade, não é a de abstracto sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, mas a de um ser que age objectiva e praticamente, de um individuo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais. Portanto, a realidade não se apresenta aos homens, à primeira vista, sob aspecto de um objeto que cumpre apreender, analisar e compreender teoricamente, cujo pólo oposto e complementar seja justamente o abstracto sujeito cognoscente [...]. (KOSIK, 1977, p. 11).

Tecidas estas notas introdutórias, avança-se para a apresentação de uma caracterização da formação da sociedade civil nas primeiras décadas do século XX na região de Erechim.

³³ Grupo de indivíduos que agiam contra os indígenas. Os bugreiros, a mando de fazendeiros, empresas, colonos imigrantes ou do próprio Estado, prestavam-lhe proteção ou ajudavam a afugentar os índios das terras em que moravam ou exterminá-los. Geralmente, estes grupos eram compostos por caboclos, ou seja, homens também conhecedores da mata. Por sua vez, os índios eram pejorativamente chamados de bugres, embora esta denominação, por vezes, também abrangesse os caboclos.

³⁴ Esta reflexão é retomada no próximo capítulo, ao tratar-se da cultura popular.

³⁵ Aqui, tomada no sentido marxiano.

³⁶ Neste trabalho já referido.

3.2 A formação da sociedade civil no Alto Uruguai

Antes ainda de apresentar alguns aspectos sobre a formação da sociedade civil no Alto Uruguai é importante estabelecer uma base conceitual mínima para subsidiar a abordagem que se pretende realizar do objeto de pesquisa e que, neste momento, remete ao entendimento do Estado na concepção de Gramsci. Para isso, principalmente, recorre-se aos estudos de Norberto Bobbio e Carlos Nélon Coutinho.

Para Bobbio (1999, p. 45) Marx e Engels diferem das tendências que consideraram o Estado (sociedade política) como o momento supremo e definitivo da vida comum e coletiva do homem. Eles conceberam o Estado não como ideia ética, mas como violência concentrada e organizada da sociedade. Três elementos vão compor a doutrina marxiana e engelsiana do Estado: a) o Estado como aparelho coercitivo; b) o Estado como instrumento de dominação de classes e c) o Estado como secundário ou subordinado com relação à sociedade civil. Estas três características dão ao Estado uma concepção negativa (Ibid., p. 46).

A teoria do Estado de Antônio Gramsci, segundo Bobbio (Ibid., p. 47) e, em especial nos Cadernos do Cárcere, pertence a essa história, na qual o Estado não é um fim em si mesmo, mas é instrumental, particular, subordinado e transitório. Portanto tanto em Marx como em Gramsci, a sociedade civil – e não mais o Estado, como em Hegel – representa o momento ativo e positivo do desenvolvimento histórico (Ibid., p. 55).

Todavia, para Marx/Engels, a sociedade civil corresponderia à estrutura social, sendo o Estado reflexo dela: “se a sociedade civil é assim, assim é o Estado.” (Ibid., p. 46). Ainda, de acordo com Bobbio (2004, p. 49), Marx compreende na esfera da sociedade civil “exclusivamente as relações materiais ou econômicas e não apenas separa a sociedade civil do Estado como dela faz o momento ao mesmo tempo fundante e antitético.” Por sua vez, Gramsci, embora mantenha a

distinção entre sociedade civil e Estado, desloca a primeira da esfera da base material para a esfera superestrutural e dela faz o lugar da formação do poder ideológico distinto do poder político estritamente entendido e dos processos de legitimação da classe dominante. (BOBBIO, 2004, p. 49).

Para Bobbio (1999, p. 54) estas distintas compreensões operam uma inversão na relação entre estrutura e superestrutura. Enquanto para Marx e Engels, o momento primário e subordinante é o estrutural, e o secundário e subordinado é o superestrutural, Gramsci, por sua vez, em consonância com Bobbio, inverte estes momentos.

Parafrazeando o que foi dito por Marx, poderíamos afirmar, para bem acentuar a distinção, que a Sociedade civil compreende, segundo Gramsci, não já ‘todo o complexo das relações materiais’, mas todo o complexo das relações ideológico-culturais. Se toda a forma durável de domínio se apóia na força e no consenso, todo o regime político necessita não somente de um aparelho coativo, em que consiste o Estado no sentido estrito e tradicional da palavra, mas também de várias instituições, dos jornais à escola, das editoras aos institutos culturais, instituições essas que têm por fim a transmissão dos valores dominantes e através das quais a classe dominante exerce a própria hegemonia. (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1998p. 210).

Carlos Nelson Coutinho (1989) reconhece que há uma diferença nos conceitos de sociedade civil utilizados por Marx/Engels e por Gramsci. Todavia, questiona a interpretação de Bobbio. De acordo com Coutinho (1989, p. 74), Gramsci amplia, com seu conceito de sociedade civil, a teoria marxista clássica do Estado e não anula, de modo algum, o princípio básico do materialismo histórico, o “de que a produção e reprodução da vida cultural, implicando a produção e reprodução das relações sociais globais, é o fator ontologicamente primário nas explicações da história.” Neste sentido, ganha mais relevância a concepção de Estado do que se ater na relação entre estrutura e superestrutura.

No presente estudo, há uma proximidade maior com a compreensão de Coutinho, onde, para Gramsci, o Estado em sentido amplo é composto pela sociedade política (Estado em sentido estrito) mais a sociedade civil, (Estado = sociedade política + sociedade civil), isto é, hegemonia revestida de coerção.

No âmbito da ‘sociedade civil’ as classes buscam exercer a sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para os seus projetos através da direção e do consenso. Por meio da ‘sociedade política’ [...], ao contrário, exerce-se sempre uma ‘ditadura’, ou mais precisamente, uma dominação fundada na coerção. (COUTINHO, 1989, p. 77).

Portanto, uma classe social mantém-se no poder também pelo conjunto das funções de domínio (acesso ao poder e uso da força – função coercitiva) e direção (intelectual e moral -

persuasão) que exerce sobre o conjunto da sociedade. A “aceitação” por parte da sociedade desta classe social como classe dirigente, através da dominação ideológica exercida por ela sobre o conjunto da sociedade, gradualmente forma uma visão de mundonão condizente com a realidade das classes subalternas, mas com a ideologia da classe dominante. Neste ponto, a classe social dominante passa a exercer uma hegemonia mantida tanto pelas funções de direção quanto de domínio.

A partir deste entendimento geral e sucinto, mas que objetiva retomar, em termos amplos, a concepção de Estado e, principalmente, de sociedade civil em Gramsci, avança-se nas evidências históricas da região de Erechim nas duas primeiras décadas do século XX.

3.2.1 A Sociedade política (Estado no sentido estrito)

No primeiro capítulo do trabalho, foi evidenciado o papel decisivo que o Estado (sentido estrito) cumpriu na incorporação da região Alto Uruguai à produção capitalista. Também foi apresentado que os grupos dominantes passaram a incidir, cada vez mais, nos aparelhos políticos, entre eles, o legislativo e o executivo, exercendo, assim, um processo de dominação não só em nível econômico.

Em Gramsci, a sociedade política (Estado em sentido estrito) é “formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob o controle das burocracias executiva e polícia-militar.” (COUTINHO, 1989, p. 76).

Por sua vez, cabe lembrar que a filosofia positivista fundamentava a ideologia do Partido Republicano Rio-grandense (PRR)³⁷, que forjou no RS durante a República Velha uma configuração sui-generis (PESAVENTO, 1985, p. 66; CASSOL, 2003, p. 93) e, assim, para Cassol (2003, p. 93): “Essencialmente, na República Velha, na vigência da Constituição de 14 de julho de 1891, o Rio Grande foi o único Estado no Brasil e no mundo a revestir-se de estruturas político-organizativas hegemônicas pelo Positivismo.”

Por sua vez, no processo

³⁷ De acordo com Bobbio (2004, p. 36): “Os partidos têm um pé na sociedade civil e um pé nas instituições, tanto que chegou a ser proposto um enriquecimento do esquema conceitual dicotômico através da interposição, entre os conceitos de sociedade civil e de Estado, do conceito de sociedade política. [...] Um dos modos mais frequentes de definir os partidos políticos é o de mostrar que eles cumprem a função de selecionar, portanto de agregar e de transmitir, as demandas provenientes da sociedade civil e destinadas a se tornar objeto de decisão política.”

de formação do sistema partidário rio-grandense, desde os primórdios da propaganda republicana até o advento do Estado Novo [...] a persistência de uma clivagem ideológica entre duas famílias políticas que se confrontam, ao longo do período, inserindo-se em diferentes movimentos e estruturas partidárias: os conservadores-liberais versus os conservadores-autoritários. (TRINDADE, 1979, p. 119).

O PRR foi fundado em 1882 e exerceu, até a década de 20 do século passado, uma hegemonia no quadro político-partidário, ainda que com a oposição dos conservadores-liberais, o Partido Republicano Rio-grandense manteve-se no governo do Estado por um longo período.

De acordo com Pesavento:

No contexto europeu, a ideologia positivista surgiu como defensora da sociedade burguesa em ascensão e do desenvolvimento capitalista. Para conservar a ordem burguesa, era essencial que se acelerasse o desenvolvimento industrial. Desta forma, a ordem era a base do progresso; o progresso era a continuidade da ordem. Assim, a visão positivista era progressista e conservadora ao mesmo tempo, ou seja, pretendia conciliar o progresso econômico com a conservação da ordem social. No contexto gaúcho, tratava-se antes de implantar o capitalismo, para o que se apresentava uma série de entraves. Antes tais problemas que se antepunham, o PRR propunha-se a realizar a modernização econômica exigida. A ideologia importada, posta a serviço das condições histórico-objetivas locais, fornecia os elementos básicos que norteariam a ação do grupo no poder: desenvolver as forças produtivas do Estado, favorecer a acumulação privada de capital e propiciar o progresso harmônico de todas as atividades econômicas. (PESAVENTO, 1985, p. 67).

Esta perspectiva estabelece, na realidade concreta, uma ligação entre o capitalismo e o positivismo. Contudo, o processo de reterritorialização da região Alto Uruguai foi marcado tanto pela atuação dos conservadores-autoritários quanto dos conservadores-liberais. Desse modo, torna-se adequado dimensionar a atuação destas frações da classe dominante na história do Alto Uruguai, sendo que os registros históricos da região indicam algo semelhante ao ocorrido no RS, isto é, uma hegemonia deste partido no quadro político-partidário até aproximadamente 1920. Cabe observar que, embora que esta demarcação no tempo não pode ser levada de forma tão rigorosa que conduza a dualidade: antes e depois, pois os partidos se reconfiguram no processo histórico, não significa o desmantelamento do seu legado

ideológico, pois se pode considerar que, ainda hoje, o pensamento positivista acha-se muito presente no conjunto da vida política da região.

O PRR, como fração da classe dominante, para ascender ao poder utilizou-se tanto da persuasão quanto da força, dado que pode ser constatado na estratégia política do partido para ampliar a sua base, incorporando outros grupos sociais como forma de manter-se no governo.

O preço dessa aliança era pago pelo governo ao procurar atender os vários interesses econômicos presentes no estado e não só os da pecuária. Portanto, desenvolver os transportes, permitir [...] o contrabando na fronteira, amparar a agricultura e conceder incentivos fiscais à indústria nas suas solicitações, eram formas do governo positivista legitimar a sua dominação e ficar coerente com seus postulados teóricos, que afirmava que o Estado era 'o representante de todos os grupos sociais'. (PESAVENTO, 1985, p. 67-68).

Contudo, esta apresentação do Estado como representante de todos os grupos sociais ocultava um Estado governado por uma minoria, centralizador (ditadura positivista) e perpetuador de injustiças sociais. Fatos exemplares são os posicionamentos do governo positivista gaúcho em relação às reivindicações do operariado no âmbito do RS: o “Estado deveria interferir, como mediador, quando se dificultasse o acerto, ou como órgão repressor, quando a segurança fosse ameaçada.” (PESAVENTO, 1985, p. 81).

Colussi (1996), por seu turno, ao analisar a autonomia formal ao intervencionismo permanente do governo do RS nos municípios, concebe que:

Durante mais de trinta anos, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) manteve sua hegemonia política no estado de forma inquestionável, não pela ausência de oposição, mas, sim, pela capacidade de criar uma máquina político-administrativa eficiente e com ramificações em todo o estado. Acrescenta-se a isso a adoção do positivismo como orientação política do partido, o que lhe conferiu características muito peculiares em relação ao cenário político nacional. A organização política gaúcha, no período, pode, então, ser caracterizada pela força do partido-estado e pelos contornos ditatoriais. Cabe destacar, novamente, que a eficiência política do PRR manteve-se inalterada, sobretudo em razão do modelo de partido disciplinado, autoritário e com ramificações de lealdade política na maioria dos municípios gaúchos. Adiciona-se a isso a utilização de mecanismos de coerção e de violência, comuns nos pleitos eleitorais em que existisse perigo de vitória da oposição ou, simplesmente, quando ocorresse rebeldia de algum coronel local. (COLUSSI, 1996, p. 29-33).

Como já mencionado no primeiro capítulo, houve uma predominância do PRR no legislativo e no executivo, principalmente nos primeiros dez anos da criação do município de Erechim. Por sua vez, anterior à criação do município, os quadros político-administrativos provinham do alto funcionalismo do Estado, de modo especial, da Inspeção de Terras. Geralmente, agiam como interventores do Governo do Estado, não careciam de uma maior base eleitoral no município e o compromisso maior era com o Governo do Estado, cuja administração fazia-se de acordo com as normas da colonização oficial emanadas via Comissão de Terras (CASSOL, 1979, p. 113). Além disso, a Diretoria de Terras e Colonização, “chamada de Comissão de Terras, órgão governamental, tinha por objetivo, além de demarcar o espaço, dar assistência aos colonos, com distribuição de sementes e de ferramentas agrícolas.” (CIMA, 2003, p. 48), ou seja, as ações deste órgão governamental eram abrangentes (como também já referido em relação à subvenção de aulas públicas) e estavam alicerçadas na práxis dos grupos dominantes, principalmente o PRR.

O crescimento econômico de Erechim conferiu ao município importância política, havendo a formação de quadros políticos ou intelectuais orgânicos do PRR no Alto Uruguai. Assim, o intervencionismo do Governo do Estado, sempre que necessário, passa a ser apoiado ou até solicitado³⁸. Todavia, no decorrer do processo histórico e na própria incorporação do pensamento dos grupos dominantes na lógica de vida dos grupos subalternos, este poder dissemina-se por toda a estrutura social, manifestando-se não somente através do partido, mas dos próprios aparelhos privados de hegemonia e dissolvendo-se no senso comum. A formação da sociedade civil contribuiu para que o exercício deste poder deixasse de estar situado num lugar exclusivo. Assim, se, inicialmente, era um ação muito mais externa (Estado → região) ela vai se tornando recíproca (Estado ↔ região), ao mesmo tempo, incorpora-se ao nível micro de exercício de poder (FOUCAULT, 2010).

De qualquer modo e retomando a compreensão do Estado (no sentido estrito), é muito significativa a compreensão de Illa Font (1983) sobre a constituição mínima da estrutura política administrativa: “Estruturada a administração municipal e montados os órgãos da

³⁸ Um dos exemplos é que, em 1924, o Cel. Pedro Pinto de Souza solicitou ao Governo do Estado providências diante da intranquilidade política no município de Erechim, consequência ainda dos conflitos entre maragatos e chimangos. Neste ano, foi liberto da cadeia civil Heraclides Pinto, filho do revolucionário Favorino Mariano Pinto. Nesta conjuntura e utilizando-se como pretexto o fato ocorrido (Frainer, 1936, p. 33), o Cel. Pedro Pinto de Souza solicitou providências ao Governo do Estado, “ficando resolvido que um destacamento do 6º C.A, em transito de regresso do norte, estacionasse em Boa Vista. Dada, porém, a incerteza da demora daquela força, a Executiva alvitrou ao Governo Estadual a criação de um corpo provisório, sendo a sugestão aceita e creado o 24º C.A, em 19 de Novembro do mesmo ano, sob o comando do Tne. Cel. Antonio de Azambuja Vilanova Neto. A criação da 24º C.A. foi comemorada festivamente, tendo-lhe a municipalidade oferecido uma finíssima bandeira nacional, cuja entrega foi feita com toda a solenidade [...]”

Justiça, Fazenda e Polícia, Erechim ingressa numa nova fase político e administrativa.” (Ibid., p. 129).

É importante lembrar que o processo de colonização que, posteriormente, originou a Colônia Erechim e, mais tarde, a criação desta municipalidade foi planejado pelo Estado³⁹ e atendeu, sobretudo, aos interesses dos grupos dominantes, conforme, no primeiro capítulo, ficou evidenciado. Constituem-se como exemplos, já citados, desse fazer político, o aldeamento indígena e o planejamento dos núcleos coloniais. Além de que a filosofia positivista dissemina-se e também se fez presente no planejamento da cidade de Erechim.

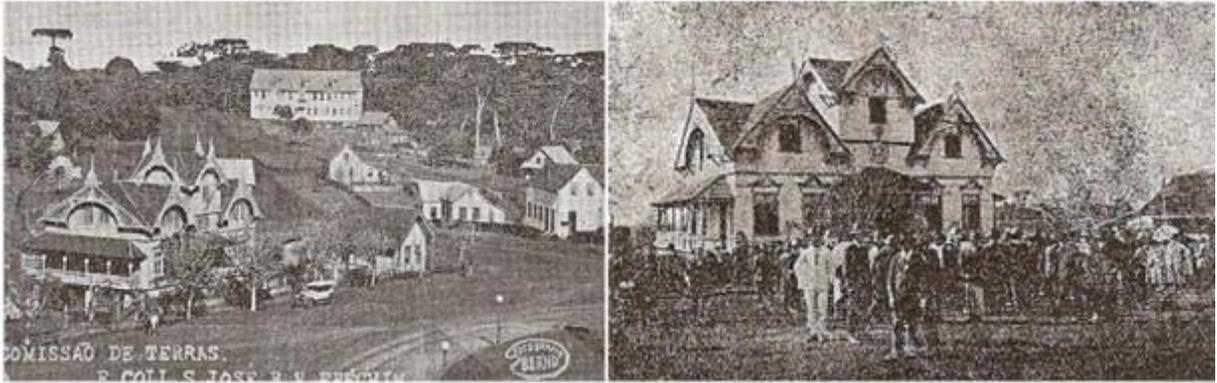
Erechim foi uma cidade organizada e planejada dentro dos moldes positivistas da “ordem e do progresso” pela Comissão de Terras, que foi responsável pela estrutura da colônia. [...] O positivismo vai estar presente em quase tudo. Medição dos terrenos acompanhando o curso dos rios, o aldeamento aborígine, a miscigenação, o cuidado dos cemitérios, a remarcação da cidade, o aproveitamento dos mananciais hídricos, proteção aos nacionais, política de imigração espontânea, organização dos núcleos coloniais e plano de viação em geral. (Fatores que determinaram a criação do município de Erechim, 2000, p. 28).

No que tange ao planejamento da colonização, de acordo com Cassol (1979, p. 113) o plano e os projetos de colonização de Carlos Torres Gonçalves ainda nos primórdios da colonização presidiram todo o esquema administrativo, os trabalhos de colonização e urbanização. Havia toda uma logística de complementariedade entre o tamanho e a distância dos núcleos e destes com os setores de agropecuária, o de serviços e comércio e a produção urbano-industrial. O planejamento urbano de Erechim previa uma mini-metrópole regional (CASSOL, 2003, p. 97-98). Ainda, de acordo com Cassol (2003, p. 97-98), o fim deste modelo começaria a ocorrer a partir do Decreto Estadual nº 8.053/39 A arquitetura positivista dava imponência às construções, sendo que o Castelinho, construído em Erechim, entre 1912 e 1915, e que abrigava a Comissão de Terras do RS, é um dos exemplos. O significado desse prédio ainda é muito latente nos dias atuais⁴⁰.

³⁹ Mesmo, como já frisado, com forte participação de empresas privadas.

⁴⁰ Na página virtual da Prefeitura Municipal de Erechim consta a seguinte menção ao Castelinho: “É símbolo vivo da colonização, que traduz o esforço, o trabalho, a tenacidade e progresso de nossos colonizadores.” (<http://www.pmerechim.rs.gov.br/turista>).

Foto 5 – Prédio da Comissão de Terras



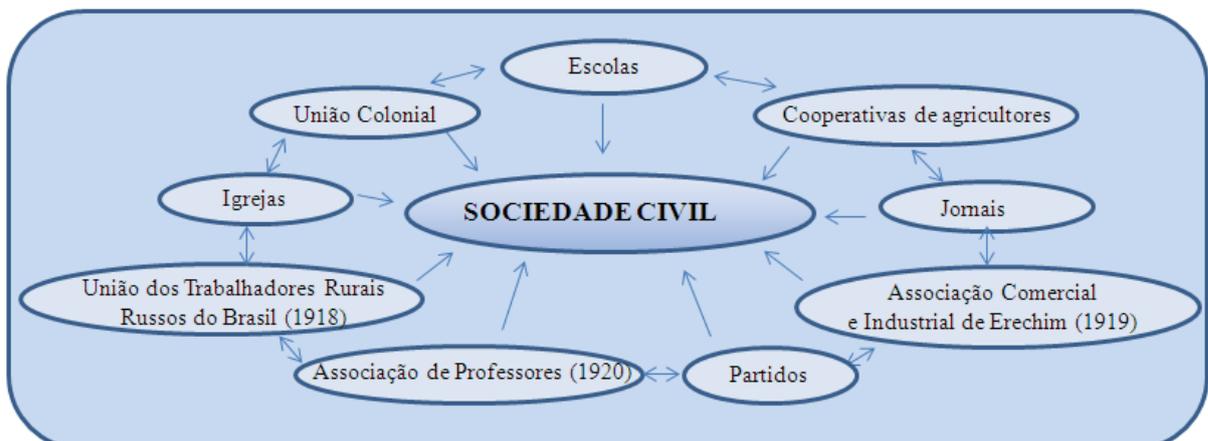
Fonte: (FRAINER, 1936, p. 64).

O aldeamento indígena, o planejamento do núcleo Colonial de Erechim, a atuação das empresas privadas, a forma de governo são exemplos da influência positivista na configuração do espaço local. Em outras palavras, trata-se da materialização do positivismo na vida social que se efetuou de diversas maneiras. Estes e tantos fatos tiveram ressonâncias nos processos informais de educação. As transformações foram intencionais e direcionadas para a construção de uma determinada possibilidade histórica, o capitalismo.

3.2.2 Sociedade civil

Considerando-se o conceito de sociedade civil já foi exposto, inicia-se, imediatamente, com alguns dos organismos ditos privados que compuseram o conjunto da sociedade civil no Alto Uruguai.

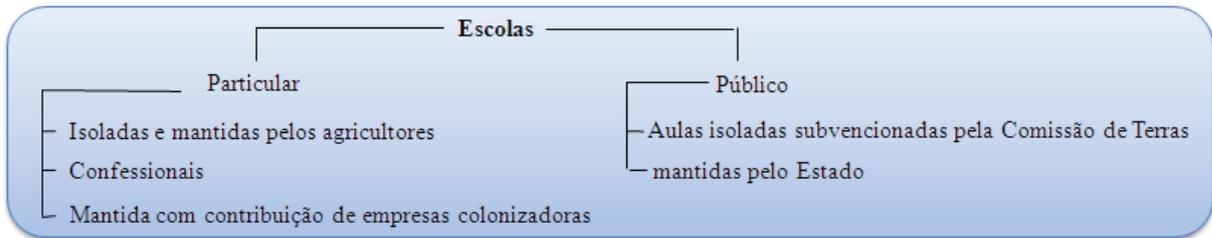
Quadro 1 – Aparelhos privados de hegemonia



Alguns destes organismos são formados a partir do processo histórico da região e outros, por sua vez, já existem na sociedade em geral (escola, igreja, jornais, partidos...), sendo que, no processo de desterritorialização da região, também foram sendo constituídos.

A seguir, nos quadros, são apresentados alguns dos organismos privados expostos no Quadro 01 (um).

Quadro 2 – Educação formal



É oportuno mencionar que, até 1930, no Alto Uruguai, a “educação primária rural estava sob a responsabilidade dos órgãos de administração local e da iniciativa privada.” (GRITTI, 2003, p. 88). Tendo-se este entendimento como pano de fundo, identifica-se que a educação formal de um quadro irregular, nas primeiras duas décadas do século XX, foi sendo estruturada, principalmente a partir do final desta mesma década.

As primeiras escolas foram criadas pelos imigrantes e a educação institucionalizada iniciou-se em 1911, sob a direção e a orientação da Comissão de Terras, no entanto, naquele período, tem-se um quadro educacional irregular (Cassol, 1979, 137). Em 1917, chegou ao município o professor Carlos Mantovani⁴¹, sendo que os registros apontam que se iniciava uma fase de progresso intelectual. Gradualmente, a partir de 1920, o Estado aumentou o número de aulas subvencionadas, o município passou a intervir na educação formal e as instituições religiosas criaram escolas (CASSOL, 1979, p. 137 – 142). O número total de aulas no ano de 1920 era 26 e constavam 64 pessoas que as frequentam, já no ano de 1926, eram 90 aulas, tendo 3.011 pessoas frequentando-as (FRAINER, 1936, p. 52). No entanto, este não é um fato social isolado. Na literatura brasileira sobre a educação rural, identifica-se que, a partir da década de 1920, com o fortalecimento do nacionalismo, o Estado direcionaria ações a fim de constituir, nas comunidades de imigrantes/migrantes europeus, o pensamento nacionalista. Além deste fator, vale registrar a tese que o “ensino rio-grandense, no período da

⁴¹Medeiros e Tasca (1997, p. 38 - 43) estabelecem um vínculo entre a ação educativa de prof.º Carlos Mantovani com o positivismo. Finalizam o tópico desta análise com a seguinte frase: “a escola de Carlos Mantovani cumpriu sua missão patriótica: nacionalização de criança imigrantes do Rio Grande do Sul. E a alma positivista estava formada no conjunto das funções intelectuais e morais: um indivíduo apto a viver para outro... que ensina o respeito a ordem exterior e pela aprendizagem sensibiliza o respeito à ordem humana.” Em Erechim há uma escola estadual que incorporou o seu nome a sua designação.

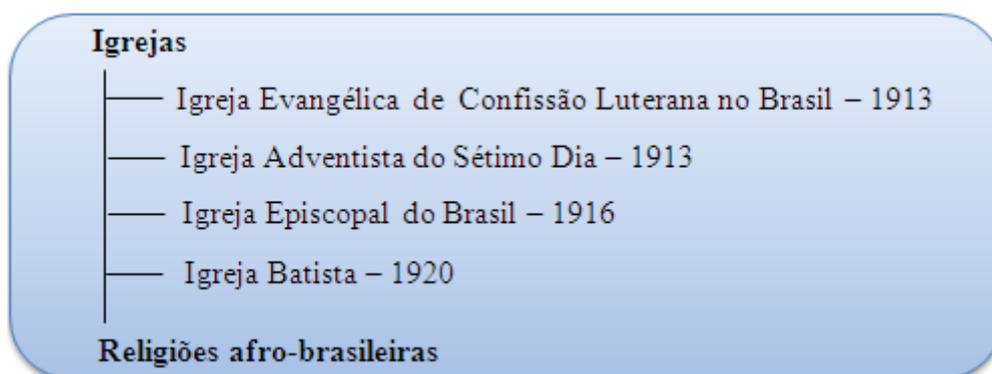
Primeira República, recebeu um incremento sem precedentes, tanto quantitativa quanto qualitativamente.” (GIOLO, 1997, p. 23).

Giolo (1997, p.152-155), ao analisar a educação no RS na Primeira República, verifica que há uma ligação entre o Estado (positivista) e a Igreja Católica. Para o autor (1997, p. 24) o processo educacional gaúcho no período da Primeira República foi, de um lado, positivista e, de outro católico, sendo que ambos conviveram bem e foram, em quase tudo, complementares, tanto por atuarem na consolidação do modo de produção capitalista (questão estrutural), quanto pelo apoio que o PRR buscou junto à Igreja Católica para manter-se no poder em relação à outra fração da classe dominante (questão conjuntural) (Ibid., p. 24).

Cumprido, ainda, registrar a atuação das empresas privadas, como é o caso da empresa colonizadora ICA, que manteve escolas na Fazenda Quatro Irmãos de 1913 até 1934 (Cassol, 1979, p. 137). Em correspondência da colonizadora em 01 de janeiro de 1912, é possível encontrar a atenção existente em relação à instalação da escola em Quatro Irmãos:

PREPARATIVOS PARA AS INSTALAÇÕES: [...] Acrescentamos apenas que em se tratando de ser o primeiro centro nós nada deveríamos esquecer para assegurar o bom resultado (instalações das diversas fontes de renda para o colono, a escola, etc.) mesmo se as primeiras instalações tivessem que sofrer um retardamento de alguns meses. (CASSOL, 1985, p. 79, in: JCA, 1912).

Quadro 3 – Igrejas



O quadro não abrange a heterogeneidade de religiões já existentes neste período. No entanto, evidencia certa diversidade, mesmo que talvez num sentido muito estrito de religião. A concretização de igrejas ou de outros espaços para a manifestação das práticas religiosas, também eram objeto de atenção do Estado e das empresas colonizadoras, como mostra o trecho a seguir.

Na zona de colonização a Luce Rosa cuida da instrução, religião e comunicação telefônica. Funda escolas primárias na Sede Dourado e Rio Novo. Constrói o convento das Irmãs Franciscanas em Três Arroios. Lança linhas telefônicas entre Barro e as povoações implantadas, contribuí com somas em dinheiro para a edificação de igrejas (das 1.110 famílias 900 são católicas e 200 protestantes). (FONT, 1983, p. 121).

Constata-se, deste modo, a preocupação das colonizadoras em relação à instrução, no entanto, nesta em particular, há certo destaque para alguns aspectos concernentes à religião. Para além das empresas colonizadoras, preponderantemente havia o envolvimento da comunidade no levantamento dos recursos e/ou na sua construção das igrejas nas comunidades que se formavam. É significativo observar as interrelações que se estabeleceram entre os aparelhos privados de hegemonia para a consecução de determinados objetivos, mesmo que, por vezes distintos. Neste sentido, é pertinente reproduzir um trecho que relata a campanha eleitoral para a prefeitura de Erechim no ano de 1928:

quando das eleições municipais, concorreram no município três candidatos: Attilano Machado, pelo Partido Republicano Rio-Grandense, Renato Pereira Gomes, pela Dissidência Republicana, e César Sciullo, pelo Partido Libertador. [...] Sciullo prontificou-se a doar o telhado de zinco para a nova igreja São José em troca de apoio político do padre Busatto, contudo este apoiou Attilano, com grande incentivo da liga de colonos, a União Colonial, espaço onde o religioso tinha maior apoio. [...] A cooperativa era dirigida por José Bisognin, que garantiu votos para Attilano em troca de instalação de telefone, melhoramento nas estradas e criação do distrito de Nova Itália. (CIMA, 2003, p. 66).

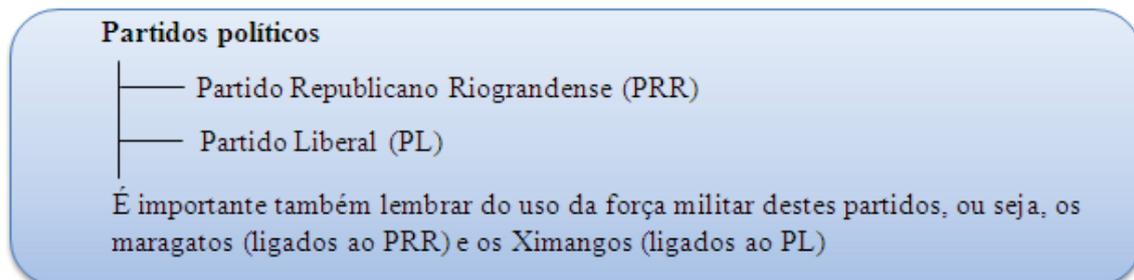
O trecho anterior destaca a representatividade política dos sujeitos que estão à frente das instituições (aparelhos privados de hegemonia), pois possuem um poder de mobilizar a comunidade que representam, influenciando nas decisões. Ademais, evidencia a interrelação entre o Estado e a sociedade civil

Quadro 4 - Jornais

Jornais		
- O Erechim – 1919	- O Tempo – 1921	- O Município – 1921
- O Arbeit – 1922	- O Raio X – 1924	- A Folha – 1924
- O K.C.T – 1925	- A Voz da Serra – 1927	- O Bem-te-vi – 1925
- O Jomal – 1926	- O Meu Jornal – 1927	- A Luneta – 1927
- Interrogação – 1928	- Aralaia de Verdade – 1928	- A Voz da Serra - 1929

Muitos jornais tiveram uma vida efêmera, isto é, de um a dois anos de publicação, sendo que alguns não perduraram nem por um ano. Alguns estavam diretamente ligados aos interesses partidários, como O Erechim, O Município, O Jornal. Em outros, predominava uma versão histórica enquadrada em modelos positivistas (CIMA, 2003, p. 45), como o jornal A Voz da Serra. E, ainda, outros, como o caso do Jornal Aralaia de Verdade, eram de cunho religioso.

Quadro 5 – Partidos políticos



O PRR e o PL representavam frações da classe social dominante no RS: uma dominada pelos pecuaristas e, inicialmente, ligada ao Partido Liberal, outra constituída por pecuaristas, setores médios urbanos (comerciantes e industriais - egressos do complexo colonial e que enriqueceram) e o colonato. Esta última fração compunha o Partido Republicano Riograndense, sendo que este também realizou uma união vantajosa com o exército (PESAVENTO, 1985, p. 65-66).

Estas duas frações da classe dominante não podem ser compreendidas de modo estanque. Integrantes da sua base migravam e, por vezes, ambos partidos aliavam-se. Contudo, as suas divergências e disputas pelo controle do poder no RS geraram conflitos⁴² que marcaram profundamente o Estado e região em particular.

⁴² Revolução Federalista (1893-1895) e o movimento revolucionário de 1923. Em Illa Font (1983, p. 83) há um apontamento pertinente sobre o primeiro conflito: “Para se ter uma idéia do quanto era habitado já o território erexinense nos fins do século passado basta registrar que a revolução de 93 nele se manifestou através de entrechoques das facções em luta compostas de elementos locais.”

A parcela da classe dominante que subiu ao poder com a instalação da República precisava manter afastada do governo a outra parcela da classe dominante derrubada. Para tal, tanto se valeu do recurso à força (Brigada Militar, guardas municipais) quanto realizou uma ampliação social de sua base política, realizando alianças com outros grupos sociais, tais como as 'classes médias', o colonato, os comerciantes da fronteira, etc. (PESAVENTO, 1985, p. 67).

Ao pesquisarem-se dados da municipalidade erexinense, é possível identificar que, de 1918 até meados de 1930, houve, no executivo e no legislativo, a prevalência do Partido Republicano Rio-grandese (CASSOL, 1979, p. 227-234). É relevante observar que este fato se deve não à ausência de oposição, mas pelo intervencionismo permanente do PRR no municipalismo gaúcho no período da República Velha (COLUSSI, 1996, p.28).

As divergências e os conflitos entre as frações da classe dominante são mencionados na historiografia local. De acordo com Karnal (1926, p. 30): “A guerra civil de 1923 convulsionou o nosso Estado, perturbou de modo sensível a marcha ascendente do município [...]” Nesta região, houve dois combates violentos, o da Fazenda de Quatro Irmãos e do Desvio Giaretta (KARNAL, 1926, p. 31). Em conformidade com Cima (2003, p. 51) em “1924, governistas e assististas percorriam a colônia e amedrontavam a população com saques de alimentos, cavalos e vestimentas. Os abusos dessas facções foram tantos que foi criada a Liga Colonial da floresta, a qual com armas e foguetes, patrulhava a região.”

Ressalva-se, do mesmo modo, que, no âmbito de uma mesma fração da classe dominante, havia divergências. Frainer (1936, p. 17), ao reportar-se aos primeiros períodos administrativos, menciona que, no início dos anos de 1920 do século passado, o PRR “estava dividido em duas correntes, e nem a constituição da primeira Comissão Executiva, em 14 de agosto de 1921, pôde trazer harmonia.”

Nota-se que os conflitos entre as frações da classe dominante na região não deve ser visto como meramente um fator externo com ressonância interna, ou seja, um movimento meramente de fora para dentro. Determinadas pessoas e grupos, que, aqui, viviam, passaram a protagonizar estas ações, intervindo de diferentes modos, não sendo apenas um reflexo mecânico a um estímulo exterior.

Quadro 6 – Outros aparelhos privados

- Associação dos Professores
 - Foi criada em 1920. Passou a dar “certa uniformidade aos programas de ensino.” (Cassol, 1979, p. 139).
- União Colonial / Liga dos colonos:
 - Associação de pequenos agricultores em forma de cooperativa, com depósito em Erechim, e fundada para a defesa dos interesses dos colonos de Nova Itália, atual Severiano de Almeida. (Cima, 2003, p. 66).
- União dos Trabalhadores Rurais Russos do Brasil ((Rodrigues, 1986, p. 34–35).

A experiência de caráter libertário dos trabalhadores russos na colônia Erebangó ainda é pouco mencionada e conhecida regionalmente. Um dos resultados desta experiência foi a criação, em 1918, da União dos Trabalhadores Russos do Brasil. Esses imigrantes chegaram a Erebangó em função de um projeto de colonização judaica no Rio Grande do Sul financiada pela Jewish Colonization Association (ICA). Começaram “uma experiência fundada no apoio mútuo e na solidariedade, fundados na experiência da revolução maknovista na Ucrânia, destruída pelo bolchevismo, em 1918.” (TRAGTENBERG, 1998, p. 9).

Os camponeses de Erebangó, ajudados pela imprensa libertária, aprimoraram o senso coletivo de vida e trabalho aprendendo uns com os outros. Todos eram alunos e professores, e aprendiam ao mesmo tempo os segredos do cultivo da terra. À luz da vela, à noite, aprendiam e ensinavam português, espanhol, russo e esperanto, lia-se em Erebangó muitos autores anarquistas russos, como Kropotkine, Bakunin, especialmente Tolstói, com seu anarquismo religioso anticlerical [...]. (TRAGTENBERG, 1998, p. 9).

A União dos Trabalhadores Rurais Russos do Brasil, com sede em Erechim era integrada por quarenta militantes (RODRIGUES, 1986, p. 34–35), sendo expressivo destacar o vínculo dos trabalhadores russos de Erebangó com associações similares no Estado, país e exterior. Como consta no relato de Tragtenberg (1998, p. 8): “O meio rural de Erebangó não estava afastado das grandes idéias e movimentos sociais que abalaram o mundo no início do século, culminando com a Revolução Russa.”

Mesmo que não se possa generalizar esta vivência e militância no contexto da região, a sua existência constituiu-se numa experiência singular. Ainda que difícil avaliar as ações da União dos Trabalhadores Rurais Russos do Brasil, com sede em Erechim, esta talvez possa ter

sido um dos primeiros aparelhos privados de contra-hegemonia⁴³, principalmente em termos teóricos e em relação ao pensamento positivista e liberal.

Retomando-se, novamente, o Quadro 1 (um), cabe frisar, que ele não consegue abranger todos os organismos ditos privados que se constituíram naquele momento histórico e, este, não é o objetivo. A finalidade é explicitar a formação de um novo paradigma, resultante da expansão do capitalismo no campo e, que, começa a compor e determinar a organização da comunidade.

Implícito a estruturação da sociedade civil há um conjunto de concepções, dentre elas a de organização e, entre outras coisas, de como os grupos subalternos se organizam para pressionarem a sociedade política. Os registros históricos parecem indicar que anterior ao projeto de colonização o enfretamento é mais direto e não passa necessariamente pela constituição de aparelhos privados de hegemonia. Talvez, por isto serão os imigrantes/migrantes que participam da colonização que primordialmente irão constituí-los. Destaca-se que isto não é uma valoração do que é melhor ou não em termos de organização, mas, somente, uma possível constatação. Se for compreendida como procedente, é fundamental para a compreensão do método de atuação de alguns grupos sociais e, talvez, trazendo para o presente, permita problematizar se a dificuldade, ainda atual, de organização de alguns grupos/ sujeitos nestes organismos privados deve-se somente a ação exercida pelos grupos dominantes? As reflexões sobre classe e cultura, realizadas no próximo capítulo, quem sabe possam auxiliar numa leitura mais dialética a respeito da referida questão.

Outro aspecto que cabe, uma vez mais, mencionar é que a constituição da sociedade civil no Alto Uruguai torna mais complexa as relações de poder político-econômico. Na medida em que há um conjunto de “aparelhos privados de hegemonia” tende a existir também um conjunto maior de articulações políticas para alcançar determinados objetivos. Já os grupos subalternos, a princípio, principalmente os agricultores, vão formando e reivindicando/expressando os seus interesses através destes organismos. Assim, guardada a relação (de identidade-distinção) entre a sociedade civil e a sociedade política e que estes aparelhos privados de hegemonia não abarcam obviamente a totalidade da realidade, concorda-se no entendimento que a existência deles modifica substancialmente as relações de poder.

⁴³ Na perspectiva da abordagem realizada neste texto da matriz de classe e cultura no popular.

Realizada a apresentação da sociedade civil, avança-se para a terceira parte, em que este debate é retomado, porém a partir de uma abordagem um pouco distinta, considerando o objeto do referido capítulo.

4 REFLEXÕES PEDAGÓGICAS SOBRE A EDUCAÇÃO INFORMAL NO ALTO URUGUAI NAS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

O homem que a educação deve realizar, em cada um de nós, não é o homem que a natureza fêz (sic), mas o homem que a sociedade quer que êle (sic) seja; ela o quer conforme o reclame a sua economia interna, o seu equilíbrio. (DURKHEIM, 1965, p 81).

A natureza da educação [...] está vinculada ao destino do trabalho. Um sistema que se apóia (sic) na separação entre trabalho e capital, que requer a disponibilidade de uma enorme massa de força de trabalho sem acesso a meios para sua realização, necessita, ao mesmo tempo, socializar os valores que permitem a sua reprodução. [...] no capitalismo – a sociedade mais desigual de toda a história –, para que se aceite que ‘todos são iguais diante da lei’, se faz necessário um sistema ideológico que proclame e inculque cotidianamente esses valores na mente das pessoas. (MÉSZÁROS, 2005, p. 15-16).

Neste capítulo, o objetivo é tecer algumas reflexões pedagógicas, tendo como referência os capítulos anteriores e trazendo ao texto novas evidências históricas. Para isso, o texto foi organizado em três partes. Na primeira, é estabelecida uma relação entre educação e capital, a partir da formação da tríade educação – colonização – capitalismo. Um dos elementos que dão unidade para esta tríade é o pensamento positivista⁴⁴. Neste item, é apresentada uma das ideias chaves do texto, ou seja, quando do processo de desterritorialização/reterritorialização ocasionado pela colonização oficial planejada pelo Estado, estabeleceu-se um vínculo direto entre educação e capital, em que a educação, no bojo deste projeto, não foi uma educação como prática de liberdade.

Na segunda parte, é tratada a experiência (classe e cultura) dos grupos subalternos no processo histórico de colonização. Considerando o objetivo da presente pesquisa, por mais que o subtítulo possa remeter às experiências dos grupos subalternos, o texto não traz as experiências destes grupos, mas categorias que auxiliam a não compreender a experiência destes grupos de modo acrítico ou romântico. Na terceira parte, são apresentadas algumas contribuições desta leitura de realidade no âmbito da educação.

⁴⁴ Como já referido, no Rio Grande do Sul, durante a República Velha o positivismo assumiu uma configuração *sui-generis* e, no PRR, foi incorporado ao seu programa político-ideológico.

4.1. Colonização – capitalismo - educação

Iniciando, imediatamente, a reflexão pretendida, reporta-se aos capítulos anteriores e pergunta-se: qual era a concepção de educação subjacente nos processos de desterritorialização dos índios e dos caboclos? De sujeição dos pequenos agricultores? De imposição de uma ideia de progresso/civilidade que se mostrou tão perversa aos grupos subalternos?

Em termos gerais e tendo como referência tais questionamentos, pode-se afirmar que não foi uma educação como prática de liberdade. Mesmo considerando que dificilmente um modo de produção incorpora-se na totalidade da formação social (THOMPSON, 2009), não é equivocado ou contraditório aceitar que “a situação opressora gera uma totalidade desumanizada e desumanizante, que atinge os que oprimem e os oprimidos.” (FREIRE, 2005, p. 37).

No processo histórico da colonização nesta região e de sua incorporação à produção capitalista, o que prevaleceu a tendência denominada de multiculturalismo conservador, ou monoculturalismo que: “Faz parte de um movimento conservador que atua na perspectiva de uma cultura superior, a cultura branca, que precisa se impor as demais. Politicamente, trabalha na perspectiva de um projeto neocolonial.” (MARCON, 2009, p. 50). A diversidade na vida material / espiritual e o multiculturalismo conservador⁴⁵, intrínseco ao projeto de colonização são uma das tantas contradições existentes nas transformações ocasionadas pela expansão do capitalismo no campo quando deu-se a colonização e a incorporação da região em estudo à produção capitalista.

Contudo, para que esta e outras compreensões tenham uma maior materialidade no processo histórico de desterritorialização / reterritorialização, entende-se necessário indicar, de modo mais claro, quem seriam os grupos subalternos no contexto do Alto Uruguai nas primeiras décadas do século XX. Compreende-se que estes grupos foram sendo constituídos pelos trabalhadores urbanos, agricultores (imigrantes/migrantes ou não), peões, trabalhadores dos ervais, trabalhadores da ferrovia, os indígenas, os caboclos, etc., grupos que passaram a ter o seu trabalho explorado nas relações capitalistas de produção, que são confinados ou expulsos do pedaço de chão que ocupavam, que não têm acesso à grande maioria dos bens culturais que estão sendo produzidos no modo de produção capitalista e disponibilizados na

⁴⁵ Nos próximos parágrafos este conceito será apresentado.

nova formação social. Por sua vez, os grupos dominantes foram constituídos pelos grupos representantes do executivo, das empresas privadas colonizadoras, dos madeireiros, dos comerciantes, dos fazendeiros, etc.

Os sujeitos que formam os grupos subalternos assumiram diferentes funções na concretização do projeto de colonização. Os imigrantes / migrantes passaram a trabalhar essencialmente na agricultura (sejam os que já eram agricultores ou tornaram-se agricultores), estabelecendo-se como pequenos proprietários, os quais foram os sujeitos que garantiram a concretização⁴⁶ de um dos objetivos da criação da colônia Erechim: produzir alimentos para o mercado consumidor urbano. No entanto, esta função assumida por tais sujeitos,

Última Mensagem dirigida pelo Pres. Do Estado, Getúlio Vargas, à A.L. em 20/09/1930: ‘ Muito vem fazendo, neste sentido, a salutar orientação imprimida, de início, à nossa política colonizadora. Efetivamente, o sistema adotado de cessão direta das glebas de cultura aos agricultores, mediante preços módicos pagáveis em prestações, transforma, desde logo, o colono em proprietário, estimulando-o a construir, com as próprias mãos, em terra própria, o edifício de sua abastança futura.’ (CASSOL, 1993, p. 95).

Por sua vez, os caboclos, os índios e os negros permaneceram desempenhando funções que já praticavam e/ou foram assumindo outras funções. Em um ou em outro caso, estes sujeitos foram incorporados como soldados, bugreiros, peões (nas atividades mais diversas da agricultura e pecuária ou no corte, processamento e transporte da madeira), atuantes na produção de erva mate (extraíndo e cancheando), exercendo serviços gerais e dedicando-se a pequenas roças e criações animais, etc. Muitas destas atividades, embora estivessem ligadas à sobrevivência destes grupos e outras à consecução dos objetivos da colonização, no modo capitalista de produção, eram uma força de trabalho pouco valorizada, sendo que, muitas vezes, e onde se avaliasse necessário e possível, estes trabalhadores eram substituídos por uma força de trabalho considerada mais adequada, claramente em se tratando das prioridades do governo em relação à colonização. O trecho a seguir, extraído de uma correspondência da JCA⁴⁷, evidencia tal prática:

⁴⁶ Este entendimento no contexto desta pesquisa tem um significado diferente de leituras históricas acrílicas, pois não se assume uma perspectiva saudosista. Ao contrário, são indicados, numa ótica de classe social, os sujeitos que assumiram tal função, necessidade bem indicada no poema *Perguntas de um trabalhador que lê*, de Bertolt Brecht ([198-], p. 50). Por sua vez, a classe dominante, tende a realizar esta leitura somente da perspectiva ética, idolatrando a colonização europeia, ocultando assim os elementos políticos e ideológicos da totalidade do processo histórico. Esta questão, nos parágrafos seguintes, é retomada.

⁴⁷ A correspondência refere-se a Colônia Philippon, que fora instalada no que hoje é o atual município de Itaara

TERRAS SEMEADAS: [...] Isto nos demonstra um maior ânimo por parte dos colonos para se ocupar ativamente dos trabalhos da terra, principalmente nos trabalhos das terras de campo. Ademais, é este último sistema que nós sempre preconizamos mais junto aos colonos. Considerando que com o arado se pode atingir uma superfície maior e evitar a mão de obra indígena, que se torna cada vez mais cara e que é inevitável nos trabalhos das roças. (FAPES, 1985, p. 14 apud JCA, 1912).

Realizada esta caracterização geral dos sujeitos que integrariam os grupos subalternos no contexto do Alto Uruguai nas duas primeiras décadas do século XX, buscaram-se novas evidências históricas a fim aprofundar as reflexões sobre colonização – capitalismo - educação.

Para tal propósito, enfocam-se, inicialmente, no texto, duas passagens da obra de João Weiss Rio Brasil. O contexto da primeira narrativa situa-se quando este imigrante retorna com seu pai a sede da colônia à procura de trabalho remunerado para auxiliar nas despesas familiares. Neste ponto, ele relata:

Olhávamos num misto de pena e admiração, pois em pouco de dois anos apenas regredimos a um estado primitivo tal, quase igual aos caboclos nascidos no mato. Tudo o que tinha ares de civilização parecia-nos coisa do outro mundo, desejada, com amarga dúvida de obtê-la de novo. (RIO BRASIL, 1950, p. 69-70).

Ressalta-se que a busca de outros empregos era um meio que vários camponeses encontravam para aumentarem suas receitas, a fim de pagarem as dívidas, entre elas, aquela contraída pela aquisição da propriedade. Esta prática compõe o conjunto da vida social de alguns grupos, principalmente dos imigrantes / migrantes e também está vinculada à caracterização, nesta região, de uma agricultura não somente para a subsistência, mas para atender as demandas do mercado (PIRAN, 2011).

Por sua vez, a segunda narrativa, apresentada na sequência, trata do trabalho que a família do imigrante realizava para alcançar o que considerava exitoso.

/ RS (emancipado de Santa Maria e aproximadamente 14 km distante deste). Como na Colônia Quatro Irmãos fora colonizada por judeus.

Para isto trabalhávamos todos sem cessar, sem domingos nem feriados, pois para nós os dias de descanso eram apenas os de chuva, porque a chuva fraca já não nos importunava mais. Quando pela madrugada chovia pedíamos à Deus que fizesse chover forte todo o dia para nos propiciar descanso na choupana. Não trabalhar na roça num dia bom ou de pouca chuva parecia-nos até um sacrilégio apesar da religião considerar pecado trabalhar aos domingos. (RIO BRASIL, 1950, p. 69-70).

Observa-se nos relatos a relação entre tempo – trabalho – educação que pode ser vinculado à quinta nota do item 3.1, isto é, a correlação entre território e dinheiro (SANTOS, 2011, p. 13). Através do trabalho realizado pela maioria dos imigrantes/migrantes (colonizadores), pressionados pelo contexto histórico, começaria a se constituir uma inversão entre tempo e dinheiro, em que o segundo passara a determinar o primeiro.

Este foi um processo gradual e que teve como base material o desenvolvimento do modo de produção capitalista, concretizado na região através do projeto oficial de colonização⁴⁸. Por sua vez, a visão de mundo dos imigrantes encontrava reciprocidade em vários princípios/valores subjacentes ao projeto de colonização⁴⁹, contribuindo, desde o início, para uma formação mais acelerada de aspectos imateriais do território e, inclusive, impulsionando-o. Não foi por acaso também que o governo e as empresas colonizadoras foram buscar a força de trabalho que concretizaria tal projeto entre os imigrantes / migrantes europeus.

Mesmo existindo uma diferenciação entre o tempo de trabalho dos trabalhadores fabris e dos camponeses⁵⁰, sendo que, entre estes, predominantemente as tarefas determinam o tempo, podendo prolongar-se ou contrair-se ao longo do dia, bem como tendendo a existir uma separação menor entre “trabalho” e “vida”, contudo, quando do projeto de colonização oficial planejado pelo Estado, as tarefas e o próprio tempo que os agricultores destinam-lhes são, em muitos casos, determinadas pela busca por dinheiro, que lhes garantirá o pagamento da propriedade e a compra de itens básicos para a vida diária (alimentos, tecidos para confecção de roupas, etc.). A relação entre tempo e as tarefas de trabalho passa a ser mediada pela necessidade do dinheiro e, dessa forma, sempre que necessário o tempo pode ser prolongado para o alcance de tal objetivo: “Como de costume trabalhávamos de sol a sol e em época de luar mais algumas horas a noite e a dentro para compensar as horas de chuva.” (RIO

⁴⁸ De modo geral as religiões também corroboravam para tal, principalmente se tratando das que os imigrantes / migrantes de etnia europeia praticavam.

⁴⁹ Isto faz lembrar a obra de Max Weber *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. Entretanto, não se compreende que foi o espírito (visão de mundo) do imigrante / migrante que desencadeou as radicais transformações na região Alto Uruguai.

⁵⁰ Parte desta reflexão se subsidia na análise de Thompson (1998) sobre Tempo, disciplina do trabalho e o capitalismo industrial.

BRASIL, 1950, p. 73). Nesta perspectiva, pode-se fazer uma aproximação entre as ponderações de Milton Santos, (2011, p. 13), para quem o dinheiro passa a determinar o território, e Thompson (1998, p. 272) que destaca: “tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta.”

Informando-nos junto ao ‘seu’ Milano, vendeiro, comissário de polícia e única autoridade num raio de diversas dezenas de quilômetros, a respeito da possibilidade de obter trabalho remunerado [...] disse-nos ele que talvez pudéssemos encontrar em Erechim trabalho de desaterro, pois iam abrir uma estrada de rodagem para uma nova séde. O pagamento era pouco mas sempre seria uma possibilidade de obter-se o que a roça não proporcionava. Tendo-se acabado por muito tempo os vales governamentais, já devíamos alguns cento e tantos milreis na venda por arroz, açúcar, charque, toucinho e farinhas, apesar de já haver vendido o último relógio de bolso com corrente que não fazia falta na vida do colono que trabalhava de sol a sol e vai almoçar quando a sobra do chapéu lhe fica junto aos pés, sinal de meio dia. (RIO BRASIL, 1950, p. 68).

A adoção desta ótica em termos materiais e imateriais foi fundamental para a concretização do projeto de colonização. Assim, se, por um lado, a conversão do tempo em dinheiro é parte constitutiva do processo histórico de desterritorialização/reterritorialização da região do Alto Uruguai, por outro lado, o predomínio do tempo sobre o dinheiro é mais condizente com a formação inicial do território em questão. Por isso, entre outros fatores, os modos de vida dos grupos sociais que já ocupavam esta região são vistos pelos colonizadores de modo pejorativo, como também a própria região, designada sertão. A não conversão do tempo em dinheiro que está relacionada à correlação entre território e dinheiro, em que o segundo passa a determinar o primeiro, contradiz a lógica do progresso e este foi um dos motivos que determinou que os aspectos materiais e imateriais deste território fossem desconstruídos.

Este é o plano de fundo, onde a noção de progresso⁵¹ era apresentada como irreversível, o presente era muito contraído, o futuro expandido e o passado (onde se encontrava a gênese desta região) negado e, em muitos aspectos, esquecido. Esta perspectiva geral dá a tendência monoculturalista um “solo fértil” para desenvolver-se, ao contribuir para que os grupos subalternos fossem tanto incorporados subordinadamente ou excluídos socialmente.

⁵¹ Ou seja, de um projeto civilizatório.

A incorporação dos grupos subalternos à produção capitalista e a sua formação social ocorreu de modo diferenciado. Boaventura de Souza Santos (2010, p. 280 - 283), ao tratar sobre a desigualdade e a exclusão como sistemas de pertença hierarquizados, indica que, no sistema de desigualdade⁵², a pertença ocorre pela subordinação hierarquizada, segundo a qual quem está abaixo, por conseguinte, está dentro e a sua presença é indispensável. Nesta conformação de ordem subordinada, o grau extremo da desigualdade é a escravatura. Por sua vez, o autor assinala que, no sistema de exclusão⁵³, a pertença dá-se pela exclusão, havendo uma hierarquização da segregação, ou seja, pertence-se pela forma como é excluído, sendo que quem está abaixo, como corolário, está fora. Neste caso, o grau extremo de exclusão é o extermínio.

Tal compreensão é pertinente ao objeto desta pesquisa, pois, ao dialogar com as evidências históricas, permite, de modo geral, entender que embora os imigrantes/migrantes europeus tenham sido incorporados à integração subordinada do sistema de desigualdade, principalmente como agricultores/pequenos proprietários, sofrendo, assim, um grau relativo de opressão as leis do mercado capitalista; na segregação hierárquica do sistema de exclusão, eles tenderiam a estar acima, desempenhando, muitas vezes, um papel opressivo em relação aos primeiros grupos sociais que formaram o território e estudo.

Por seu turno, os caboclos, os índios e os negros, ao longo do processo de desterritorialização/reterritorialização, foram oprimidos tanto no sistema de desigualdade quanto no sistema de exclusão, estando submetidos, pois à escravatura, no caso dos negros⁵⁴, ou à violência extrema em relação aos índios, fato que ocasionou várias mortes, mas também há que se compreender, de outro modo que o “aldeamento foi, sem dúvida, a ruptura mais profunda no modo de vida de ser Kaingáng.” (MARCON, 1994, p. 132).

Estes fatos estão diretamente vinculados à educação, tendo em vista que dizem respeito a um paradigma referendado por um projeto civilizatório capitalista que foi se fazendo hegemônico. Este processo ideológico foi exercido pelos grupos dominantes no processo de colonização oficial planejada pelo estado, com participação ativa do setor privado. Assim, os valores de referência e os princípios epistemológicos (lógicas de

⁵² Tem como teorizador Karl Marx e se assenta na desigualdade entre capital e trabalho.

⁵³ Tem como grande teorizador Foucault. Esta seria, sobretudo, um “fenômeno cultural e social, um fenômeno de civilização. Trata-se de um processo histórico através do qual uma Cultura, por via de um discurso de verdade, cria o interdito e o rejeita.” (SANTOS, 2010, p. 280-281).

⁵⁴ Neste caso as evidências encontradas sobre a história da região Alto Uruguai fazem referência a um tempo histórico precedente as primeiras décadas do século XX. No entanto e ainda pela existência da exploração extrema nos dias atuais, não se pode partir do pressuposto que no recorte de tempo desta pesquisa, pelo fato de já ter sido abolida a escravatura no Brasil, ela não tenha ocorrido. Feita esta observação entende-se que não é equivocado assumir tal perspectiva.

conhecimento) passam a ter, por base material, o modo de produção capitalista que, por sua vez, através do processo histórico de desterritorialização/reterritorialização, fundamentava o multiculturalismo conservador.

As considerações tecidas no que se refere a questão, de modo algum aponta a não existência de resistências dos grupos subalternos, “pois no processo de exploração e resistência a exploração os valores resistem a serem perdidos bem como a serem ganhos.” (THOMPSON, 1998, p. 301). O que se pretende explicitar é a relação verticalizada (de cima para baixo) de um paradigma em relação aos outros. Trata-se de uma ação unilateral e conservadora que causou impactos no modo de vida dos caboclos, dos índios, dos negros e de outros habitantes, deixando marcas nas identidades destes grupos.

Problematizar a educação no espaço e no tempo em questão é necessário porque, na concretização deste projeto civilizatório, ela contribuiu primordialmente na ocultação das contradições sociais. Foi uma educação para e não com os grupos subalternos. Com a cautela indispensável as palavras de Benjamin (1994, p. 225) são bastante significativas: “Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura.” Analisa-se que este fragmento do pensamento de Benjamin é relevante à pesquisa, posto que, conforme argumenta Chauí:

Compreender que o documento de cultura é também um documento de barbárie seja porque a cultura dominante se realiza através da violência exercida sobre aqueles que a tornam possível, seja porque a cultura do dominado fica exposta à barbárie do dominante, seja, enfim, porque a cultura dos dominados exprimem a barbárie em que vivem. (CHAUÍ, 1985, p. 122).

Ressalva-se que, até o momento, o ponto em discussão não está sendo diretamente o padrão de vida que estava sendo gerado na reconfiguração territorial ocasionada pelo capitalismo, mas de pontos de conflito entre os distintos modos de vida (THOMPSON, 1998, p. 300).

Porém, a partir deste ponto, reportando-se ao padrão de vida que a expansão capitalista gerou, teria ela ocasionado só barbárie? Não teria também propiciado melhores condições de vida? Entende-se que estas perguntas podem conduzir a equívocos. Primeiro, porque tendem a tornar o capitalismo algo natural e ao assim proceder, geram uma aceitação da ideologia do progresso.

Em conformidade com Ellen Wood:

O capitalismo não é uma consequência natural e inevitável da natureza humana. Ele [...] é um produto tardio e localizado de condições históricas muito específicas. O impulso expansionista do capitalismo, que hoje atingiu o ponto de uma universalidade virtual, não é consequência de sua conformidade à natureza humana ou de alguma lei transistórica, mas produto de suas próprias leis internas de movimento, historicamente específicas. (WOOD, 2001, p. 125).

Na colonização desta região e, vinculado ao sistema de desigualdade e exclusão, achava-se a comercialização da terra, sendo que o Estado concedeu diversos privilégios para as empresas privadas, conforme já apresentados no primeiro capítulo em relação à distribuição dos lotes (PIRAN, 2003, P. 24), entre tantos outros exemplos existentes.

RELAÇÕES COM AS AUTORIDADES: É com satisfação que podemos constatar que nossas relações tanto com o Governo do Estado como com as autoridades dos diferentes municípios onde temos negócios são muito cordiais e que nossa sociedade em toda parte teve uma acolhida muito simpática. (FAPES, 1985, p. 20 In: JCA, 1912).

As colonizadoras também exerciam um controle eficiente do pagamento dos lotes vendidos, como demonstra o trecho:

RESGATES: É com satisfação que nós podemos vos indicar que sobre 27 colonos que assinaram seus contratos 22 pagaram integralmente sua anuidade. [...] parte destes colonos, 17 possuem contratos de locação cuja anuidade foi igualmente paga integralmente, exceto 3 que foram instalados este ano. Alguns colonos que não honraram sua assinatura não puderam fazê-lo por razões de força maior. Chamamos atenção para o fato de que todos os pagamentos foram efetuados espontaneamente sem que tivéssemos que interferir em nenhum caso. (FAPES, 1985, p. 16 apud JCA, 1912).

O que se está enfatizando é a essência do capitalismo, ou seja, o capital. Este dado, contudo, não significa, por sua vez, que os sujeitos que vivam em tal modo de produção e formação social não queiram criar melhores condições de vida. Por mais que o capitalismo seja resultado das relações sociais humanas, há que se manter as devidas distinções.

Um segundo motivo é que uma simples resposta afirmativa parece muito mais fácil quando as pessoas estão habituadas a um determinado padrão de vida. Parece que os limites da experiência humana, no tempo presente, remete a uma visão de mundo que referenda um evolucionismo conservador, resquícios ideológicos de uma passagem do estado teológico ao estado positivo/científico (COMTE, 1978).

Terceiro aspecto a ser considerado, é que, no desencadear deste projeto civilizatório, os grupos dominantes necessitaram manter controle sobre a população, coordenando um complexo jogo em que também foram feitas concessões aos grupos subalternos, mesmo que, de modo geral, se perpetuassem as injustiças sociais.

A regulação da modernidade capitalista se, por um lado, é constituída por processos que geram desigualdade e exclusão, por outro, estabelece mecanismos que permitem controlar ou manter dentro de certos limites esses processos. Mecanismos que, pelo menos, impedem que se caia com demasiada frequência na desigualdade extrema ou na exclusão/segregação extrema. Estes mecanismos visam uma gestão controlada do sistema de desigualdade e exclusão, e, com isso, a redução das possibilidades de emancipação social às que são possíveis na vigência do capitalismo. (SANTOS, B., 2010, p. 282).

Mesmo que esta análise de Boaventura de Souza Santos refira-se a um contexto muito mais amplo e a um capitalismo muito mais avançado, não é impróprio tomá-la para a reflexão na presente pesquisa, pois estes mecanismos de controle fazem-se presentes desde o início da formação deste território, embora se tornem mais complexos. Como visto anteriormente, cumpre, novamente, ressaltar que a classe dominante não fez uso apenas da força militar.

A partir desta visão mais ampla é que parece ser apropriado entender as transformações ocasionadas pela incorporação da região em estudo à produção capitalista. Disto, ao menos duas respostas parecem cabíveis:

- o capitalismo não gerou só barbárie. No entanto, é equivocado concebê-lo em primazia aos modos de vida que existiam na região e não se deve deixar de reconhecer que é um sistema profundamente contraditório que, dentre outras coisas, apresenta uma grande disparidade entre a capacidade produtiva e a qualidade de vida que ele proporciona (WOOD, 2001, p. 125-126). E,
- incapaz de gerar um processo de libertação social, que passa necessariamente por uma

educação libertadora e intercultural⁵⁵, apta a dialogar e construir possibilidades comuns a partir de distintas experiências populares.

Portanto, volta-se a afirmar que a educação subjacente neste processo histórico não foi uma educação como prática de liberdade. Neste sentido e também dialogando com os dois capítulos anteriores, é pertinente trazer ao texto, pelo menos, três trechos das correspondências da Colonizadora JCA que, de um lado, evidenciam o processo de desterritorialização e, de outro, as formas de controle de uso e de acesso à propriedade.

QUATRO IRMÃOS: Apesar dos trabalhos urgentes que me retém aqui na colônia Philippon, fui obrigado a fazer uma viagem a nossa propriedade de Passo Fundo tendo recebido aviso de nosso capataz que indígenas, provavelmente expulsos das terras do Governo, tinham invadido nossa propriedade na parte denominada ‘Erexim’ e apresentavam dificuldade para daí se retirarem. Na minha chegada, solicitei o auxílio da polícia e em poucos dias abandonaram o local e demoliram seus ‘ranchos’. Este fato nos prova uma vez mais que é realmente necessário ter ali um empregado de confiança no qual se possa contar pois com ‘peões’ apenas a gente nada pode fazer, não podendo solicitar-lhes iniciativa em casos semelhantes. Aguardo de um momento para outro vossa solução referente a este agente. Permito-me de vos renovar o que tive a honra de vos fazer notar que, para esta propriedade, é preciso um homem enérgico, conhecedor do que seja a vida na campanha para saber lidar com os indígenas daqui. (FAPES, 1982, p. 39 apud JCA, 1910).

TERRAS DEVOLUTAS: Nosso encarregado deste assunto, o Senhor Coronel Gervásio, Intendente de Passo Fundo, me avisa que teve uma entrevista com o Presidente do Estado sobre as terras situadas entre a ferrovia e nossa propriedade bem como sobre o excedente de uma meia légua em Quatro Irmãos. No que se refere às terras ‘devolutas’ o Senhor Presidente aconselhou fazer o requerimento na devida forma prometendo seu apoio. Quanto ao excedente, ele não pode se pronunciar neste momento, pois a mensuração feita pelo Sr. Vicente Daberkow⁵⁶ foi considerada muito defeituosa pela repartição das obras públicas e não correspondendo as normas estabelecidas. Este assunto, portanto, permanece em suspenso até os esclarecimentos deste negócio, isto é, quando o Sr. Daberkow tenha dado satisfação às obras públicas. (FAPES, 1982, p. 39 – 40 apud JCA, 1910).

⁵⁵ De acordo com Marcon (2009, p. 56): “Uma pedagogia intercultural tem de atuar no sentido de superar as concepções de mundo fragmentadas e ingênuas que contribuem para manter relações de opressão, bem como da construção de uma visão crítica e articulada politicamente com um projeto de sociedade plural e democrático. Toda ação pedagógica intercultural aponta, portanto, para um horizonte mais amplo de transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. A leitura crítica do mundo implica a emancipação e a capacidade criadora dos sujeitos. A pedagogia do oprimido precisa ajudar na transformação das consciências, das relações sócio-culturais, mas também das estruturas sociais, políticas e econômicas.

⁵⁶ Agrimensor da colonizadora.

QUATRO IRMÃOS: [...] VIGILÂNCIA: Em consequência das enérgicas medidas tomadas, o serviço de vigilância está muito bem organizado apesar da grande extensão da nossa propriedade. Não tivemos nenhum abuso a registrar por parte dos vizinhos ou intrusos. (FAPES, 1985, p. 39 apud JCA, 1911).

Embora estes trechos tenham sido extraídos das correspondências de uma única colonizadora é possível ampliar a leitura e compreender as passagens anteriores como parte da disputa pelo território, tanto pelo processo de desterritorialização, quanto pelo controle de uso e de acesso ao território. Nas citações é nítida a proximidade na relação entre as empresas e o Estado, seja no que concerne a determinadas facilidades na obtenção de terras (concessão de privilégios como foi mencionado) ou na sua vigilância, sendo que, em alguns casos, este serviço era coordenado por pessoas vinculadas ao Estado, como mostra a correspondência nº 210:

Aguardando que estabeleçamos uma administração local para vigiar a propriedade, bem como para se ocupar dos trabalhos preparatórios para as futuras instalações, contratei provisoriamente um empregado brasileiro, Sr. Julho Muller, pessoa muito séria e que é ao mesmo tempo o sub-delegado da Polícia da região. Fixei-lhe vencimentos de 100\$000 réis por mês e deixei-lhe instruções bem precisas do que constituirá sua função. (FAPES, 1982, p. 14 apud JCA, 1911).

As empresas privadas cumpriram um papel fundamental no processo de desterritorialização/reterritorialização, havendo uma enorme disparidade entre o poder delas e o dos grupos subalternos. Aqui, novamente, observa-se a função desempenhada pelo Estado em apoio a estas empresas ou até aos fazendeiros, antes mesmo da colonização oficial (CASSOL, 1993, p. 86). Este procedimento não significa, por sua vez, um total descaso com os grupos subalternos, pois algumas políticas foram implantadas pelo Estado positivista, como por exemplo, no tratado sobre a proteção dos nacionais. Entretanto, e considerando a análise de Marcon⁵⁷ (1994, p. 87), onde a “colonização priorizou e atendeu aos interesses dos grupos sociais dominantes e somente os projetos envolvendo os indígenas foram implementados na medida que estes impuseram resistências e em relação as caboclos a situação foi ainda pior”, e, que estas leis compõem as artimanhas políticas das formas de controle e manutenção do poder, não é equivocado sustentar a compreensão que o Estado exerceu uma ação muito relevante (como mediador ou protagonista direto) nos fatos

⁵⁷Já apresentada no primeiro capítulo.

históricos de incorporação subordinada, no sistema de desigualdade, e, demasiada segregação, no sistema de exclusão.

A análise, neste capítulo, iniciou com a afirmação de que no espaço e no tempo do objeto desta pesquisa a educação, no bojo do projeto de colonização oficial planejado pelo Estado, não foi uma educação como prática de liberdade. No decorrer do texto, contudo, evidências históricas foram apresentadas e argumentos desenvolvidos, contudo, o núcleo central que subsidia tal afirmação reside no vínculo entre educação – política – colonização.

Diante dos registros apresentados e, principalmente, considerando a caracterização do período que antecede à colonização e à caracterização do período da colonização, torna-se nítido que, neste segundo momento e cada vez mais ao longo do tempo, a educação não visava à emancipação social, mas à perpetuação e à reprodução do modo de produção capitalista e da sua formação social.

Deve-se destacar, porém, que isto não significa adotar uma concepção reprodutivista da educação, até porque, no sentido amplo, este conceito abrange os distintos modos de vida e não apenas a educação institucionalizada ou ideologicamente na práxis dos grupos dominantes, principalmente através dos membros do PRR. Também, como afirmado no trabalho, este foi e é um território diverso e o capitalismo não se incorporou na totalidade da formação social, bem como os grupos subalternos, embora tenham assimilado parte do pensamento dominante, mantiveram as suas experiências com uma lógica própria, distinta dos grupos dominantes.

Neste sentido, entende-se que no processo de desterritorialização/reterritorialização há um vínculo direto entre educação e capital. Para tal afirmação, várias evidências foram elencadas, entre elas, a de Cassol (1993, p. 90) que integra o mesmo texto da citação que segue, onde são bastante visíveis os novos princípios e valores contidos nos processos educativos informais quando efetivou-se o projeto de colonização oficial planejado pelo Estado.

Embora não exclusivo de Erechim, Mem de Sá⁵⁸ chama atenção para as transformações extraordinariamente operosas que se verificam nas zonas de colonização. Destaca a evolução das oficinas mecânicas, da indústria de transformação da uva, da banha, dos moinhos, dos cortumes, da cutelaria, do mobiliário, da metalurgia... A necessidade, a motivação do lucro, a cultura da poupança, trabalho, frugalidade beirando avareza, a vaidade de 'vencer na vida', juntamente com um mercado em expansão, matéria prima abundante e barata, assim

⁵⁸ Autor da obra Aspectos Econômicos da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul. Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RS. Publicação Revista do Globo, Porto Alegre, 1950.

como mão-de-obra, explicam esta expansão e modernização. (CASSOL, 1993, p. 97 – 98. Grifos nossos).

A relação entre educação e capital, na colonização, ocorre quando, nos processos educativos, passa a existir o interesse⁵⁹ da busca pelo lucro, da cultura da poupança, do trabalho para acumular riquezas numa proporcionalidade e num modo distinto de outros períodos antecedentes. O Estado positivista não se furta desta incumbência educativa, pois, de acordo com tal pensamento filosófico, este é o órgão capaz de organizar a vida social e, assim, não deve abster da educação.

Se a educação [...] primacialmente se apresenta como função coletiva, se tem por fim adaptar a criança ao meio social para o qual se destina – é impossível que a sociedade se desinteresse dêsse (sic) trabalho. [...] Admitindo que a educação seja função essencialmente social, não pode o Estado desinteressar-se dela. Ao contrário, tudo o que seja educação, deve estar até certo ponto submetido à sua influência. (DURKHEIM, 1965, p. 47-48).

Considerando a passagem expressa por Durkheim, assim como aquela que serve como epígrafe, além da tríade (colonização - capitalismo – educação), faz-se possível lançar o questionamento: no contexto histórico do projeto de colonização, qual homem a sociedade quer que ele seja e a educação deve realizar? De modo geral, considerando o ponto de vista mais político, entende-se que é um homem adaptado à produção capitalista e a sua formação social.

De acordo com Pesavento (1979), ao analisar a República Velha Gaúcha: “Estado Autoritário e Economia”, no item sobre a adoção do positivismo:

O Estado positivista tem um fim eminentemente social, que é o encaminhamento da humanidade, regulando a sociedade segundo uma ordenação lógica e estável. [...] ao governo cabe promover a estabilidade, a ordem, o ajustamento do indivíduo à sociedade. A sociedade assim obtida será necessariamente hierarquizada, rígida, marcada pelo autoritarismo. O indivíduo é concebido como submisso à sociedade, reconhecendo-se que para cada um há um lugar definido dentro da ordem social, e o ajustamento a esta organização pré-estabelecida é a premissa para o progresso. (PESAVENTO, 1979, p. 208).

⁵⁹ Em relação dialética com necessidades materiais que também vão sendo criadas.

Se observados os objetivos da criação da Colônia Erechim e o seu desenvolvimento interno, percebe-se a força atuante desta lógica de pensamento. Não pode negar contradições sociais, mas como elas predominantemente eram tratadas? Retomando o sistema de desigualdade, analisado por Boaventura de Souza Santos (2011) e os mecanismos de controle utilizados pelos grupos dominantes, no trecho, em continuidade, é possível visualizar, a partir do pensamento filosófico positivista, a abordagem que é dada:

É da ordem natural e lógica das coisas, ainda, a existência de ricos e pobres dentro de uma sociedade; este é um princípio que não só deve ser respeitado e encarado com naturalidade, como deve haver uma conformação frente a este estado de coisas. O progresso só pode ser obtido pela conservação desta ordem: ‘conservar melhorando’. O problema, portanto, não consiste em enriquecer o pobre; consiste em dignificar a pobreza, eliminando dela a miséria. Ora, conclui Teixeira Mendes, ‘a solução deste problema é possível e exige a moralização dos ricos e pobres, para que aqueles não consumam o supérfluo em prejuízo do necessário destes, e estes só reclamem o necessário sem lançar olhos cobiçosos para as superfluidades da opulência!’ (PESAVENTO, 1979, p. 211).

O progresso desencadeado através do projeto de colonização na região Alto Uruguai seguiu este e outros parâmetros. Neste aspecto, sentido a partir de um olhar dos objetivos intrínsecos à colonização é que se compreende que, nesta práxis, não se forjou uma educação como prática de liberdade. Por sua vez, se houver concordância com Freire (2005, p. 33) na concepção de que os “que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos” e “só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos”, no mesmo período em que o Alto Uruguai é incorporado pela produção capitalista, encontra-se a gênese de uma educação emancipadora, mesmo que carregada de uma imaterialidade e materialidade que a priori não a possibilitassem criar condições de libertação social.

4.2 Sobre a experiência (classe e cultura) dos grupos subalternos no processo histórico de colonização

Compreender as experiências dos grupos subalternos⁶⁰ no interior da nova formação social exige um olhar bastante crítico, pois há que se ter o cuidado de não cair nas armadilhas de um otimismo ingênuo em que, imediatamente, se confere a estas experiências um caráter libertador ou, por outro lado, num pessimismo ingênuo⁶¹ em que as experiências dos grupos subalternos simplesmente tenderiam a reproduzir o pensamento dominante.

Neste sentido e buscando outras categorias que auxiliam nesta leitura, recorre-se ao popular. Primeiramente, é importante assinalar que não existe um consenso em torno desta categoria, o debate é amplo e complexo. No entanto, este conceito pode subsidiar a reflexão sobre a educação nos grupos subalternos no período em que se forja uma nova formação social. Para isso o popular é entendido na sua matriz de classe e cultura.

A matriz de classe social no popular ajuda a apreender os grupos subalternos na relação dialética com os grupos dominantes quando ocorreu a incorporação do Alto Uruguai à produção capitalista. A utilização do termo subalterno também está amparada no legado de Gramsci, para quem o seu significado etimológico transcende o conceito de outro inferior ou inferiorizado, pois a fragmentação destes grupos, do ponto de vista político, devido a sua condição social de estarem submetidos à opressão, não é uma condição permanente, mas que pode ser superada, historicamente, ao disputarem a hegemonia⁶².

Também, a matriz de classe no popular (como está sendo abordada no texto) não significa conferir a priori a condição de classe social a estes grupos. Esta compreensão aproxima-se da análise feita por Thompson (2009, p. 67) de não reduzir a categoria classe social a uma categoria estática, das “quais os homens não são os autores mas os vetores.” Para Thompson, na experiência:

⁶⁰É importante lembrar que o presente trabalho embora faça referência às experiências populares não tem por foco uma análise a partir dos grupos que constituíram estas experiências, mas sim transformações ocasionadas quando da colonização oficial planejada pelo Estado.

⁶¹ Termos utilizados por Cortella (2000) e aqui adaptados para o contexto da pesquisa.

⁶² Não é o mesmo do que dizer que neste período estes grupos tenham exercido uma ação contra - hegemônica.

homens e mulheres retornam como sujeitos [...] – não como sujeitos autônomos, indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam as suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 2009, p. 225- 226. Grifos do autor).

Portanto, a matriz de classe na categoria popular, assim como a categoria subalterno não negam a determinação do conjunto das relações materiais (toda a vida comercial e industrial) da realidade (em movimento contraditório) nas condições de reprodução da vida dos grupos sociais. No entanto, o econômico (estrutura) compõe uma mesma totalidade, onde o conjunto das relações ideológico-culturais (toda a vida espiritual e intelectual) também é parte integrante da realidade e a emancipação dos grupos subalternos é também cultural.

Nesta perspectiva, parece haver uma aproximação entre Gramsci e Thompson no entendimento que a dominação de uma classe sobre a outra não se faz meramente do ponto de vista econômico ou simplesmente através de uma manipulação específica por meio dos aparelhos ideológicos do Estado (numa linguagem althusseriana). A hegemonia, neste aspecto, remeterá a algo realmente mais complexo⁶³.

Para Thompson:

Não estamos dizendo que os valores são independentes da coloração da ideologia: evidentemente, não é este o caso, e como poderia ser, quando a própria experiência está estruturada segundo classes? Mas supor a partir disto que sejam ‘impostos’ (por um Estado!) como ‘ideologia’, é equivocar-se em relação a todo o processo social e cultural. Essa imposição será sempre tentada, com maior ou menor êxito, mas não pode alcançar nenhum êxito, a menos que exista uma certa congruência entre as regras e a visão-de-vida impostas e a questão necessária de viver um determinado modo de produção. Além disso, os valores, tanto quanto as necessidades materiais, sempre serão um terreno de contradição, de luta entre valores e visões-de-vida alternativos. (THOMPSON, 2009, p. 240. Grifos do autor).

Thompson e Gramsci estabelecem entre estrutura e superestrutura um profundo vínculo e permitem uma abertura do campo analítico. Veja-se que, na identificação dos grupos subalternos, no contexto da região Alto Uruguai nas primeiras décadas do século XX, há uma oscilação entre grupos com características mais específicas de classe (agricultores,

⁶³ Mais adiante a questão da hegemonia é aprofundada. Também é importante esclarecer que embora tenha sido utilizada a expressão aparelhos ideológicos do Estado, sabe-se das diferenciações teóricas entre Gramsci e Althusser.

peões, trabalhadores urbanos, etc.) e outros de cultura (índios, caboclos, imigrantes, etc.), no entanto, e muitas vezes, tratam-sedos mesmos sujeitos, situação que é análoga aos sujeitos que compõem os grupos dominantes. Por isso é que também se recorreu à categorização de Boaventura de Souza Santos (2010), posto que do ponto de vista da formação social⁶⁴ também há conexões entre os sujeitos que vão compondo os grupos subalternos e os grupos dominantes. A título exemplificativo, pode-se mencionar que os grupos dominantes vão sendo formados por agricultores imigrantes/migrantes que ascendem socialmente e que apesar das diferenças (antagonismos) que se estabelecem no terreno econômico, há outros elos que não se dissolveram e que estão ligados à história/cultura dos imigrantes europeus. Contudo, isto não anula a caracterização geral sobre a identificação dos grupos subalternos e dos grupos dominantes.

Cabe a pergunta: quem dentre os colonos conseguiu a façanha de acumular capital para investir em indústrias? Não foram os trabalhadores rurais e nem, propriamente, os artesãos domésticos. É certo que alguns ferreiros, sapateiros, tipógrafos, marceneiros, mecânicos, etc. tornaram-se, com o tempo, donos de indústrias de grande porte. Não foram eles, porém, os principais protagonistas dessa nova modalidade de organização das relações produtivas. Não raro, ela nasceu como concorrente das manufaturas domésticas, sendo, inclusive, responsável pelo desaparecimento de muitas delas. O principal agente industrial não foi outro, portanto, do que o comerciante. (GIOLO, 1997, p. 63).

A identificação dos grupos subalternos caracterizados tanto por elementos culturais como de classe, quanto às interrelações entre estes grupos e de alguns destes com os grupos dominantes não significa estabelecer uma cisão entre classe e cultura, mas configura o próprio vínculo existente entre estas matrizes que compõem o popular. Ao mesmo tempo é uma evidência da impossibilidade de realizar uma leitura rígida destes processos. Em conformidade com Brandão:

⁶⁴ Esta distinção de uma análise de estrutura social e da formação social parte do entendimento de Bobbio; Matteucci, Pasquino sobre a teoria das classes em Marx. Para estes autores (1998, p. 171) enquanto o conceito do modo de produção se situa ao nível da análise teórica das grandes transformações sociais (estabelecendo um modelo dicotômico que considera a existência de duas classes antagônicas, a burguesia e o proletariado), o conceito de formação social se coloca ao nível da análise histórica (onde há uma pluralidade de classes ou de agrupamentos no seio das classes e o antagonismo dominante se articulará em vários antagonismos particulares, abrindo campo à formação de alianças entre classes diversas e entre uma classe com frações dissidentes da classe antagonista).

Como outras práticas sociais constitutivas, a educação atua sobre a vida e o crescimento da sociedade em dois sentidos: 1) no desenvolvimento de suas forças produtivas; 2) no desenvolvimento de seus valores culturais. Por outro lado, o surgimento de tipos de educação e a sua evolução dependem da presença de fatores sociais determinantes e do desenvolvimento deles de suas transformações. (BRANDÃO, 2007, p. 75).

Na matriz de cultura no popular, adota-se como uma das referências de leitura de realidade a compreensão de Chauí (1986, p. 24) sobre a cultura popular, que é tida como expressão dos dominados "buscando as formas pelas quais a cultura dominante é aceita, interiorizada, reproduzida e transformada, tanto quanto as formas pelas quais é recusada, negada e afastada [...] pelos dominados."

Assim, Chauí compreende a cultura popular não sob o prisma

de uma totalidade que se põe como antagônica à totalidade dominante, mas como um conjunto disperso de práticas, representações e formas de consciência que possuem lógica própria [...] distinguindo-se da cultura dominante exatamente por essa lógica de práticas, representações e formas de consciência." (CHAUÍ, 1986, p. 25).

Esta é uma visão dialética na qual a cultura popular na reconfiguração territorial da região Alto Uruguai não só resiste à cultura dominante, mas também a interioriza, transforma e a reproduz. Compreender a cultura popular como expressão dos grupos subalternos, entretanto, sem desconsiderar a aceitação, a interiorização, a reprodução e a transformação da cultura dos grupos dominantes no seu interior, evidencia a experiência humana em sua totalidade, que "compreende a 'genética' de todo o processo histórico, sistemas que se reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana em comum, que exerce ela própria (como experiências de classe peculiares) sua pressão sobre o conjunto." (THOMPSON, 2009, p. 234).

Do ponto de vista da educação, esta também é uma perspectiva muito importante, pois mesmo considerando que o opressor é hospedeiro do oprimido (FREIRE, 2005) não significa a priori considerar que os grupos subalternos e os grupos dominantes tenham em tudo as mesmas representações, pois, por diferentes razões, as representações tendem a serem distintas. Como indicado por Ianni (1985, p. 136): "nas manifestações da vida social e espiritual do homem comum há uma riqueza de ver, de pensar e de dizer, que nem a ciência e nem a política ainda exploraram devidamente." Neste sentido é que os grupos dominantes

tornam a homogeneização/uniformização um movimento tático (político-ideológico) para manter o status quo (CHAUI, 1985, p. 127 – 133).

Esta abordagem auxilia os grupos subalternos a reinserirem-se na história, uma vez que como aponta Gramsci (1970, p. 5): “todos os homens são ‘filosofos’ dentro dos limites e as características desta «filosofia espontânea», própria de «todo o mundo.» (Grifos do autor).

4.3 Contribuições desta leitura da realidade no âmbito da educação

Esta leitura problematizadora de realidade no âmbito da educação permite:

a) entender a educação em práticas sociais diversas (povos indígenas, caboclos, negros e outros) e em sua relação com o modo de produção e formação social capitalista. As contradições sociais e lutas que vão sendo travadas no terreno material e imaterial possibilitam não somente compreender a complexidade do processo de dominação de determinados grupos sociais sobre outros, mas as resistências dos grupos subalternos à ordem instaurada.

b) perceber as experiências populares com uma lógica própria que as distingue da cultura dominante, no entanto, sem desagregá-las da realidade concreta, onde a cultura popular também interioriza, transforma e reproduz a cultura dominante. Neste último aspecto, problematizando-o, não como método nostálgico de volta ao passado, ou de defesa acrítica daqueles modos de vida que existiam no Alto Uruguai⁶⁵, mas como condição de libertação. Neste sentido, mesmo as experiências populares estando desagregadas e tendo incorporado a ideologia dominante, é conferido aos grupos subalternos um caráter radicalmente diferente ao do positivismo. Nas palavras de Freire (2005, p. 33): a “grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos é liberta-se a si e aos opressores.”

Além disso, as diferenças culturais/educativas adquirem evidência e contraposição com uma perspectiva de educação capitalista, em que o lucro (na economia) deve encontrar os valores compatíveis para firmar-se como imperativo na cultura.

⁶⁵ Pois muitos valores destas culturas também necessitavam ser resignificados ao perpetuarem certas injustiças sociais.

c) criar elos de aproximação entre as experiências dos grupos subalternos. Para a constituição de outro projeto de desenvolvimento é necessário pensar a partir da experiência histórica dos subalternos e tal remete à intercultural. Nos últimos anos a educação do campo (protagonizada pelos movimentos sociais populares) aponta para este prisma ao tratar da educação que, voltada ao conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras do campo (sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural), busca, entre os seus objetivos, “identificar e resgatar os valores culturais que caracterizam os povos do campo e que são considerados essenciais para o desenvolvimento da cidadania: relação com a natureza, percepção do tempo, valorização da família, experiência da ‘entreatjada’.” (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 26 - 79).

d) perceber que a dominação dos grupos sociais dominantes sobre os grupos subalternos não só ocorre meramente do ponto de vista econômico ou simplesmente através de uma manipulação específica. O Estado apesar de ter desempenhado um papel fundamental não foi a única instituição a fazê-lo. (RAFFESTIN, 1993, p. 39). Isto torna a realidade mais complexa, pois há um conjunto de fatores que se interligam e remetem a uma série de fatores contraditórios ou não, mas que, no campo da política, vinculam-se aos objetivos de cada instituição e às estratégias para concretizá-las, que vão determinando as alianças em cada momento.

e) romper com a ideia de um Estado capaz de representar a todos e regular a vida social para o bem comum. Nas primeiras décadas do século XX, no Alto Uruguai, os grupos dominantes, principalmente na práxis do PRR, buscaram incidir no todo social e valeram-se também do aparato estatal. Neste sentido, torna-se pertinente a compreensão marxiana do Estado, ou seja, como comitê que gerencia os negócios comuns de toda burguesia.

Assim, primeiramente, esta abordagem rompe com a versão dominante do processo histórico que, como já referido, o Estado foi apresentado como representante de todos os grupos sociais. Também viabiliza a identificação de “agrupamentos que emergem da estrutura de desigualdades sociais, numa sociedade que reconhece que todos os homens, ou melhor, todos os cidadãos, são formalmente iguais perante a lei.” (BOBBIO, 1998, p. 171). Ainda para Bobbio, diferentes estudiosos ligados a diversas tradições políticas e culturais estão de acordo em “pensar que as classes sociais são uma consequência das desigualdades existentes na sociedade.” (1998, p. 169).

Por sua vez, nesta perspectiva, a educação deveria cumprir uma função integradora / adaptadora do indivíduo à sociedade, atuando para legitimar os grupos dominantes no poder. De acordo com a filosofia positivista, cabe à educação socializar os indivíduos, primando pelos interesses sociais, de tal forma que a educação é reprodutora da ordem social. Assim, há uma íntima relação entre o Estado e a educação, num evolucionismo conservador, onde o desenvolvimento corresponde à passagem do estado teológico ao estado positivo (COMTE, 1978), numa sociedade dividida em classes sociais⁶⁶.

Em algumas obras da literatura regional, é possível perceber a sutileza na forma como as ideias subjacentes ao pensamento dos grupos dominantes foram sendo “lançadas” e incorporadas no senso comum, sendo, muitas vezes, incorporadas e contribuindo subjetivamente na criação das condições objetivas de concretização do capitalismo.

Parecia que as selvas, sacudindo o torpor que as retinha ao solo, se agitavam numa anciã de vida nova, festejando a aproximação do homem. Em toda parte surgiam habitações, em toda parte assomavam lavouras, em toda a parte se abriam estradas. (FRAINER⁶⁷, 1936, p. 10).

Este trecho é bastante elucidativo ao exaltar as modificações que estavam em desenvolvimento. Nele, há posicionamentos políticos implícitos que são expressões de leituras de mundo, não individuais, mas de determinados grupos. Do ponto de vista pedagógico – sociológico identificam-se alguns pontos ocultos:

- 1º) uma falsa harmonia entre o homem e a natureza, pois a ação humana em relação aos recursos naturais foi devastadora;
- 2º) o “surgimento” de habitações, lavouras, estradas, etc., ocorreu por meio de relações de trabalho. E, quais eram estas relações? Mesmo reconhecendo as diferentes formas de trabalho comunitário, como os puxirões, a tendência foi o prevalecimento de relações de exploração da força de trabalho.

⁶⁶ A dirigente seria composta pelos sábios (cientistas, engenheiros, naturalistas, fisiólogos) e industriais, buscando o apoio do proletariado.

⁶⁷ João Frainer, em Erechim, foi “poeta, professor, jornalista do jornal O Boavistense e, político (membro influente do Partido Libertador (fundado em 1932), e posteriormente do Partido Republicano Liberal⁶⁷ de Flores da Cunha) de grande atuação (NETTO, 1981, p. 279).

Nos estudos de Raymond Williams (1989, p. 58), é possível reunir estes dois apontamentos na seguinte compreensão: a exploração dos recursos naturais não está separada da concomitante exploração dos homens.

3º) Os modelos de habitações, produção agrícola, etc., são expressões de paradigmas. Assim, neles, há conflitos de valores entre modos de vida que trabalham com distintos referenciais;

f) traz para o debate o conjunto das funções de domínio e direção que uma classe social busca exercer sobre o conjunto da sociedade, isto é, a hegemonia. No âmbito de uma análise de formação social, estas funções não somente foram utilizadas em relação aos grupos subalternos, mas entre as frações da classe dominante em disputa pelo poder.

Do ponto de vista ideológico é pertinente trazer para o texto a reflexão de R. Williams (apud MOCHCOVITCH, 2004, p. 22) ao reportar-se ao conceito de hegemonia em Gramsci:

Se a ideologia fosse meramente uma noção abstrata imposta, se nossas ideias e suposições, se nossos hábitos sociais, políticos e culturais fossem apenas o resultado de uma manipulação específica, e um tipo de treinamento aberto que pudesse ser simplesmente encerrado ou destruído, então seria muito mais fácil agir e mudar a sociedade do que vem sendo na prática. Essa noção de hegemonia, como que saturando profundamente a consciência de uma sociedade, mostra-se fundamental [...]. Ela ressalta os fatos da dominação. (WILLIAMS, 1976, p. 204-205 apud MOCHCOVITCH, 2004, p. 22).

A compreensão de que determinados hábitos não são resultantes apenas de uma manipulação específica conduz a uma análise mais abrangente e profunda de como a ideologia dos grupos dominantes vai sendo incorporada e, em parte, reproduzida pelos grupos subalternos.

Neste particular, para Chauí, hegemonia em Gramsci

não é um 'sistema': é um complexo de experiências, relações e atividades cujos limites estão fixados e interiorizados, mas que, por ser mais do que ideologia, tem capacidade para controlar e produzir mudanças sociais. Numa palavra, é uma práxis e um processo, pois se altera todas as vezes que as condições históricas se transformam, alteração indispensável para que a dominação seja mantida. (CHAUÍ, 1986, p. 21-22).

Portanto, as resistências dos grupos subalternos serviam também como “trabalho indicativo do que um processo hegemônico deve controlar e operar na prática.” Ainda de acordo com Williams

todo processo hegemônico precisar ser especialmente atento e capaz de responder às alternativas e oposições que se questionam e desafiam sua dominação. A realidade do processo cultural deve ser sempre capaz de incluir os esforços e as contribuições daqueles que, de um modo ou de outro, estão fora ou a margem dos termos da hegemonia específica. (WILLIAMS, 1977, p. 112-113 apud CHAUI, 1986, p. 23).

A partir desta compreensão, para Chauí, uma das ideias contidas no conceito de contra-hegemonia é a de que a oposição, a resistência, a defesa contra a hegemonia, de um lado, e a cumplicidade, a interiorização e a subordinação à hegemonia, de outro lado, tornam impossível manter tanto a perspectiva Romântica quanto a Ilustrada em termos da cultura popular.

Aceitar este entendimento talvez implica abordar não somente a cultura popular, mas também a educação “como manifestação diferenciada que se realiza no interior de uma sociedade que é a mesma para todos, mas dotada de sentidos e finalidades diferentes para cada uma das classes sociais.” (Chauí, 1986, p. 24). Assim significando, pois, que não deixam de existir singularidades em determinados processos educativos, pelo próprio fato de ser um território diverso, no entanto, a relação com o projeto de desenvolvimento geral da sociedade também se intensifica, sendo que, principalmente, a educação dos grupos subalternos é que sofrerá maiores influências de uma educação burguesa;

g) romper com a ideia de uma evolução num tempo vazio e homogêneo;

h) a realização de uma leitura dialética da realidade, onde a base econômica continua sendo o fator fundamental do materialismo histórico, no entanto, como já mencionado, compondo uma mesma totalidade, em que o conjunto das relações ideológico-culturais é parte integrante e a emancipação dos grupos subalternos é também cultural.

Para Gramsci (1958, p. 280-281 apud BOBBIO, 1999, p. 59): “Entre a premissa (estrutura econômica) e a consequência (constituição política), as relações não são absolutamente simples e diretas: e a história de um povo não é documentada apenas pelos fatos econômicos.” Esta compreensão parece aproximar-se do entendimento de Thompson (2009, p. 235) em que toda “contradição é um conflito de valor, tanto quanto um conflito de

interesse, que cada 'necessidade' há um afeto, ou 'vontade', a caminho de se transformar num 'dever' (e vice-versa); que toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores.”

i) trazer para o debate aspectos centrais da reflexão, não enfocando numa simples oposição do rural ao urbano. O processo de urbanização e industrialização quanto às transformações ocorridas no meio rural no Alto Uruguai nas duas primeiras décadas do início do século XX (sob a expansão do capitalismo) colocou como prerrogativa a compulsoriedade do aumento da produtividade do trabalho, da acumulação capitalista e do mercado como imperativo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Opta-se, em iniciar as considerações finais, retomando algumas ideias centrais tratadas na pesquisa. A finalidade é reconstituir uma visão de totalidade, permitindo, ao final, rerepresentar o argumento central deste trabalho.

a) No período anterior à colonização, esta região já pode ser compreendida como território, tanto nos aspectos materiais (a produção agrícola, a indústria, o comércio, as profissões, entre outros aspectos vinculados às condições materiais de existência, como os cinemas, os bazares, as livrarias, as farmácias, as canchas de bocha e bolão, etc.) quanto imateriais (concepções de trabalho, produção, campo, religião, propriedade, etc.);

b) se, inicialmente, o Alto Uruguai abrangia uma extensão de terra relativamente grande, a forma de ocupação e o objetivo pela qual foi realizada a colonização criaram as condições para o desenvolvimento de vários municípios, próximos entre si, e tendo por base essencialmente a agricultura familiar;

c) a colonização desta região, última a ser feita no Estado, não altera o latifúndio, mas o manteve intocável. Também os sujeitos ocupantes do Alto Uruguai, tempos depois, pelo excedente populacional versus o tamanho das propriedades, e que remete a questões agrárias, irão deslocar-se para outras regiões;

d) nesta região, nas primeiras décadas do século XX, através do projeto de colonização desencadeado pelo Estado e com participação ativa do setor privado (colonizadoras, madeireiras, etc), ocorre uma expansão agrícola, sendo que a ferrovia potencializa este desenvolvimento e a força de trabalho do imigrante/migrante garantirá tal projeto. A produção agrícola, com base no trabalho familiar e na pequena propriedade, caracterizará este território;

e) a agricultura tradicional, desenvolvida neste período, caracteriza-se pelo predomínio do uso intensivo dos recursos naturais: fertilidade natural do solo e mão-de-obra direta (familiar). Tais características não significam compreender que o objetivo principal seja somente a subsistência familiar, pois há uma subordinação ao mercado e que ocorria na comercialização (aos comerciantes e às indústrias) e não no processo produtivo;

f) é, neste momento, na região, que começa a formar-se a figura do pequeno agricultor, ligada ao desenvolvimento capitalista e, por conseguinte, associado à ideia de progresso, de civilização, de desenvolvimento, etc. É importante ressaltar que todo o planejamento

elaborado para a execução do Projeto da Colônia Erechim contava com a imigração europeia e ocorreu através da imigração espontânea;

g) os primeiros grupos a ocuparem esta região, quando do projeto de colonização, foram os que mais tiveram o seu modo de vida violado pela ação colonizadora. Nesta perspectiva, o território capitalista somente foi construído com a destruição do território indígena e com a sujeição do trabalho familiar dos pequenos agricultores, acrescentando-se, nesta tese, a vitimização dos caboclos e de outros grupos sociais que aqui viviam;

h) os atos políticos que definem os distritos, a sede e as futuras emancipações não são isentos de neutralidade, pois são decisões que também expressam as relações político-ideológicas de dominação;

i) o rápido crescimento demográfico e o desenvolvimento econômico não devem simplesmente ser traduzidos como qualidade de vida proporcionada pela capacidade produtiva. Entre estas, havia uma disparidade. Por conseguinte e sobremaneira na leitura das transformações nesse período e sob a ótica do colonizador, não se deve realizar uma leitura unilateral sobre o conceito de qualidade de vida, para que não se cometa um equívoco inicial, submetendo os modos de vida que existiam antes da colonização a uma condição de inferioridade;

j) a colonização priorizou e atendeu aos interesses dos grupos sociais dominantes e, conseqüentemente, com maior poder de barganha: os fazendeiros e os colonos imigrantes;

k) a presença e atuação do Estado (sociedade política), no Alto Uruguai, por conseguinte, significou o desenvolvimento do Estado na sua acepção de sociedade civil, ou seja, neste processo, não se criam somente órgãos administrativos e de segurança da gestão pública, mas vários organismos privados de hegemonia. Entretanto, se os primeiros tendem a estarem mais atrelados aos grupos dominantes que controlam a sociedade política, os segundos tendem a serem mais heterogêneos;

l) O Estado, sobretudo no sentido estrito (sociedade política), é percebido de diferentes modos pelos grupos sociais ou pessoas que ocupam a região. Os grupos dominantes tendem a perceber a instituição Estado, de modo distinto dos grupos subalternos. Do ponto de vista étnico, isto também tende a acontecer, principalmente havendo um contraste entre as etnias europeias e o modo de vida caboclo e indígena;

m) Considerando a filosofia positivista que fundamentava a ideologia do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e que, no contexto gaúcho, o positivismo tratava-se antes de implantar o capitalismo, é possível estabelecer, na realidade concreta, uma ligação entre capitalismo e positivismo;

- n) havia, no RS, por parte do governo, um agir político intervencionista. Anterior à criação do município, os quadros político-administrativos provinham do alto funcionalismo do Estado e, geralmente, agiam como interventores do Governo do Estado. Por sua vez, nos primeiros dez anos da criação do município de Erechim, houve uma predominância do PRR no legislativo e no executivo;
- o) no processo histórico da colonização, prevaleceu uma tendência denominada multiculturalismo conservador ou monoculturalismo. Como decorrência, estabelece-se uma contradição entre a diversidade na vida material / espiritual e esta tendência;
- p) a incorporação dos grupos subalternos à produção capitalista e a sua formação social ocorreu de modo diferenciado, tendo por referência aos sistemas de desigualdade e à exclusão.
- q) as transformações ocorridas na região nas primeiras décadas do século XX, ocasionadas pela colonização, permitem estabelecer uma correlação entre dinheiro e território, onde, primeiro, o território rege o dinheiro e, após, e progressivamente, a relação inverte-se, o dinheiro rege o território. Por conseguinte e a partir de registros históricos, foi possível estabelecer a relação entre tempo – trabalho – educação, onde o dinheiro passara a determinar o tempo de trabalho e, inclusive, alguns tipos de trabalho;
- r) as experiências dos grupos subalternos, no processo de colonização e sob uma ótica crítica, não devem cair nas armadilhas de um otimismo ingênuo em que, imediatamente, se confere a estas experiências um caráter libertador ou, por outro lado, num pessimismo ingênuo, em que as experiências dos grupos subalternos, simplesmente, tenderiam a reproduzir o pensamento dominante. Entende-se a cultura popular como expressão dos grupos subalternos, entretanto, sem desconsiderar a aceitação, a interiorização, a reprodução e a transformação da cultura dos grupos dominantes no seu interior.

A partir desse contexto geral, elaborou-se o argumento central deste trabalho, que consiste no entendimento que, quando do processo de desterritorialização/reterritorialização ocasionado pela colonização oficial planejada pelo Estado, estabeleceu-se um vínculo direto entre educação e capital, em que a educação, no bojo deste projeto, não foi uma educação como prática de liberdade. Como já mencionado, no último capítulo, a relação entre educação e capital, na colonização, ocorre exatamente quando, nos processos educativos, passa a existir o interesse da busca pelo lucro, da cultura da poupança, do trabalho para acumular riquezas numa proporcionalidade e num modo distinto de outros períodos antecedentes.

Por outro lado, também cabe considerar que, no antagonismo dos sistemas de desigualdade e exclusão, no bojo deste mesmo projeto, se encontram os primórdios de uma educação emancipadora que, no fortalecimento da organização dos grupos subalternos e na luta que estes travam contra os grupos dominantes ao disputarem a hegemonia, também se transforma e incorpora-se na sua práxis.

Ressalta-se, novamente, que esta não é uma concepção reprodutivista da educação. A afirmação sobre as relações de dominação, intrínsecas ao projeto de colonização, apontam o que é da sua essência. A perspectiva de leitura da realidade é subversiva desta ordem e não defensora da sua manutenção. Portanto, contraria o legado positivista: o “progresso material sem a estratificação da ordem social.” (PESAVENTO, 1979, p. 207).

Entretanto, negar as evidências históricas é ocultar as contradições sociais, sendo que estas, quando se trata do Estado no sentido estrito, indicam um objetivo mais bem definido e coeso dos processos que desencadeiam as relações de dominação. Contudo, na sociedade civil, esta finalidade é mais difusa, embora também tenha sido hegemônica.

A distinção feita por Cassol (1993, p. 100) entre a fase que antecede a colonização e a fase da colonização é muito pertinente, ao mesmo tempo, não conduz a uma leitura linear ou acrítica do processo histórico. Esta divisão, bastante didática, permite visualizar, com maior clareza, o que significou a colonização para o território e as territorialidades forjadas pelos grupos sociais que, nesta região, viviam no período que antecede a colonização, pois são valores de referências e princípios epistemológicos distintos. Realmente, o projeto de colonização foi um grande divisor de águas.

Ademais, o multiculturalismo conservador, implícito na colonização, não subsidiava somente a ideologia dominante, mas também o(s) método(s) da ação colonizadora, que era dominadora. A visão de mundo, implícita nesta tendência, encontrou no projeto de colonização uma base material e aspectos imateriais, pois, como já referido, as categorias são relações sociais, não sendo anteriores à existência dos homens, bastando descobri-las⁶⁸.

Sobre os aspectos imateriais da formação do território, entende-se que são forjados dialeticamente na relação com a materialidade, mesmo que dela adquiram certa autonomia. No entanto, a colonização, realizada a partir da introdução de imigrantes/migrantes de etnia europeia, permitiu, de imediato, a existência de um espírito capitalista, formado em outro

⁶⁸Mesmo que algumas categorias sejam criadas posteriores aos fatos analisados, elas têm uma materialidade, sendo que as categorias críticas contêm, em seu bojo, a história de luta dos oprimidos. Assim, adquirem certa autonomia, podendo ser utilizadas em diferentes análises.

contexto, mas que, em muitos aspectos, tendia a ser, ao menos, inicialmente, no Alto Uruguai, muito mais avançado do que a base material.

Por sua vez, a base material, mesmo que incipiente, desenvolveu-se rapidamente. As tabelas e os registros, apresentados no primeiro capítulo, mostram o desenvolvimento econômico, contudo, sempre cabe frisar que não foi sinônimo de melhores condições de vida para todos e nem sob o ponto de vista da proteção ambiental.

Neste sentido, como o monoculturalismo conservador encontrou reciprocidade no homem que a sociedade queria que ele fosse e a educação deveria realizar, isto é, um homem adaptado à produção capitalista e à sua formação social; a perspectiva intercultural acha reciprocidade numa educação como prática de liberdade, capaz de, junto com outros processos sociais, subverter a ordem vigente. No entanto, cada processo tem o seu tempo e a sua dinâmica.

Por isso, uma das condições para a transformação social é repensar o passado e, um dos desafios conhecer melhor as experiências dos grupos subalternos, do ponto de vista de classe e cultura. As leituras de realidade necessitam apontar as contradições, mas, ao fazer, não devem limitar-se às críticas ao capitalismo, sobretudo, precisam apresentar teses que os grupos subalternos enxerguem-se como sujeitos da história. O processo histórico de colonização do Alto Uruguai traz consigo relações de dominação e, nestas, uma educação que não permite a emancipação social. Contudo, neste mesmo processo, começam a serem criadas as condições para a sua superação.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (p. 222 – 232).

BRECHT, Bertolt. *Poemas e canções escolhidas*. [S. l.; s. n], [198-], p. 50.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. 11 ed. *Dicionário de política I*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOBBIO, Norberto. 2. ed. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação?* São Paulo: Brasiliense, 2007.

BUSATTO, Benjamin. *Povoadores do Antigo “Grande Erechim”*. Perspectiva, Erechim, v. 5, n. 12, p. 62 – 86, mar. 1980.

CANDIDO, Antonio. *O socialismo é uma doutrina triunfante*. Disponível em: <<<http://www.brasildefato.com.br/node/6819>>>. Acesso em: 16 de agosto de 2011.

CASSOL, Ernesto. *Histórico de Erechim*. Passo Fundo: Cese/Instituto Social Padre Berthier, 1979.

_____. *As várias fases e os vários modelos de ocupação humana na região do ex-grande Erechim*. Perspectiva, Erechim, ano 17, n. 60, dez. 1993.

_____. *Carlos Torres Gonçalves – Vida, Obra e Significado*. Erechim (RS): Editora São Cristóvão, 2003.

CHAUÍ, Marilena. Cultura do povo e autoritarismo das elites. In: VALLE, Edênio; QUEIRÓZ, J. José (org.). 3 ed. *A cultura do povo*. São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais, 1984. (p. 119 – 134).

_____. Texto base: *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CIMA, Sônia Mári. *Reza e política: uma combinação na história do padre Busato em Erechim*. Passo Fundo: UPF, 2003.

COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996

COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo : Abril Cultural, 1978.

CORTELLA, Mário Sérgio. 3 ed. *A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos*. São Paulo: Cortez, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DALBOSCO, Cláudio Almir, et al. A formação histórico-cultural de Passo Fundo. In: *Cultura e Educação Popular*, Passo Fundo, n. 2, p. 79-98. 1992. (Coleção Cultura e Religiosidade Popular).

DURKHEIM, Émile. 6 ed. *Educação e sociologia*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965.

FAPES – Fundação Alto Uruguai para a Pesquisa e o Ensino Superior. *Correspondência da Colonizadora JKA 1908 – 1912*. Fontes Primárias para sua historia. Tradução: Ernesto Cassol. Pesquisas Regionais, Erechim, ano 5, n. 7, nov. 1982.

FAPES – Fundação Alto Uruguai para a Pesquisa e o Ensino Superior. *Correspondência da Colonizadora JKA 1908 – 1912*. Fontes Primárias para sua historia. Tradução: Ernesto Cassol. Pesquisas Regionais, Erechim, ano 8, n. 16, set. 1985.

FARINA, Geraldo. *Memórias do cotidiano: crônicas*. Gráfica e Editora Comunicação Impressa Ltda, Nova Prata, 1987.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Sobre a Tipologia de Territórios*. Disponível em: <<http://www.landaction.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdf>>. Acesso em: 6 de agosto de 2010.

FRAINER, João. *Álbum do município de Erechim*. P. Alegre: Livraria do Globo, 1936.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 47 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GARCEZ, Neuza Cidade. *Colonização e Imigração em Erechim: a saga das famílias polonesas (1900 – 1950)*. Erechim: Edelbra, 1997.

GIOLO, Jaime. *Estado, Igreja e Educação no RS da Primeira República*. 1997. 429 f. Tese – Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 1997.

GRAMSCI, Antonio. *Introducción a la filosofía de la praxis*. Tradução de J. Solé-Tura. Ediciones Península, 1970.

GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul: a emergência do preconceito*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.

GRITTI, Silvana Maria. *Educação rural e capitalismo*. Passo Fundo: UPF, 2003.

IANNI, Octávio. Texto comentário: Cultura do povo e autoritarismo das elites. In: VALLE, Edênio; QUEIRÓZ, J. José (org.). 3 ed. *A cultura do povo*. São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais, 1984. (p. 134 – 140).

ILLA FONT, Juarez Miguel. *Serra do Erechim: tempos heróicos*. Erechim, Gráfica Carraro Ltda, 1983.

KARNAL, Oscar da Costa. *Subsídios para a história do município de Erechim*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1926.

KOLLING, Edgar Jorge; NÉRY, Ir; MOLINA, Mônica Castagna (ORG). *Por uma educação básica do campo (memória)*. Brasília: Editora Universidade Brasília, 1999. (Coleção Por uma Educação Básica do campo, nº 1).

KOSIK, Karel. *Dialéctica do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra e Dinalivro, 1977.

LOWY, Michael. *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma lectura de lastesis “Sobre el concepto de história”*. Fondo de Cultura Econômica, Impreso em la Argentina, 2003.

MARCON, Telmo (Coord.) *História e cultura Kaingáng: no sul do Brasil*. Passo Fundo: Graf. Ed. Universidade de Passo Fundo, 1994.

_____. *Memória, história e cultura*. Chapecó: Argos, 2003.

_____. *Multiculturalismo, intercultura e políticas educacionais: algumas reflexões*. In: Espaço Pedagógico. Universidade de Passo Fundo, Faculdade de Educação. Vol. 1, n. 1 (2009). (p. 48 – 61).

MEDEIROS, Jacir José da Silva; TASCÁ, Vistor. *Carlos Mantovani – Professor Pioneiro*. 1997. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Erechim, Erechim, 1997.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. *Gramsci e a Escola*. São Paulo: Ática, 2004.

NETO, Antônio Ducatti. *O grande Erechim e sua história*. Porto Alegre: EST, 1981.

NOSELLA, Paolo. *Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica*. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007. (p. 136-181).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. República Velha Gaúcha: “Estado autoritário e Economia”. In: DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius (org.). *RS: Economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. (p. 193 –228).

_____. *História do Rio Grande do Sul*. 4.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PIRAN, Nédio. *Agricultura familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai*. Erechim: Edifapes, 2001.

PIRAN, Nédio; CASSOL, Ernesto. *Formação Geo-histórica de Erechim*. Revista Perspectiva, Erechim, v. 1, n. 1, p. 5 – 53, set. 1975.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Khedir Editoras, 2011.

RANDIN, José Carlos. *Representações da Colonização*. Chapecó: Argos, 2009.

RIO BRASIL, João Weiss. *Colonos na Selva: emigrantes como agricultores*. Rio de Janeiro: Tipografia de Maier & Blumer, 1950.

ROCHE, Jean. *A colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. v. I. Tradução: Emery Ruas. Coleção Província, Editora Globo: Porto Alegre, 1969 a.

_____. *A colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. v. II. Tradução: Emery Ruas. Coleção Província, Editora Globo: Porto Alegre, 1969 b.

RODRIGUES, Edgar. A comunidade livre de Erebangó (Imigrantes libertários russos no Sul do Brasil). In: PRADO, Antonio Arnoni (Org.). *Libertários no Brasil: Memória, lutas, cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 29 – 37.

RÜCKERT, Aldomar A. *A trajetória da Terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul – 1827 / 1931*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. 3 ed. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. *O dinheiro e o território*. *GEOgraphia* – Ano. 1 – No 1 – 1999. Disponível em: <<<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/2/2>>>. Acesso: 01/02/2011. (p. 7 – 13).

SILVA, Márcio Antônio Both da. “Governar é promover a felicidade da pátria”: governo e campesinato no Rio Grande do Sul da Primeira República. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (orgs.) *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos no longo da história, vol. 1: concepções de justiça e resistência nos Brasis*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008. (p. 329 – 348).

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina do trabalho e o capitalismo industrial. In: _____. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. [S.l.]: Copyleft, 2009.

TRAGTENBERG, Maurício. *Memorial*. In: Educação & Sociedade. Centro de Estudo Educação e Sociedade (CEDES). n. 65. (1998). (p. 7 - 20).

TRINDADE, Hélió. Aspectos políticos do sistema partidário republicano Rio-Grandense (1882 – 1937). In: DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius (org.). *RS: Economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. (p. 119 – 191).

VENDRAMINI, Célia Regina. *Pesquisa e Movimentos Sociais*. Disponível em: <<<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a0728101.pdf>>>. Acesso em: 6 de agosto de 2010. (p. 1395 – 1409).

WEBER, Max. 2 ed. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 2003.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

ZARTH, Paulo Afonso. *A história agrária do planalto gaúcho. 1850/1920*. Ijuí: UNIJUÍ Editora, 1997.

_____. Colonos imigrantes e lavradores nacionais no sul do Brasil: projetos de ocupação da terra em conflito. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (orgs.) *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos no longo da história, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930 – 1960)*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009. (p. 223 – 242).

CIP – Catalogação na Publicação

B369e Beatrici, Rodrigo Ferronato

Educação, política e colonização: processos pedagógicos não formais na região Alto Uruguai / RS no início do século XX / Rodrigo Ferronato Beatrici. – 2011.

102 f.; 30 cm.

Orientação: Prof. Dr. Telmo Marcon.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, 2011.

1. Educação não-formal – Rio Grande do Sul.
2. Colonização. 3. Aprendizagem. I. Marcon, Telmo, orientador. II. Título.

CDU: 37(816.5)

Catalogação: Bibliotecária Marciéli de Oliveira - CRB 10/2113